

**FERNANDO SERGIO DOS SANTOS CALDEIRA
SANDRA MARA ANDRAUS ROCHA**

**ESTUDO DO CUSTO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI SOB
REGIME DE INTERNAÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, COM BASE NA
METODOLOGIA PROPOSTA PELA UNICEF – ANO DE 2006**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

CURITIBA

2007

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao professor e orientador Blênio César Severo Peixe, pelo acompanhamento e revisão do trabalho.

Agradecemos aos colegas do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, pela disponibilização das informações técnicas e financeiras daquele Instituto, que propiciaram o levantamento de custos, e ainda aos colegas do IASP que responderam o questionário dos indicadores de qualidade das medidas socioeducativas dos centros de socioeducação objeto da pesquisa.

Agradecemos aos nossos chefes imediatos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, pelo apoio.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares pela compreensão ao tempo dedicado à sua elaboração e no incentivo ao nosso sucesso.

PENSAMENTO

A PALAVRA DA PRESIDENTE DO IASP

Um cenário comum das cidades. Meninos perambulando pelas ruas. Antes, apenas nas grandes cidades; agora, em qualquer lugarejo. Ontem, cheirando cola; hoje crack. Destruindo seus neurônios e seus destinos. Enfrentando os perigos da vida desprotegida. Aproximando-se de fatos e atos criminosos. Sofrendo a dor do abandono, do fracasso escolar, da exclusão social, da falta de perspectiva. Vivendo riscos de vida, de uma vida de pouco valor, para si e para os outros. Ontem, vítimas; hoje, autores da violência.

Thelma Alves de Oliveira
2006

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – NECESSIDADES BÁSICAS.....	58
Gráfico 2 – ESPAÇO FÍSICO E INFRA-ESTRUTURA	59
Gráfico 3 – DIREITOS FUNDAMENTAIS	60
Gráfico 4 – ATENDIMENTO TÉCNICO	61
Gráfico 5 – CUSTO MENSAL PER CAPITA.....	68
Gráfico 6 – COMPARATIVO DAS DESPESAS DAS UNIDADES	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA.....	48
Quadro 2 – UNIDADES DE INTERNAÇÃO	49
Quadro 3 – UNIDADES DE SEMILIBERDADE	50
Quadro 4 – PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	52
Tabela 2 – COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	53
Tabela 3 – RESUMO DO INSTRUMENTAL DE 1 A 4 DA METODOLOGIA UNICEF DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO...	63
Tabela 4 – RESUMO DO INSTRUMENTAL DE 1 A 4 DA METODOLOGIA UNICEF DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE FAZENDA RIO GRANDE	64
Tabela 5 – RESUMO DO INSTRUMENTAL DE 1 A 4 DA METODOLOGIA UNICEF DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE LONDRINA	66
Tabela 6 – RESUMO DO INSTRUMENTAL DE 1 A 4 DA METODOLOGIA UNICEF DO CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU	67
Tabela 7 – CUSTO MENSAL PER CAPITA	68
Tabela 8 – CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS DAS UNIDADES.....	69

RESUMO

CALDEIRA, F.S.S. e ROCHA, S.M.A. Estudo do Custo do Adolescente em Conflito com a Lei sob Regime de Internação, no Estado do Paraná, com base na Metodologia Proposta pela UNICEF – ano de 2006. A presente pesquisa destaca os principais conceitos para definir criança e adolescente. Ressalta aspectos importantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, abrangendo seus princípios gerais, e específicos, no tocante às medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. Identifica as políticas públicas dirigidas à infância e juventude, nos âmbitos Federal e Estadual. Descreve as exigências legais de levantamento de custos do serviço público, destacando artigos da Lei nº4.320/1964, e da Lei Complementar nº101/2000. Resume a metodologia da UNICEF para levantamento de custos e qualidade das medidas socioeducativas. Demonstra a estratégia de custo, com conceitos que apontam as diferenças entre custos, despesas e gastos, com definições de custo direto e indireto, custo por atividade e método de rateio. Demonstra os parâmetros de qualidade considerados e indicadores testados. Apresenta conceitos e características da qualidade e ressalta os programas voltados à qualidade no serviço público. Apresenta o Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, descrevendo o histórico das instituições de assistência ao menor no Estado do Paraná. Confronta as receitas executadas e as despesas realizadas pelo IASP no exercício de 2006. Classifica e apropria os custos e apresenta os principais indicadores de qualidade das medidas socioeducativas. Apresenta o custo e o perfil do adolescente em regime de internação, nos Centros de Socioeducação: São Francisco, de Piraquara; de Foz do Iguaçu; de Londrina; e de Fazenda Rio Grande.

Palavras-chave: Custo do Adolescente em Conflito com a Lei; Regime de Internação; Metodologia da UNICEF.

E-mails: caldeira@sepl.pr.gov.br; sandraus@sepl.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	II
DEDICATÓRIA.....	III
PENSAMENTO	IV
LISTA DE GRÁFICOS	V
LISTA DE QUADROS	V
LISTA DE TABELAS	VI
RESUMO	VII
SUMÁRIO.....	VIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	5
2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS PARA DEFINIR CRIANÇA E ADOLESCENTE ...	5
2.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	8
2.2.1. Princípios Gerais.....	8
2.2.2. Medidas Socioeducativas Aplicadas aos Adolescentes em Conflito com a Lei	10
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS À INFÂNCIA E JUVENTUDE	12
2.3.1. Marco Institucional das Políticas Públicas	12
2.3.2. Políticas Públicas de âmbito Federal	13
2.3.3. Políticas Públicas de âmbito Estadual	15
2.4. EXIGÊNCIAS LEGAIS DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS DO SERVIÇO PÚBLICO.....	19
2.4.1. Lei nº 4.320/1964.....	19
2.4.2. Lei Complementar nº 101/2000	20
2.5. METODOLOGIA DA UNICEF PARA LEVANTAMENTO DE CUSTOS DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	23
2.5.1. Forma.....	23
2.5.2. Convenções	23
2.5.3. Conceitos Básicos	24
2.5.4. Procedimentos	25
2.5.5. Indicadores de Custo	28

2.6. ESTRATÉGIA DE CUSTO	30
2.6.1. Diferença entre Custos, Despesas e Gastos	30
2.6.2. Custos Diretos	33
2.6.3. Custos Indiretos	33
2.6.4. Custo por Atividade	33
2.6.5. Método de Rateio	35
2.7. METODOLOGIA DA UNICEF PARA LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	37
2.7.1. Parâmetros a serem Considerados	37
2.7.2. Indicadores a serem Testados	38
2.8. QUALIDADE NO ATENDIMENTO.....	39
2.8.1. Conceitos e Características da Qualidade	39
2.8.2. Programas voltados à Qualidade.....	41
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	43
4. INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ.....	45
4.1. EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AO MENOR	45
4.1.1. Serviço de Proteção à Infância	45
4.1.2. Instituto de Assistência ao Menor	46
4.1.3. Instituto de Ação Social do Paraná	46
4.2. CONFRONTAÇÃO DA RECEITA COM A DESPESA – EXERCÍCIO 2006....	51
4.2.1. Receitas Executadas	51
4.2.2. Despesas Realizadas	53
4.2.3. Confrontação da Receita com a Despesa.....	54
4.3. LEVANTAMENTO DOS CUSTOS E DOS INDICADORES DE QUALIDADE PELA METODOLOGIA DA UNICEF	55
4.3.1. Classificação dos Custos	55
4.3.2. Indicadores de Qualidade	57
4.4. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DO ADOLESCENTE POR UNIDADE	62
4.4.1. Centro de Socioeducação São Francisco de Piraquara	62
4.4.2. Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	63
4.4.3. Centro de Socioeducação de Londrina	65
4.4.4. Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande.....	66

4.4.5. Comparativo do Custo Per Capita nos Centros de Socioeducação	68
4.4.6. Comparativo da Estrutura de Despesa dos Centros de Socioeducação.....	69
4.5. PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	71
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	72
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
7. ANEXOS	76
7.1. ANEXO I – MANUAL DA METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS E INDICADORES DE QUALIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI – UNICEF	77
7.2. ANEXO II – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO DE PIRAQUARA.....	111
7.3. ANEXO III – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE FAZENDA RIO GRANDE.....	115
7.4. ANEXO IV – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE LONDRINA.....	119
7.5. ANEXO V – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU.....	123
7.6. ANEXO VI – TABELA INSTRUMENTAL 1-CUSTO DIRETO POR MÊS.....	130
7.7. ANEXO VII – TABELA INSTRUMENTAL 2-CUSTO INDIRETO POR MÊS	135
7.8. ANEXO VIII – TABELA INSTRUMENTAL 3-RATEIO POR MÊS.....	140
7.9. ANEXO IX – TABELA INSTRUMENTAL 4-CUSTO PER CAPITA.....	145
7.10. ANEXO X – CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE	150

1. INTRODUÇÃO

A década de 1980 significou para o Brasil, um período de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas, abrindo novas e promissoras perspectivas de desenvolvimento para a trajetória rumo ao século XXI.

A compreensão desses fatos conduziu a uma abordagem inovadora, em que após grandes movimentos populares, pela primeira vez na história brasileira as crianças e os adolescentes tornam-se prioridades absolutas garantidos pela Constituição Federal de 1988, que pelo art. 227, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

As políticas sociais classificam-se em: (a) preventivas, que se referem ao conjunto de medidas elaboradas pelo governo, como exemplo as políticas de emprego, salário, saúde pública, saneamento, educação e nutrição; (b) compensatórias, que são as destinadas a remediar os desequilíbrios originados pelo processo acumulativo. Como exemplo, a política da habitação, previdência, assistência ao menor e ao adolescente.

Também foi nesse período que as políticas sociais dirigidas aos adolescentes foram intensificadas, culminando com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que originou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 3º explicita que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à

pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, lhes assegurando, por instrumento legal ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Pelo art. 4º do Estatuto, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Ainda pelo art. 98 do Estatuto, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos naquela Lei foram ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta.

As Medidas Socioeducativas estabelecidas pelo art. 112 do Estatuto, são aplicadas quando verificada a prática de ato infracional, sendo que a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional.

O Estado do Paraná, por intermédio do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, autarquia estadual, atualmente, vinculada a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, é responsável pelo tratamento e atenção à criança e

ao adolescente em conflito com a lei, tratamento este que deve observar os preceitos legais instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante deste contexto, uma situação é posta: É de conhecimento do governo estadual e da sociedade paranaense o custo per capita do tratamento e atenção ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Paraná?

Presume-se que este tratamento é oneroso aos cofres públicos, tendo em vista que exige recursos financeiros para a execução e manutenção das medidas socioeducativas necessárias para a re-inserção do adolescente em conflito com a lei à sociedade.

O conhecimento do custo das medidas socioeducativas deverá demonstrar para a sociedade a necessidade do poder público adotar políticas públicas voltadas à orientação, recuperação e encaminhamento do adolescente em conflito com a lei.

Em vista disso, o objetivo desta pesquisa é levantar o custo e indicadores de qualidade das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei sob o regime de internação, no exercício de 2006, aplicando a metodologia proposta pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, em 4 (quatro) centros de socioeducação administrados pelo IASP.

Como objetivos específicos, a pesquisa pretende:

- a) fundamentar teoria de custos;
- b) descrever o custo e indicadores de qualidade da assistência ao adolescente em conflito com a lei, nos Centros Socioeducativos de Regime de Internação de Piraquara (São Francisco), de Fazenda Rio Grande; de Londrina, e de Foz do Iguaçu;
- c) verificar a execução financeira do orçamento previsto com o realizado no exercício de 2006;

- d) levantar o perfil do adolescente em conflito com a lei;
- e) servir de avaliação piloto, para que nos próximos exercícios o IASP adote e aplique a metodologia da UNICEF para avaliar o custo e qualidade de todos os centros de socioeducação sob sua responsabilidade.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica neste trabalho abrange: a) os principais conceitos para definir adolescência; b) aspectos do estatuto da criança e do adolescente; c) as políticas públicas dirigidas à infância e juventude; d) as exigências legais de levantamento de custos do serviço público; e) a metodologia da UNICEF para levantamento de custos das medidas socioeducativas; f) a estratégia de custo; g) a metodologia da Unicef para levantamento dos indicadores de qualidade das medidas socioeducativas; e h) a qualidade no atendimento.

2.1. PRINCIPAIS CONCEITOS PARA DEFINIR CRIANÇA E ADOLESCENTE

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu art. 2º “considera-se criança, para os feitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Segundo COLOMBO (2002, p.13) “É importante distinguir os conceitos de criança e infância e de adolescente e adolescência. Criança e adolescente se referem à individualidade, ao aspecto físico e ao desenvolvimento daquele que ficará adulto. Enquanto infância e adolescência se referem à dinâmica social, mudanças históricas e sociais, em que a criança e o adolescente são atores. (...) Criança é uma referência física, enquanto que infância é uma referência social”.

Para TRINDADE (1998, p.77) “*criança* é um ser humano de pouca idade e *infância*, o período de crescimento do ser humano, que vai do nascimento até a puberdade, ou período que vai até à adolescência. É evidente a distinção: o primeiro conceito abrange etapa da vida biológica e individual enquanto ao segundo são imprescindíveis as considerações de ordem histórico-cultural”.

Adolescência é um fenômeno psicossocial, tendo peculiaridades de acordo com o ambiente social, econômico e cultural em que o indivíduo se desenvolve. Na psicologia o conceito de adolescência não está necessariamente limitado aos fatores cronológicos e que segundo ROSA:

(...) podemos dizer que o conceito moderno de adolescência não se confunde com puberdade, como fato biológico, nem tampouco com pubescência, como estágio de transição marcada por grandes mudanças fisiológicas. Adolescência é um conceito psicossocial. Representa uma fase crítica no processo evolutivo em que o indivíduo é chamado a fazer importantes ajustamentos de ordem pessoal e de ordem social. Entre estes ajustamentos temos a luta pela independência financeira e emocional, a escolha de uma vocação e a própria identidade sexual. (...) só se pode falar sobre o término da adolescência em termos de idade cronológica à luz do contexto sócio-cultural do indivíduo. O que, de fato, marca o fim da adolescência são os ajustamentos normais do indivíduo aos padrões de expectativa da sociedade com relação às populações adultas. (ROSA, 1994, p.44)

Segundo OUTEIRAL (1994, p.21) “a Organização Mundial de Saúde (OMS), considera a adolescência como constituída de duas etapas: a primeira, dos dez aos dezesseis anos e; a segunda, dos dezessete aos vinte e um anos. Na primeira etapa, aparecem características como as transformações corporais e alterações psíquicas. Na segunda, o elemento central é a sexualidade”.

Ainda, OUTEIRAL (1994) classifica esse período em três fases: a inicial, que vai dos dez aos quatorze anos e que é marcada principalmente pelas transformações corporais; a média, que vai dos quatorze aos dezesseis anos e que tem como questão central o relacionamento sexual; e a final, dos dezesseis aos vinte e um anos, que é o período em que o adolescente estabelece novos vínculos com os pais, define-se profissionalmente e passa a aceitar o mundo adulto.

A situação peculiar do adolescente é caracterizada sociologicamente como o período de transição, em que o indivíduo passa de um estado de dependência do seu mundo maior para uma condição de autonomia, com funções e responsabilidades do mundo adulto.

Para ROSA:

O *eu* da criança reflete de modo relativamente simples, o mundo imediato das pessoas importantes de suas relações (os pais). (...) O adolescente, por outro lado, em virtude do seu amadurecimento biológico e do seu desenvolvimento cognitivo, tem a tarefa de re-examinar e re-integrar o autoconceito que teve até então, tornando-o mais consistente com sua nova capacidade racional, seus valores morais e com suas perspectivas de interação social em vários níveis da existência. Este processo de re-exame requer do adolescente a integração de suas novas habilidades cognitivas, bem como de seus novos valores e objetivos. O ponto chave, portanto, do conceito de identidade do adolescente é que ele representa o afastamento de uma posição em que ele se via apenas como uma espécie de reflexo dos outros, para uma condição mais autônoma em que o adolescente procura integrar independência e singularidade com interdependência e solidariedade com seu mundo significativo. (ROSA, 1984, p.86)

2.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente, são destacados os princípios gerais e uma abordagem sobre as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

2.2.1. Princípios Gerais

O Estatuto da Criança e do Adolescente sancionado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu art. 1º, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Destaca-se, nesse sentido, os seguintes artigos:

a) considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade (art. 2º).

b) a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (art. 3º).

c) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (art. 4º).

d) a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (art. 7º).

e) o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (art. 17).

f) é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art. 18).

g) é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violência dos direitos da criança e do adolescente (art. 70).

h) as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programa de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: orientação e apoio sócio-familiar (I); apoio sócio-educativo em meio aberto (II); colocação familiar (III); abrigo (IV); liberdade assistida (V); semiliberdade (VI); internação (VII) (art. 90).

i) as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei foram ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado (I); por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta (III) (art. 98).

j) na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (art. 100).

k) verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade (I); orientação, apoio e acompanhamento temporários (II); matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental (III); inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente (IV); requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial (V); inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (VI); abrigo em entidade (VII); colocação em família substituta (VIII) (art. 101).

2.2.2. Medidas Socioeducativas Aplicadas aos Adolescentes em Conflito com a Lei

O ato infracional é resultado de múltiplos fatores intervenientes, e o cumprimento da medida de privação e restrição de liberdade, com cunho socioeducativo deve privilegiar os processos de inserção social e prevenir a reincidência. Compreende-se que o adolescente em conflito com a lei deve estar incluído em uma política de atendimento que contemple os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e a Juventude – Regras de Beijing, das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 103, define como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, no art. 104, define que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas

previstas nesta Lei, e no art. 112, determina que a autoridade competente poderá aplicar medida socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. De acordo com a Doutrina de Proteção Integral, o adolescente a quem se atribua ato infracional tem assegurado o devido processo legal e demais garantias constitucionais na apuração do mesmo.

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – Advertência; II – Obrigação de Reparar o Dano; III – Prestação de Serviços à Comunidade; IV – Liberdade Assistida; V – Inserção em Regime de Semiliberdade e VI – Internação em Estabelecimento Educacional. (ECA, art.112)

A diferença conceitual entre os termos *crime*, atribuída a adulto que pratica ilícito penal e *infração*, atribuída ao adolescente que pratica o mesmo ilícito, é que o termo *infração* confere a este adolescente uma condição especial, em que a educação ou a assistência teria um papel estratégico para sua readaptação social.

Assim, as medidas socioeducativas constantes no ECA comportam aspectos de natureza coercitiva, uma vez que são punitivas aos infratores, responsabilizando-os socialmente, e aspectos eminentemente educativos, no sentido da proteção integral, com oportunidade de acesso à formação e à informação.

2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS À INFÂNCIA E A JUVENTUDE

Neste item aborda-se o marco legal das políticas públicas dirigidas à infância e a juventude e sua abrangência nas políticas públicas nos âmbitos do Governo Federal e do Governo do Estado do Paraná.

2.3.1. Marco Institucional das Políticas Públicas

O Estatuto da Criança e do Adolescente sancionado pela Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, introduziu mudanças profundas e amplas nas políticas públicas dirigidas à infância e juventude brasileiras.

Ao revogar o velho paradigma, representado pelas leis nºs 4.513/64 (Política Nacional de Bem-Estar do Menor) e 6.697/79 (Código de Menores), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criou condições legais para que se desencadeasse uma verdadeira inovação, tanto na formulação das políticas públicas para a infância e a juventude como na estrutura e funcionamento dos organismos que atuam na área.

A componente de modernidade político-social introduzida pelo ECA no campo do atendimento da promoção e da defesa dos direitos da criança se consubstancia num importante conjunto de mudanças de conteúdo, método e gestão.

Guardando rigorosa consistência com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estatuto reconhece seus destinatários como sujeito de direito, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta das famílias, da sociedade e do Estado.

Pelo art. 204 da Constituição Federal “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

2.3.2. Políticas Públicas de âmbito Federal

O atendimento público às crianças e jovens em situação de risco pessoal e social é, como o próprio ramo social do estado brasileiro, algo de recente em nossa História.

Numa pequena retrospectiva histórica, a primeira declaração dos direitos da criança (Declaração de Genebra, em 1923, a criação do Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes, em 1924, e a promulgação do primeiro Código de Menores, em 1927, marcam o início no Brasil da juridicidade do adolescente. A partir de 1927 com o Código de Menores, o menor, antes atendido pela assistência privada ou encarcerado com adultos, passa para a tutela do Estado.

A Constituição Federal de 1934 indica normas comuns a toda a nação, orientando a organização da educação em todo o território nacional, e reforça o sentido do grande controle central do Estado nos diversos segmentos, e entre eles, no atendimento à criança e ao adolescente.

Com a Constituição Federal de 1937, a educação da criança e da juventude ganha garantias especiais do Estado. Para os menores, um conjunto de ações será deflagrado pelo Departamento Nacional da Criança – DNCR, em 1940, pelo Serviço Nacional de Assistência a Menores – SAM , em 1941, e pela Legião Brasileira de Assistência – LBA, em 1942.

No contexto do golpe militar de 1964 é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, para formular e implantar a política nacional do menor. A idéia de uma sistematização nacional, faz com que a FUNABEM crie a Política Nacional do Bem Estar do Menor, fazendo a articulação e mobilização da regional por meio das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEM's.

Em 1979, é elaborado o segundo Código de Menores, como consequência da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Já na década de 90 os dispositivos assegurados na Constituição Federal de 1988 são regulamentados como doutrina de proteção Integral às crianças e aos adolescentes.

Os avanços internacionais na área da infância e da adolescência repercutiram positivamente no Brasil: foi ratificada a normativa expressa na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e aprovada a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – que representam marcos de ruptura definitiva com o paradigma da "situação irregular" e conseqüente consolidação da Doutrina da Proteção Integral, fundamentada no princípio da Prioridade Absoluta, consagrado no art. 227, da Constituição Federal.

As demais políticas setoriais passam a ser regulamentadas dentro desse novo marco legal institucional. É assim que, em 1990, a Lei nº 8.080/90 institui o Sistema Único de Saúde – SUS, em 1993, a Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – dispõe sobre a organização da assistência social, e em

1996 a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – regulamenta os sistemas de educação e ensino. Trata-se, portanto, de legislações que se articulam dentro das novas condições de institucionalidade democrática e têm princípios comuns, como a descentralização política e administrativa e a participação da sociedade na formulação das políticas.

Dentro desse marco conceitual e legal de política pública, inicia-se o processo de reordenamento institucional na perspectiva de mudanças, sobretudo com a implantação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Setoriais de políticas públicas.

2.3.3. Políticas Públicas de âmbito Estadual

A identificação das políticas públicas de âmbito estadual, voltadas à criança e juventude, foram identificadas pelos registros nos Planos de Governo para o Estado do Paraná, apresentados pelos respectivos governadores das últimas décadas.

a) Governo Jayme Canet Junior – 1975/1978

O documento Objetivos e Metas de Desenvolvimento/Paraná/75-78, apresentado pelo Governador Jayme Canet Junior, destaca no item: 2.3 Objetivos e Ação no Campo Social; 2.3.2 Bem Estar Social; 2.3.2.2 Programas Prioritários.

Programa de Prevenção à Marginalização do Menor – Programa que vem sendo desenvolvido em caráter experimental, com apoio da FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor e UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Criança, objetiva a implantação e manutenção de unidades comunitárias especializadas no atendimento ao menor, antes que ele se transforme em problema de difícil ou improvável solução.

Profissionalização do Menor – Visa a utilização racional de equipamentos públicos em programas de treinamento e profissionalização dos menores carentes. O Governo do Estado propiciará o apoio técnico e material para a constituição de núcleos de profissionalização de menores em áreas urbanas e rurais selecionadas visando inclusive a implantação nestas últimas de projetos agrícolas rentáveis. (p.39-40)

b) Governo Ney Braga – 1980/1983

O PLANO DO GOVERNO NEY BRAGA – QUADRIÊNIO 1980/1983, apresentado pelo Governador Ney Braga, destaca o SUBPROGRAMA 2.3.6. PROMOÇÃO SOCIAL DO MENOR, onde registra que o Governo pautará sua ação nos seguintes aspectos: • intensificação da assistência em regime de semi-internato e externato; • intensificação dos programas de educação formal e profissionalização do menor abandonado; • apoio a entidades assistenciais comunitárias; • continuidade dos trabalhos de conscientização comunitária; • orientação e apoio às famílias carentes; • implantação de creches, em integração com municípios e comunidades; • intensificação da interiorização da assistência ao menor. (p.104-105)

c) Governo José Richa – 1983/1987

O Plano de Ação apresentado pelo governador José Richa, no tópico 4 Políticas e Programas Prioritários – Infra-estrutura e Serviços Sociais – Saúde, Bem-estar Social e Saneamento, aponta a reestruturação organizacional do Instituto de Assistência ao Menor e da Fundação de Promoção Social do Paraná, com o fortalecimento das organizações regionalmente distribuídas de ambas as entidades.

d) Governo Álvaro Dias – 1987/1991

O PLANO DE GOVERNO – Álvaro Dias, no item 1 O PLANO E AS DIRETRIZES, destaca: Aspecto fundamental da ação do Governo traduzida no Plano é a reestruturação da área da chamada ação social. De um lado, parte-se da adequação institucional, com as mudanças já realizadas na Secretaria de Trabalho e Ação Social, entre as quais a criação da Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR – e de outro, da ampliação, aprofundamento e racionalização das áreas de atuação, principalmente no que se refere à população trabalhadora e às faixas de maior carência. (p.9)

e) Governo Roberto Requião – 1992/1995

O Plano Plurianual para o período de 1992 a 1995, aprovado pela Lei nº 9.882, de 26 de dezembro de 1991, destaca: TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, Compete ao Estado repensar procedimentos e buscar inovações e modelos alternativos que dêem efetividade às suas ações. Nesse sentido, a programação da área de Ação Social estará voltada para clientelas bem definidas – crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais – atuando com uma proposta de trabalho educativo e atendendo a necessidades objetivas. ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE, À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E AO ADULTO, Visa propiciar atendimento à criança e ao adolescente, à pessoa com necessidades especiais, à população carente adulta com necessidades biopsicossociais e apoiar, técnica e financeiramente, as entidades que atuam nesses segmentos. (p.52-53)

f) Governo Jaime Lerner – 1995/1998

O Plano de Governo apresenta o Programa CRIANÇA + FAMÍLIA, que visa formular e desenvolver uma política de assistência social que priorize ações de

caráter emancipador voltados aos segmentos de população excluídos de acesso aos serviços essenciais, diminuindo ações assistencialistas e possibilitando a ampliação de atividades produtivas. Apresenta ainda, os seguintes projetos: De Integração à Infância e Adolescência; Creche; Formando o Cidadão; Piá no Esporte; Da Rua Para Escola; Interiorização dos Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente Infrator; Semi-Liberdade e Ampliação de Atendimento em Liberdade Assistida; Casa-Lar; Apoio Institucional; Apoio Familiar (...) (p. 46-48)

g) Governo Roberto Requião – 2003/2006

O Plano de Governo Paraná 2003-2006 – Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, apresentado pelo governador Roberto Requião, destaca em sua Linha de Ação denominada Emprego, Cidadania e Solidariedade, o Programa 14 – Leite das Crianças, com o objetivo de reduzir as deficiências nutricionais desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil, pela distribuição de leite pasteurizado e enriquecido e pelo estímulo ao aleitamento materno e a informações e procedimentos relativos à educação sanitária, nutrição e higiene pessoal. (p.83-84).

Destaca ainda no contexto do Programa 16 – Assistência Social, o Fundo Estadual para a Infância e Adolescência, que atendendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, serão destinados recursos aos municípios e entidades que desenvolvem programas de proteção especial, com a participação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. (p.91)

2.4. EXIGÊNCIAS LEGAIS DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS DO SERVIÇO PÚBLICO

As exigências legais de levantamento de custos do serviço público estão consubstanciadas na Lei nº 4.320, de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 2000.

2.4.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, foi a primeira determinação legal de impor à administração pública o cálculo de seus custos.

O art. 85 da referida lei, dispôs que: “Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, e determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”.

Para MACHADO JR., no comentário ao presente artigo:

Cuida o artigo de dispor sobre a organização, tanto administrativa quanto técnica, a fim de que suas funções possam ser executadas eficientemente.

Assim se faz ressaltar que o planejamento do controle gerencial e financeiro, das entidades de Direito público interno, deve ser realizado com o objetivo de atender à Administração com informações que lhe possibilitem verificar se as metas programadas estão sendo alcançadas como planejadas e providenciar as medidas necessárias caso desvios sejam detectados.

Como instrumento do sistema de controle interno, a contabilidade obedece a regras próprias, que têm por escopo a evidenciação dos fatos ocorridos na Administração.

Modernamente, entende-se a contabilidade como técnica capaz de produzir, com oportunidade e fidedignidade, relatórios que sirvam à Administração no processo de tomada de decisões e de controle de seus atos, demonstrando, por fim, os efeitos produzidos por esses atos de gestão no patrimônio da entidade.

A evidenciação se faz através dos registros, e conseqüentemente das demonstrações contábeis, mediante os quais se toma conhecimento dos bens, direitos e obrigações que estão sob a responsabilidade de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuam despesas, administrem ou guardem esses bens pertencentes às instituições

públicas.

A informação contábil permite à Administração a análise e a tomada de decisões com vistas a melhorar a arrecadação das suas receitas, aperfeiçoar os mecanismos de cobrança dos seus créditos, proporcionar bases para uma melhor programação da despesa e dos desembolsos, e, ainda, dar ao administrador, ao público e àqueles com quem a entidade transaciona, elementos sobre a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio da instituição. Por fim cumpre-lhe analisar e interpretar os resultados obtidos.

Para exercer as funções descritas, a contabilidade serve-se de mecanismo próprio que se denominou de conta. As contas devem ser estruturadas tendo em vista os objetivos da entidade. Na Administração Pública a contabilidade deve ser estruturada de tal forma que se cumpram as disposições desta lei, evidenciando os reais objetivos perseguidos pela Administração e as relações contábeis/jurídicas/econômicas. (...)

Assim, o planejamento contábil visará, sobretudo permitir:

- I. conhecimento da composição patrimonial, a fim de ser analisada sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- II. conhecimento dos resultados obtidos nas operações das unidades de gestão nas atividades pelas quais são responsáveis e desenvolvidas nas áreas de responsabilidade governamental;
- III. o conhecimento das relações financeiras entre os Poderes constituídos e entre os órgãos da administração direta, indireta e fundacional integrantes da organização governamental e a consolidação das contas governamentais;
- IV. conhecimento dos direitos e obrigações de qualquer natureza, resultantes de leis, contratos, convênios, acordos e ajustes;
- V. conhecimento de bens e valores de qualquer natureza, pertencentes ou confiados à guarda ou custódia da entidade, bem como a localização da sua origem;
- VI. o conhecimento dos custos dos serviços de qualquer natureza mantidos pela entidade, ou ainda da produção de produtos, a fim de determinar a sua correlação com o serviço prestado ou com o produto e de orientar decisões na fixação dos preços e correções de desvios detectados; (MACHADO JR., 2002/2003, p.187-189)

2.4.2. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em seu art. 4º reza: “A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

....

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;”

A lei de diretrizes orçamentárias, prevista no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, deverá ser encaminhada até 15 de abril de cada ano ao Poder Legislativo e tem como principal função servir como instrumento de orientação à elaboração da lei orçamentária anual, que por sua vez, deverá ser encaminhada até 30 de setembro de cada ano para aprovação do Legislativo Estadual.

Assim, pelo seu art. 4º, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que cada lei de diretrizes orçamentárias contenha normas relativas à avaliação dos resultados dos programas públicos, bem como de normas sobre o controle de custos.

Ao comentar o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, MILESKI (2000, p.12) ensina que “O conhecimento dos custos é condição para o cumprimento do princípio constitucional da transparência, e também, da eficiência, especialmente no sentido estrito da economicidade, que em outras palavras pode ser tomada como sinônimo de custo-benefício”.

Ainda sobre o levantamento de custos na Administração Pública preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe destacar o art. 50, em seu parágrafo 3º, onde “A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”.

Em observação ao estabelecido no art. 4º da LRF, a Lei nº 14.783, de 14 de julho de 2005, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2006, em seu art. 49, reza: “Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias”.

A lei de responsabilidade fiscal veio acentuar a necessidade do levantamento de custos dos serviços públicos, visto que o art. 9º instituiu o mecanismo de limitação de empenho sempre que se verificar a frustração de receita. Esta limitação

de empenho deverá ser realizada, como determina o art. 4º da LRF, em conformidade com os critérios que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias aplicável ao respectivo exercício financeiro.

No contexto da necessidade do levantamento de custos do serviço público, NUNES, aponta que:

(...) a crise fiscal do Estado e a exposição dos mercados domésticos à competição internacional impuseram a necessidade de que a reforma do Estado privilegiasse a qualidade do gasto público. Diferentemente do setor privado, no setor público as preocupações com a gestão de custos não estão relacionadas com a avaliação de estoques ou com a apuração de lucros, mas sim com o desempenho dos serviços públicos. A melhoria substancial no desempenho de uma organização governamental, por sua vez, requer sistemas de informações gerenciais que dêem sustentação aos seus processos decisórios. Em particular, tais sistemas devem contemplar medidas de resultado e o custo para obtê-los. (NUNES, 1998, p.9)

Ainda para NUNES (1998, p.10) "(...) não é possível se falar seriamente em Qualidade sem se falar em Custos. A adoção de sistemas de custos é, portanto, condição necessária para a implantação de Programas de Qualidade. Há melhoria na qualidade dos serviços prestados quando a Administração Pública consegue prover os mesmos serviços, em quantidade e qualidade a custos menores".

Na defesa da aplicação de custos no setor público, NUNES ressalta que:

Os custos estão entre os principais indicadores de desempenho das organizações. Assim, os sistemas de custos desempenham um papel chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional. No setor privado, os sistemas de custos orientam as empresas sobre a quantidade ótima a ser produzida e sobre o corte dos produtos não rentáveis. No setor público o critério relevante não é o da rentabilidade. Mas a identificação de custos elevados em relação a padrões de análise (custo histórico, custo de organizações ou serviços congêneres, etc.) poderá orientar a Administração Pública sobre a necessidade de ações de melhoria ou mesmo a reestruturação de processos (terceirização, concessão, parceria, descentralização, contratos de gestão, etc.).

A correta apuração dos custos dos serviços públicos e sua publicidade são também poderosos instrumentos de controle social, permitindo aos usuários, aos auditores (internos e externos) a avaliação da eficiência dos serviços prestados. De fato, um dos fatores impeditivos para que os sistemas de controle interno e controle externo possam avaliar a eficiência dos serviços públicos é justamente a inexistência de sistemas de custo. Desta forma, o controle acaba ficando circunscrito aos aspectos formais e legais dos atos de gestão. (NUNES, 1998, p. 10-11)

2.5. METODOLOGIA DA UNICEF PARA LEVANTAMENTO DE CUSTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A metodologia da UNICEF para levantamento de custo das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, está sendo apresentada na sua forma de apropriação, nas convenções, na definição dos conceitos básicos, nos procedimentos de cálculo, e nos indicadores de custo.

2.5.1. Forma

Para apuração dos custos a metodologia propõe a forma de categoria de custo direto e custo indireto. Esta modalidade foi escolhida por facilitar a sua aplicação em organizações com grande diversidade de centros de custos, facilitando a identificação de problemas setoriais.

O conceito operado nesta modalidade de custo está centrado na definição dos itens de Custo Direto e de Custo Indireto.

2.5.2. Convenções

O objetivo destas convenções é estipular parâmetros comuns para a execução do trabalho.

a) *Convenção de Consistência*: estipula que os métodos adotados não devem ser mudados com demasiada frequência para não prejudicar a compatibilidade dos resultados. Do ponto de vista dos custos, a validade dessa convenção pode ser exemplificada através de métodos de custeamento e adoção de bases de rateio. Pode-se aperfeiçoá-lo constantemente, prevendo as variações, a fim de não distorcer a comparabilidade dos custos incorridos;

b) *Convenção de Materialidade*: refere-se ao uso excessivo de registros de fatos de pouco significado. Tais fatos devem ser registrados em dados agrupados por períodos julgados oportunos, em geral o mês. A aplicação dessa convenção tem vital importância no cálculo do custo no nível da criança/adolescente ou de produção. Deve-se procurar aprimorar aqueles itens de significativa e real importância na formação do custo, deixando os demais custos incorridos para serem incorporados através de base de distribuição ou rateios lógicos e racionais, medindo a significatividade do fato gerador do custo;

c) *Convenção de Objetividade*: optou-se por uma planilha objetiva e auto explicativa, destacando itens como pessoal, material de consumo, serviços contratados e despesas de funcionamento. Ao defrontar-se com problemas na escolha de critérios ou de valor, deve-se optar pela hipótese mais objetiva. Esta convenção se aplica rigorosamente ao intentar, por exemplo, escolher as bases de rateio que apropriáramos às despesas dos diversos Centros de Custo.

2.5.3. Conceitos Básicos

A metodologia considera os seguintes conceitos:

a) *Unidade de Atendimento*: (ua) É uma base física onde se executa um determinado programa sócio-educativo;

b) *Custos*: Toda e qualquer aplicação de recursos em diferentes formas e expressos em valores monetários;

c) *Custo Direto*: (CDua) É o valor gasto diretamente na Unidade de Atendimento ou que beneficia diretamente os adolescentes por ela atendidos. Ex.: pagamento de pessoal (Direção, Equipe Técnica, Educadores...), material pedagógico;

d) **Custo Indireto:** (Clua) São aqueles executados em áreas de apoio ao atendimento e que podem ser utilizados por todos os setores da Instituição. Ex.: custo operacional da administração central da instituição; despesas de infraestrutura da sede ou administração central, atendimento jurídico;

e) **Custo Total da Unidade de Atendimento:** (CT) É a soma do Custo Direto da Unidade com o Custo Indireto da Unidade;

f) **Família de Custos:** É o agrupamento de itens de custo com características semelhantes, classificados conforme a natureza das despesas;

g) **Custo Per Capita:** É o Custo Total de uma Unidade de Atendimento, ponderado pelo número médio mensal de adolescentes.

2.5.4. Procedimentos

O levantamento de custo leva em consideração três aspectos básicos:

a) **Custos Diretos (CD):**

a.1) **Apropriação do Custo Direto das Unidades de Atendimento**

Conforme o conceito estabelecido acima, deve-se proceder a coleta dos dados relativos aos custos diretos de cada unidade de atendimento, observada as famílias de despesa;

a.2) **Preenchimento do instrumental 1 – Planilha de Custos Diretos**, elencando todas as unidades de atendimento do órgão, por programa. Nesta planilha foram colocados 03 grupos de despesa: Pessoal; Material de Consumo; Despesas de Funcionamento.

1) *Pessoal:* serão alocadas as despesas de salário, benefícios, horas extras, encargos e diversos, dos profissionais ligados à unidade de atendimento.

2) *Material de Consumo*: serão alocadas as despesas com gêneros alimentícios, material pedagógico, vestuário, medicação e diversos. Dentro desse item foram escolhidos aqueles considerados relevantes para o atendimento do adolescente. Todos os demais materiais de consumo deverão ser colocados no subitem diversos.

3) *Despesas de Funcionamento*: devem ser alocadas nesse item as seguintes despesas: contrato de alimentação, contrato de vigilância, contrato de limpeza, demais contratos, água, luz, telefone, impostos e diversos. No subitem diversos, serão alocadas as despesas com estagiários, viagens, transporte e os adiantamentos quando não for possível alocá-los nos demais itens da planilha. Os convênios/contratos cujo objetivo é o aprimoramento do atendimento de adolescentes nas unidades deverão ser alocados nos custos diretos, rateando o valor pelo número de atendidos. Os demais convênios e transferências e subvenções de atendimento a crianças e adolescentes não serão considerados para efeito de cálculo de custos do atendimento direto neste trabalho (metodologia). Quando um único contrato de prestação de serviços incluir várias unidades, deve-se obter o custo correspondente de cada unidade. Com estes dados, torna-se possível obter o *Custo Direto Mensal* das Unidades de Atendimento de um determinado programa.

b) Custos Indiretos (CI):

b.1) Apropriação dos Custos Indiretos

Para a apropriação dos Custos Indiretos da instituição, deve-se preencher o instrumental 2 – Planilha de Custos Indiretos, elencando os custos da administração central (assessorias, diretorias administrativas, etc.) e também os custos das gerências dos diversos programas.

Em muitas instituições, existem gerências específicas dos diferentes programas. Por exemplo, Divisão de Infratores, Supervisão de Programas Protetivos, etc. Estes custos são indiretos, porém, são específicos de cada programa. Dessa forma, este custo indireto deverá constar apenas do programa específico.

Os indicadores elencados no instrumental 2 são os mesmos da planilha de custos diretos, que contempla os três grupos de despesas: pessoal, material de consumo, despesas de funcionamento.

1) *Pessoal*: serão alocadas as despesas de salário, benefícios, horas extras, encargos diversos, dos profissionais ligados ao atendimento indireto de cada unidade.

2) *Material de Consumo*: material de escritório, material de informática, diversos.

3) *Despesas de Funcionamento*: contratos de vigilância, contratos de limpeza, outros contratos, água, luz, telefone, impostos, diversos.

c) Média Mensal de Adolescentes (MMA).

c.1) Rateio do Custo Indireto entre as Unidades de Atendimento

Para obter esse rateio, deve-se preencher o instrumental 3, que contempla o nome de todas as Unidades, o Custo Direto (instrumental 1). Unidade 1 + Unidade 2 + Unidade 3....= Total dos Custos Diretos.

O percentual a ser aplicado para a obtenção do custo indireto/unidade, é obtido pela fórmula $\text{Custo Total da Unidade} \times 100 \div \text{pelo Total do Custo Direto} = \%$

d) Produção dos Indicadores do Atendimento

Para se auferir os custos dos programas de atendimento, devemos trabalhar com indicadores do atendimento de crianças e adolescentes.

O indicador considerado mais adequado para a apropriação de custos dos programas é a Média Mensal de Atendimento (MMA), obtida da seguinte maneira:

LA = N° de adolescentes no último dia do mês anterior

E = N° de entrada de adolescentes

As = N° de saída de adolescentes (saída+desinternação+fugas)

Total = saldo diário de adolescentes

e) Obtenção do Custo Per Capita

Para a obtenção do Custo Per Capita, divide-se o Custo Total Mensal pela Média Mensal de Adolescentes.

2.5.5. Indicadores de Custo

Os indicadores de custo apresentados na Metodologia, têm por objetivo visualizar a realidade no aspecto macro de gestão. São referenciais que proporcionam uma linguagem comum a toda organização.

Nestas circunstâncias, como por exemplo, com o indicador pessoal/custo total, consegue-se mensurar o comportamento dos recursos financeiros com pessoal, para uma avaliação crítica de seu real peso no custo da Unidade, com a perspectiva, se for o caso, de disponibilizar recursos para custeio e/ou investimentos. Outro exemplo seria o de custo indireto/custo total, que permitirá, eventualmente, regular/carrear mais recursos para as atividades fins, ou seja, as Unidades.

2.6. ESTRATÉGIA DE CUSTO

A estratégia de custo aborda a diferença entre conceitos de custos, despesas e gastos, aborda os conceitos de custos diretos e indiretos, e, por fim, os conceitos de custo por atividade e método de rateio.

2.6.1. Diferença entre Custos, Despesas e Gastos

Enfoque Teórico para o Setor Público, Enfoque Teórico no Setor Privado, Diferença de apropriação de Custos entre o Setor Público e o Setor Privado.

a) Enfoque Teórico para o Setor Público

a.1) Para NUNES:

A diferença conceitual entre despesa e custo tem particular interesse no contexto da Reforma do Estado. Enquanto a despesa pública é o desembolso financeiro correspondente a qualquer ato de gestão do governo, o custo mede o consumo de recursos na produção de um bem ou serviço (custo do produto). Os custos também medem o consumo de recursos pelas atividades das organizações governamentais (custo da atividade ou de processo). Como ilustração da distinção entre gasto despesa, custo, basta observarmos que quando a Administração Pública compra material de consumo (recurso), são feitos dois lançamentos contábeis de mesmo valor nas contas: 1) despesa com material de consumo (despesa) e 2) estoque de material de consumo (ativo). O gasto só é contabilizado como custo no momento em que alguma unidade faz a requisição do material de consumo junto ao almoxarifado. A contabilização do gasto como custo requer a apropriação deste a algum produto (no custeio tradicional) ou a alguma atividade (no custeio ABC). (...) Por ora, basta lembrar que as despesas nos mostram como o governo financia os recursos que usa ou potencialmente poderá utilizar – despesas com pessoal, despesa com material de consumo, despesa com equipamento e material permanente, despesa com serviços de terceiros, despesas financeiras, etc. – enquanto os custos nos mostram como o governo financia seus resultados – custo de uma aula, custo de uma consulta médica, custo de um serviço administrativo, custo de uma operação de fiscalização, etc. (NUNES, 1998, p.4)

a.2) PARA MACHADO JR.:

A despesa é a aplicação de recursos mediante a qual qualquer organização, independente da sua natureza jurídica, procura alcançar os seus objetivos e, conseqüentemente, cumprir com a sua missão, não interessando que tenha tempo de existência definido (temporária) ou indefinido. Interessa que seja importante para o funcionamento da organização.

Na administração governamental, ainda que não seja diferente essa premissa, qualquer que seja a despesa, independente do seu objeto, só poderá ser realizada quando a lei autorizá-la. (MACHADO JR, 2002/2003, p.138)

b) Enfoque Teórico no Setor Privado

b.1) Para MARTINS:

A Dificil Separação, na Prática, de Custos e Despesas.

Teoricamente, a separação é fácil: os gastos relativos ao processo de produção são custos, e os relativos à administração, às vendas e os financiamentos são despesas. Na prática, entretanto, uma série de problemas aparece pelo fato de não ser possível a separação de forma clara e objetiva. Por exemplo, é comum encontrarmos uma única administração, sem a separação da que realmente pertence à fábrica; surge daí a prática de se ratear o gasto geral da administração, parte para a despesa e parte para o custo, rateio esse sempre arbitrário, já que não há possibilidade prática de uma divisão científica. Normalmente, a divisão é feita em função da proporcionalidade entre número de pessoas na fábrica e fora dela, ou com base nos demais gastos, ou simplesmente em porcentagens fixadas pela Diretoria. (MARTINS, 2000, p.43)

Ainda, segundo MARTINS:

a) **Gasto** – Sacrificio financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrificio esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).

b) **Investimento** – Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).

c) **Custo** – Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

d) **Despesa** – Bem ou serviço consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas. (MARTINS, 2000, p.25-26)

b.2) Para SANTOS:

Gasto: é um compromisso assumido pela empresa para obtenção de um produto ou serviço.

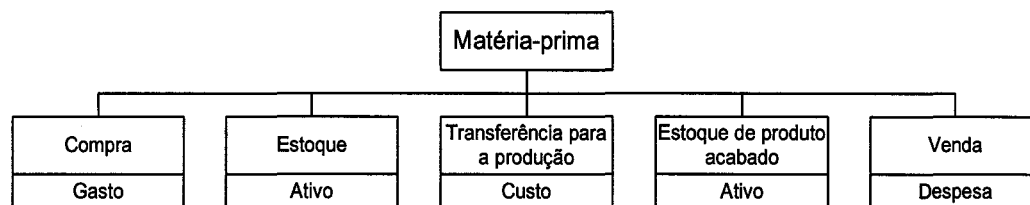
Custos: são gastos com bens ou serviços utilizados para produção de outros bens ou serviços.

Despesas: também são gastos com bens ou serviços assumidos para obtenção de uma receita. (SANTOS, 1990, p. 21)

Ainda para SANTOS:

Quando a matéria-prima é adquirida, denominamos este primeiro estágio de gasto; em seguida ela é ativada; no instante em que é transferida como fator de produção, passa a ser chamada custo. Portanto, entende-se como custo todos os fatores aplicados no processo de produção, para a transformação de matéria-prima em produto, tais como mão-de-obra, energia elétrica, depreciação das máquinas, embalagem, a própria matéria-prima, etc. Outros Gastos que não contribuem ou não se identificam com a transformação da matéria-prima, ou não são realizados dentro da fábrica, mas que não deixam de ser um sacrificio para se obter a Receita, constituem-se em Despesas.

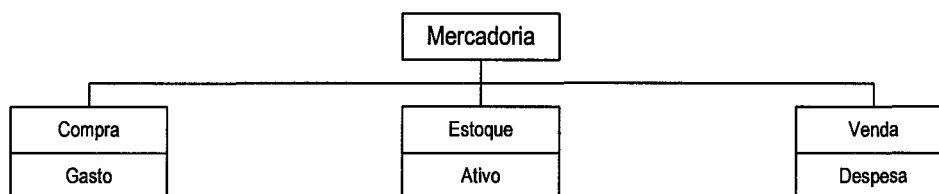
Assim, os gastos identificáveis no processo de produção são custos, enquanto os identificáveis à administração, os financeiros e os relativos às vendas são despesas. (SANTOS,1990, p.22)



Fonte: SANTOS (1990, p.22)

A matéria-prima, por ocasião de sua compra, constitui-se em um gasto; por ocasião de seu recebimento e estocagem, passa a fazer parte integrante do ativo; no momento em que é transferida para a produção como fator de produção passa a ser denominada de custo; a partir do instante em que o produto está acabado e é colocado à disposição da área de vendas, o bem passa a ser um novo ativo, e a partir do momento em que este ativo é vendido, constituir-se-á em despesa do produto vendido.

Se partirmos do pressuposto de que o resultado de um negócio realizado por uma indústria é consequência do confronto entre a receita e a despesa, o fundamento da inexistência do termo custo dos produtos vendidos é inteiramente válido, prevalecendo o termo despesa da mercadoria vendida como tecnicamente correto. (SANTOS,1990, p.22)



Fonte: SANTOS (1990, p.23)

Na atividade mercantil de compra e venda de mercadorias não existe o termo custo, pelo fato de a mercadoria, quando vendida, transformar-se de ativo em despesa. No comércio inexistente o termo custo da mercadoria vendida, e sim despesa da mercadoria vendida. (SANTOS,1990, p.23)

b.3) Segundo PIZZOLATO (1997, p. 157) “Em Contabilidade, o significado tradicional do termo **custo** consiste no valor monetário pago por bens ou serviços utilizados. Dessa forma, um de seus usos mais comuns é como sinônimo do termo *despesa* – que significa redução do Patrimônio Líquido”.

c) Diferença de apropriação de Custos entre o Setor Público e o Setor Privado

Para NUNES:

Pela lei 4.320/64, as despesas são contabilizadas pelo regime de competência do exercício, ou seja, pela data do fato gerador e não pelo efetivo desembolso financeiro. A despesa é, portanto, contabilizada quando incorrida (autorizada) e não quando é paga. No setor público todos os gastos contabilizados como despesas (orçamentárias ou extra-orçamentárias). O mesmo não ocorre no setor privado, daí termos feito à distinção entre gastos e despesas do governo. Na contabilidade de custos tradicional só são contabilizados como custos os gastos direta ou indiretamente relacionados com a produção. Os demais gastos são contabilizados como despesas. Exemplo: despesas financeiras, despesas com vendas, despesas administrativas, etc.(NUNES, 1998, p.20)

d) Conceitos de Custo

d.1) Para NUNES (1998, p.21 e 22) “Custo de produto – São gastos incorridos na elaboração de um bem ou na prestação de um serviço. Custo de processo de trabalho – são gastos incorridos na execução das atividades que compõem o processo de trabalho”.

d.2) Para PIZZOLATO (1997, p.196) “Custo fixo é o que independe do nível de atividade. Exemplos tradicionalmente citados são aluguéis, impostos sobre a propriedade, salários de gerentes, seguros, despesas de iluminação, etc.

Custo variável é o que varia linearmente com o nível de atividade, sendo nulo ao nível zero de atividade. Exemplos tradicionais são: mão-de-obra direta, matéria prima direta, energia, combustível, suprimentos, comissões sobre vendas, impostos sobre o faturamento, etc “.

d.3) Para MACHADO JR.:

Custos fixos – são aqueles que permanecem inalterados, ao longo do tempo, qualquer que seja o volume produzido, até que algum evento ou fenômeno de natureza administrativa ou econômica produza-lhe alguma variação. Salários administrativos, aluguéis, depreciações a taxas fixas, são alguns exemplos desta categoria de custos.

Custos variáveis – são aqueles que dependem da quantidade ou volume de produtos a serem produzidos. Salários, depreciações, luz, gás, água e outros insumos que porventura forem empregados diretamente na produção para a consecução definitiva do produto, são classificados nesta categoria. (MACHADO JR. 2002/2003, p.93)

2.6.2. Custos Diretos

a) Para NUNES (1998, p.21) “Custo direto – É a parcela do custo total que é univocamente identificada com o produto (ou com o processo de trabalho)”.

b) Para FLORENTINO (1985, p.20) “Os custos diretos são aqueles que podem ser imediatamente apropriados a um só produto ou a um só serviço”.

2.6.3. Custos Indiretos

a) Para NUNES (1998, p.21) “Custo indireto – É a parcela do custo total que não pode ser identificada diretamente com um produto (ou processo) específico, ainda que seja essencial para a produção do mesmo. Depende, portanto, de critérios de rateio (entre os produtos, processos ou outros objetos de custeio)”.

b) Para FLORENTINO (1985, p.20) “Os custos indiretos são aqueles que dependem de cálculos rateios ou estimativas para serem divididos e apropriados em diferentes produtos ou diferentes serviços”.

c) Para PIZZOLATO (1997, p.158) “Custos indiretos são aqueles não identificados diretamente com cada um dos diversos produtos em fabricação”.

2.6.4. Custo por Atividade

a) Para BRIMSON (1996, p.83) “ATIVIDADES SÃO AÇÕES - Um sistema gerencial estruturado em atividades assegura que os planos sejam transmitidos para o nível em que ações possam ser tomadas. Atividades são o que as organizações fazem. Para fazer mudanças, devemos modificar o que as pessoas fazem. Desta forma, as mudanças, em última análise, devem ser feitas em atividades.”

Ainda BRIMSON, acrescenta que custo da atividade e custo do produto por atividade são:

a) Custo da Atividade

O Custo da atividade é obtido pelo rastreamento do custo de todos os recursos importantes para realizar uma atividade. Os recursos consistem em pessoas, máquinas, viagens, suprimentos, sistemas de computadores e outros que normalmente são expressos como elementos de custo dentro de um plano de contas.

b) Custo do Produto por Atividade

Na contabilidade por atividades, a execução de uma atividade é entendida como consumo de recursos. Os produtos consomem atividades. O custo do produto é determinado através de uma lista de atividades e a quantidade consumida de cada uma na fabricação de um produto específico. O custo de produto por atividade é obtido pela soma dos custos de todas as atividades relacionadas. (BRIMSON, 1996, p.78)

b) Para MARTINS (2000, p.97) “O Custeio Baseado em Atividades, conhecido como ABC (*Activity-Based Costing*), é uma metodologia de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos (...)”.

c) Para HAVE:

Os modelos tradicionais de contabilidade de custos alocam custos indiretos (despesas gerais) com base no volume. Como resultado, os custos de produtos de grande volume tendem a ser superestimados, enquanto os de pouco volume são subestimados. Contrariamente aos métodos tradicionais de contabilidade de custos, o ABC – *activity-based costing* (custeio baseado em atividades ou custeio ABC), calcula os custos “verdadeiros” de produtos, clientes ou serviços atribuindo custos indiretos não com base em volume, mas em atividades exigidas ou executadas.

A premissa subjacente do custeio ABC é que não são os próprios produtos ou clientes, mas as atividades executadas para respectivamente fazê-los ou servi-los que geram custos. Como produtos diferentes exigem atividades diferentes, cada um usando uma quantidade diferente de recursos, a alocação dos custos deve ser pesada de acordo com isso. (HAVE, 2003, p. 2)

d) Em comentário sobre o custeio baseado em atividades (ABC), NUNES ressalta:

A hipótese fundamental (e revolucionária) do ABC é que os custos são gerados pelas atividades. Como consequência, pelo mapeamento das atividades pode-se fazer uma descrição mais acurada da forma pela qual os recursos são consumidos dentro de uma organização. O mapeamento de atividades identificará quais atividades agregam valor ao produto e quais não agregam. Para cada atividade é avaliada a taxa de consumo de recursos. Pode-se, inclusive, comparar o custo da atividade com o valor que ela adiciona ao produto (análise custo-valor de Yoshikawa). Enfim, o ABC mostra como se formam os custos dentro das organizações. Este método também nos mostra o impacto sobre a estrutura de custos da organização decorrente da eliminação, modificação ou criação de uma atividade (NUNES, 1998, p. 13-14)

2.6.5. Método de Rateio

a) Para MARTINS (2000, p.84) “Análise dos Critérios de Rateio – Custos Comuns - Todos os Custos Indiretos só podem ser apropriados, por sua própria definição, de forma indireta aos produtos, isto é, mediante estimativas, critérios de rateio, previsão de comportamento de custos etc. Todas essas formas de distribuição contêm, em menor ou maior grau, certo subjetivismo; portanto, a arbitrariedade sempre vai existir nessas alocações, sendo que às vezes ela existirá em nível bastante aceitável, e em outras oportunidades só a aceitamos por não haver alternativas melhores”.

b) PIZZOLATO (1997, p.159), ensina que “O rateio dos diversos custos indiretos não pode ser arbitrário, devendo ser baseado em critérios racionais. Adiante serão discutidos dois tipos de critérios de rateio:

- Critérios globais de rateio
- Critérios específicos de rateio

Em princípio, os critérios globais são muito mais simples, porém imprecisos, enquanto os específicos ou particulares, inversamente, são muito mais complexos porém precisos. É possível aplicar-se o meio termo, isto é, para alguns custos indiretos usar critérios globais e para outros usar critérios específicos”.

PIZZOLATO (1997, p.159) “Critérios Globais de Rateio - Para o rateio dos custos indiretos aos bens produzidos, por um critério global, deve ser encontrado algum fator diretamente relacionado aos volumes produzidos. Fatores ou critérios globais mais usados costumam ser:

- Horas de mão-de-obra
- Horas-máquina
- Custos de mão-de-obra direta”.

Ainda PIZZOLATO (1997, p.160) "Critérios de Rateio Específicos – Em contraposição aos critérios de rateio globais, existem inúmeros outros critérios usados em circunstâncias específicas. Na aferição de critérios precisos de rateio, métodos usados na engenharia industrial, tais como engenharia de métodos, tempos e movimentos etc., podem ser indispensáveis (...)".

2.7. METODOLOGIA DA UNICEF PARA LEVANTAMENTO DOS INDICADORES DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A metodologia para verificação dos indicadores de qualidade no atendimento, abrange, primeiramente, os parâmetros a serem considerados e os indicadores a serem testados.

2.7.1. Parâmetros a serem Considerados

Para dar cobertura aos serviços prestados em cada modalidade de atendimento (nesta pesquisa internação), estão definidas quatro categorias de indicadores que devem ser avaliadas:

1) Necessidades Básicas: Alimentação; Vestuário; Higiene Pessoal; Documentação Civil; Documentação Escolar.

2) Espaço Físico e Infra-estrutura: Salubridade; Capacidade; Refeitório; Dormitórios; Banheiros; Ambiente para Escolarização; Ambiente para Prática de Esportes, Recreação e Cultura; Equipamentos; Segurança.

3) Direitos Fundamentais: Escolarização Formal; Profissionalização; Esporte; Cultura; Lazer; Assistência Religiosa; Atendimento Médico; Atendimento Odontológico; Cuidados Farmacêuticos; Atendimento Psicológico; Atividades Externas.

4) Atendimento Técnico: Atendimento Psicossocial; Atendimento Grupal; Atendimento Familiar; Reuniões com Famílias; Atendimento Jurídico; Acompanhamento de Egressos.

2.7.2. Indicadores a serem Testados

Os indicadores serão classificados por três modalidades de avaliação:

a) Critério 1: Existência do serviço

Exemplo: A Unidade fornece, dentro das Necessidades Básicas, a documentação escolar? _____ sim _____ não

b) Critério 2: Alcance do serviço

Exemplo: A documentação escolar é fornecida: A totalidade da população atendida – abrangência de 30% ou....?

c) Critério 3: Qualidade do serviço

Exemplo: Qual a pontuação dada para o serviço de documentação escolar?

Pontuação: _____ péssimo _____ ruim _____ regular _____ bom _____ ótimo

Esta avaliação permite aos gestores preencher o QUADRO RESUMO, apresentando os resultados por categoria. A nota média por categoria serve para avaliar o processo de fornecimento do serviço, interferir e modificar, buscando uma melhoria no atendimento. O objetivo desta avaliação é apontar os pontos fracos e melhorar a qualidade da oferta dos serviços.

2.8. QUALIDADE NO ATENDIMENTO

Apresenta-se neste tópico, os conceitos e características da Qualidade, e aspectos dos Programas voltados à Qualidade patrocinados pelo Governo Federal.

2.8.1. Conceitos e Características da Qualidade

O tema qualidade tem sido objeto de várias abordagens ao longo das últimas décadas e estando em constante evolução.

a) Para BARÇANTE:

Qualidade tem se tornado uma palavra-chave nos dias atuais e faz parte dos objetivos das empresas, de políticas nacionais (PBQP), discursos, publicidade, contratos, *slogans*, manuais de usuários (...).

Vários estudiosos têm apresentado definições para a palavra Qualidade, cada um buscando identificá-la no seu ramo de atuação. Algumas das principais conceituações são:

Juran	Qualidade é adequação ao uso.
Feigenbaum	Qualidade é uma maneira de se gerenciar os negócios da empresa. Aprimoramento da Qualidade só pode ser alcançado em uma empresa com a participação de todos.
Crosby	Qualidade é conformidade com especificações, e não elegância.
Deming	Qualidade é sentir orgulho pelo trabalho bem feito. Aprimoramento da Qualidade eleva a produtividade.
Ishikawa	Rápida percepção e satisfação das necessidades do mercado, adequação ao uso dos produtos e homogeneidade dos resultados do processo (baixa variabilidade).
Masaaki Imai	No contexto mais amplo, Qualidade é qualquer coisa que pode ser melhorada. Quando se fala em Qualidade, tende-se a pensar primeiro em termos da Qualidade do produto. Quando discutida no contexto de Kaizen (aprimoramento), nada poderá estar mais longe deste objetivo. O interesse principal aqui é a Qualidade das pessoas.
George English	Qualidade é medida pelo custo de fazer coisas erradas.
Cerqueira Neto	Qualidade é sempre resultado de esforços inteligentes; Qualidade não é só para companhias. Indivíduos podem esforçar-se por excelências em seu dia-a-dia.
Pedro Demo	Qualidade é uma questão de ser e não de ter. (BARÇANTE,1998, p. 38-39)

Ainda para BARÇANTE:

Todos os conceitos sobre Qualidade podem ser agrupados em cinco modos distintos de enfoque.

- *Enfoque transcendental*: Qualidade é sinônimo de “excelência nata”. Ela é absoluta e universalmente reconhecida. Enfoque ligado às artes de maneira geral.
- *Enfoque baseado no produto*: Qualidade é definida como uma variável precisa e mensurável, e as diferenças na Qualidade refletem-se nas características de um produto.
- *Enfoque baseado no usuário*: Qualidade está nos olhos de quem observa, ou seja, o cliente. Ela está associada a uma visão subjetiva baseada nas preferências pessoais. Supõe-se que os produtos e/ou os serviços que mais e melhor preenchem as expectativas e as necessidades do consumidor são aqueles de alta Qualidade.
- *Enfoque baseado na fabricação*: Qualidade é “conformidade com especificações”, seja para um produto ou um serviço. Uma vez que as especificações tenham sido estabelecidas, qualquer desvio significa perda de Qualidade.
- *Enfoque baseado no valor agregado*: um produto ou um serviço de Qualidade é aquele que apresenta desempenho esperado a um preço aceitável (para o cliente) e/ou conformidade às especificações a um custo aceitável (para o fornecedor). (BARÇANTE, 1998, p.39-40, citando Garvin D. (1993))

b) Para KOTLER (1998, p.65) “qualidade é a totalidade de aspectos e características de um produto ou serviço que proporcionam a satisfação de necessidades declaradas ou implícitas”.

c) Para PALADINI (1997, p.16) “apesar de uma variedade muito ampla de conceitos com a qual é definida, entendida ou praticada, a qualidade deve ser sempre definida de forma a orientar-se para seu alvo específico: o consumidor”.

d) Na gestão da qualidade total na administração pública, segundo CARR e LITTMAN (1992, p.3) qualidade significa “Qualquer coisa que tenha valor para uma empresa de serviço público e seus usuários, incluindo a qualidade física dos produtos e serviços, a produtividade, a eficiência, a ética, a moral, a segurança e a utilização racional dos recursos disponíveis”.

e) De acordo com CAMPOS (1992, p.2) “(...) serviço de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, de forma acessível, de forma segura e no tempo certo às necessidades do cliente”.

2.8.2. Programas voltados à Qualidade

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA (2007) instituído no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresenta sua retrospectiva, abordando que em 1990, no contexto do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP, foi criado o Sub-Programa da Qualidade e Produtividade da Administração Pública, com o propósito de implantar programas de qualidade e produtividade nos órgãos e entidades públicos, tornando-os mais eficientes na administração dos recursos públicos e mais voltados para o atendimento às demandas da sociedade do que para os seus processos burocráticos internos.

Registra que desde então, passou-se a buscar construir organizações públicas orientadas para o cidadão, tanto no que diz respeito à condição do destinatário das ações dos serviços prestados pelas organizações públicas como, também, à condição de mantenedor do Estado e, portanto, alguém a quem se deve prestar contas.

Quatro marcos caracterizam a evolução do GESPÚBLICA:

- 1990, o Sub Programa da Qualidade e Produtividade na Administração Pública (Gestão de processos).
- 1996, o QPAP – Programa da Qualidade e Participação na Administração (Sistema de gestão).

- 2000, o PQSP – Programa da Qualidade no Serviço Público (Gestão do atendimento ao cidadão).
- 2005, o GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gestão por resultados, orientada ao cidadão).

Aborda que os quatro marcos não representam rupturas, mas incrementos importantes a partir da concepção inicial do Programa (1990). Ressalta ainda que o atual Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005 – tem por finalidade construir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País, mantendo-se fiel à idéia da melhoria contínua em busca da excelência da gestão.

A base desse movimento pela melhoria da qualidade no serviço público é a *REDE NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA*, alicerçada, desde a sua origem, no estabelecimento de parcerias voluntárias entre pessoas e organizações mobilizadas para a promoção da excelência da gestão pública brasileira.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa caracterizou-se como descritivo-exploratória, uma vez que buscou uma familiaridade com o problema, a fim de torná-lo explícito ou com a possibilidade de construir hipóteses. O seu caráter flexível permite a consideração de variados aspectos relativos ao objeto estudado.

Para SELLTIZ et al. (*apud* GIL, 1996, p.45) as pesquisas exploratórias na maioria das vezes envolvem “levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão”. Neste caso, utilizou-se o levantamento bibliográfico e documental para elucidar as questões postas, quais sejam:

- a) conceitos de custos e qualidade;
- b) execução orçamentária e financeira do IASP em 2006;
- c) políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal e do Governo do Estado do Paraná, voltadas à criança e ao adolescente.

A pesquisa tem ainda um caráter quali-quantitativo, porque trata de dados numéricos referentes a custos e informações sobre a qualidade das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, sob o regime de internação, no exercício de 2006, utilizando a metodologia proposta pela UNICEF, constante do Anexo I, tendo como universo, quatro instituições que prestam assistência no regime de internação, a saber: a) Centro de Socioeducação São Francisco, em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba; b) Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande; c) Centro de Socioeducação de Londrina; e d) Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu.

Caracterizou-se, ainda, como documental, visto que o levantamento dos dados de custo foi feito em documentos das instituições anteriormente elencadas, focalizando as despesas executadas durante o ano de 2006, como os empenhos, as liquidações, as ordens de pagamentos com as respectivas notas fiscais e/ou recibos, enfim toda a documentação comprobatória das despesas realizadas, e seus respectivos registros contábeis constantes do SIAF – Sistema de Administração Financeira do Governo do Estado do Paraná, administrado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

As informações sobre a qualidade, foram obtidas pelo preenchimento do questionário pelos diretores dos respectivos Centros em atividade durante o ano de 2006, utilizando a metodologia proposta pela UNICEF, também, conforme Anexo I, destacando que o preenchimento do questionário de avaliação da qualidade das medidas socioeducativas, tem como característica a ótica do gestor.

4. INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ

Neste tópico, é apresentado um histórico das instituições de assistência ao menor no Estado do Paraná, e no âmbito do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP; é desenvolvido o levantamento de custos e dos indicadores de qualidade pela metodologia UNICEF; é confrontada a receita executada com a despesa realizada no exercício de 2006; é analisado o custo do adolescente por unidade, e por fim é apresentado o resultado consolidado por unidade, mês a mês, no exercício de 2006.

4.1. EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA AO MENOR

A assistência ao menor no Estado do Paraná iniciou-se em 1929 com a instituição do Serviço de Proteção à Infância. Em meados de 1962 foi criado o Instituto de Assistência ao Menor, que por sua vez, foi incorporado à Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR, pela Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, que reorganizou a estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual.

4.1.1. Serviço de Proteção à Infância

No Estado do Paraná, a criação de instituição incumbida de implementar as políticas públicas voltadas a infância se deu por meio da Lei nº 2.628, de 22 de março de 1929, onde o Congresso Legislativo autorizou o Poder Executivo a instituir na Capital, o serviço de Proteção à Infância, com as seções complementares que julgar necessárias, inclusive policlínica, hospital, asilo, escola de puericultura, entre outras.

4.1.2. Instituto de Assistência ao Menor

Por meio da Lei nº 4.617, de 16 de julho de 1962, foi criado o Instituto de Assistência ao Menor - IAM, entidade autárquica, com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira, com sede em Curitiba, tendo por finalidade a formulação e execução da política governamental de assistência ao menor.

Dentre as atribuições do Instituto de Assistência ao Menor, cabia destaque as de: a) administrar os bens patrimoniais do Estado, utilizados na assistência ao menor e assumir os encargos e serviços dos órgãos da administração que se dediquem ao assunto; b) mobilizar os recursos da comunidade aproveitando as organizações e os meios existentes, criando ou colaborando com a criação de novos meios e organizações, com vistas à formação de um sistema de proteção e assistência ao menor que progressivamente atinja as regiões, municípios e localidades do Estado; c) desenvolver meios preventivos do desajuste no seio da família e de grupos que os menores componham, proporcionando e favorecendo a educação da comunidade para a vida coletiva; d) amparar o menor, subvencionando-o para a sua formação e educação, em caso de comprovada insuficiência de recursos e meios para obtê-los; e) limitar os internamentos às menores proporções possíveis, promovendo a fixação do menor na própria família, ou quando necessário, a sua colocação em lar substituto.

4.1.3. Instituto de Ação Social do Paraná

Pelo Decreto Estadual nº 959, de 28 de junho de 1995, a Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR, criada pela Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, que incorporou o Instituto de Assistência ao Menor, quando da reorganização da

estrutura básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná objeto da referida lei, e transformada em entidade autárquica pela Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991, passou a ser denominada de Instituto de Ação Social do Paraná – IASP.

O IASP é entidade da administração indireta do Poder Executivo Estadual, com personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, e com autonomia administrativa, e quando da sua criação foi vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – SECR, e, atualmente (junho/2007), está vinculado à Secretaria de Estado de Emprego, Trabalho e Promoção Social – SETP.

Este Instituto tem como uma de suas atribuições, a política de atenção à criança e ao adolescente em conflito com a lei, possuindo toda uma programação orçamentária para manutenção dos Centros Socioeducativos, onde se centraliza a aplicação das medidas socioeducativas impostas aos adolescentes, programação esta que não inclui um levantamento do custo real para manutenção do adolescente no Estado do Paraná.

a) Centros Socioeducativos

Os Centros Socioeducativos do Estado do Paraná estão distribuídos em localidades previamente planejadas conforme a necessidade de cada região. Conforme o grau do delito, poderá ser imposto ao adolescente os seguintes regimes: Internação Provisória; Internação; e Semiliberdade. Cada um destes regimes encontram-se descritos a seguir, assim como a localização e capacidade dos Centros Socioeducativos existentes no Estado do Paraná.

b) Regimes de Internação

b.1) Internação Provisória

A Internação Provisória é um procedimento aplicado antes da sentença, quando há indícios suficientes de autoria e materialidade do ato infracional cometido pelo adolescente. Caracteriza-se pelo período de privação de liberdade de até 45 dias. No Programa de Internação Provisória o adolescente é atendido por educadores e equipe interdisciplinar que realizam atividades pedagógicas em grupo e atendimentos individuais na área bio-psico-social. O trabalho com o adolescente no período da internação provisória tem o objetivo de identificar sua trajetória de vida e a circunstância em que ocorreu o ato infracional, para subsidiar com informações técnicas a autoridade judicial e prepará-lo para o cumprimento de medida socioeducativa ou desligamento.

O IASP mantém 11 (onze) unidades de âmbito regional distribuídas em diversos municípios, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1– UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

UNIDADE	CAPACIDADE	ENDEREÇO
Unidade de Socioeducação de Curitiba	91	Rua Pastor Virgilio de Souza nº 1310 – Tarumã
Unidade de Socioeducação de Londrina	56	Rua Joel B. Oliveira nº 103 – Pérola
Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	20	Avenida General Meira nº 1993
Unidade de Socioeducação de Cascavel	20	Avenida Brasil nº 8962 -Coqueiral
Unidade de Socioeducação de Toledo	20	Rua Armando Luiz Arosi s/n
Unidade de Socioeducação de Campo Mourão	20	Rua José Tadeu Nunes nº 412
Unidade de Socioeducação de Paranavaí	20	Rua Longuino Bonaczinski s/n
Unidade de Socioeducação de Umuarama	20	Avenida dos Estados nº 2530
Unidade de Socioeducação de Pato Branco	20	Rua Xavantes nº 276
Unidade de Socioeducação de Santo Antonio da Platina	20	Rua Laudelino Mascaro nº 103
Centro de Socioeducação de Ponta Grossa	12	Rua Cristiano Otoni nº 108 – Olaria

Fonte: IASP (jun/2007)

b.2) Internação

A Internação é a medida privativa de liberdade aplicada como resultado de processo judicial e está sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A duração da internação pode variar de 6 meses até 3 anos, com avaliação periódica, a cada 6 meses.

Para a execução dessa medida, o IASP mantém 08 (oito) unidades em funcionamento e 03 (três) unidades em construção, em diversos municípios, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – UNIDADES DE INTERNAÇÃO

UNIDADES	CAPACIDADE	ENDEREÇO
Centro de Socioeducação São Francisco de Piraquara	150	Avenida Brasília s/n - Palmeirinha
Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	90	Avenida General Meira nº 1993
Centro de Socioeducação de Londrina	60	Rua João Loures nº 5930
Centro de Socioeducação Joana Miguel Richa de Curitiba	30	Rua Dom João Braga nº 64
Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande	30	Rua Manoel Claudino Barbosa nº 103
Centro Especial de Socioeducação de Piraquara	15	Avenida das Palmeiras s/nº, Vila Macedo - Piraquara
Centro de Socioeducação de Cascavel	70	Rua Presidente Emilio G. Médici
Centro de Socioeducação de Laranjeiras do Sul	70	Av. Dalmo Putini c/ Av. Santos Dumont
Centro de Socioeducação da Região de Ponta Grossa	-	Em construção
Centro de Socioeducação de Curitiba e Região Metropolitana	-	Em construção
Centro de Socioeducação de Maringá	-	Em construção

Fonte: IASP (jun/2007)

b.3) Semiliberdade

A inserção em Regime de Semiliberdade é medida restritiva de liberdade, aplicada como resultado de processo judicial, podendo ser determinada como primeira medida ou como forma de transição para o meio aberto.

Para a execução dessa medida, o IASP mantém 04 (quatro) unidades em funcionamento e 01 (uma) em construção, distribuídas em diversos municípios, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – UNIDADES DE SEMILIBERDADE

UNIDADE	CAPACIDADE	ENDEREÇO
Semiliberdade Tarumã de Curitiba	20	Rua Capitão Varacin nº 3
Semiliberdade Salesiano de Curitiba	20	Rua Rio Grande do Sul nº 1661
Semiliberdade Joana Miguel Richa de Curitiba	8	Rua Dom João Braga nº 64
Semiliberdade de Londrina	8	Rua Rua Joel de Oliveira nº 85
Semiliberdade de Ponta Grossa		Em construção

Fonte: IASP (jun/2007)

4.2. CONFRONTAÇÃO DA RECEITA COM A DESPESA – EXERCÍCIO 2006

A Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, dispôs sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2006, consignando as receitas e despesas do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, para o exercício.

Pelos dados extraídos dos anexos do Balanço Geral do IASP, exercício de 2006, estão apresentados, respectivamente, nas Tabelas 1 e 2, o comparativo da receita orçada com a arrecadada, e o comparativo da despesa autorizada com a realizada, constantes dos tópicos: receitas orçadas; e despesas executadas. Dados estes que possibilitaram a confrontação entre a receita arrecadada com a despesa realizada.

4.2.1. Receitas Executadas

O IASP, por ser autarquia estadual, tem sua receita pautada pelas Transferências de Recursos Orçamentários do Tesouro Estadual. Conforme demonstrado na Tabela 1, as transferências do tesouro corresponderam no exercício de 2006, por 76,12% do total da receita orçada, e, 91,26% do total da receita efetivamente arrecadada.

Tabela 1 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
EXERCÍCIO DE 2006
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ – IASP

R\$				
CÓDIGO	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIF. %
1000 0000	RECEITAS CORRENTES	20.573.139,00	5.415.736,72	-73,68
1300 0000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	919.850,89	100,00
1320 0000	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	919.850,89	100,00
1325 5000	Remuner. s/ Recursos Diret. Arrecad.	0,00	335.102,56	100,00
1325 5300	Remuner. s/ Recur. Cota-Parte Loterias	0,00	584.748,33	100,00
1700 0000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.557.500,00	0,00	-100,00
1760 0000	Transferências de Convênios	2.557.500,00	0,00	-100,00
1761 0000	Transferências de Convênios da União	2.557.500,00	0,00	-100,00
1900 0000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.015.639,00	4.495.885,83	-75,04
1990 0000	Receitas Diversas	18.015.639,00	0,00	-100,00
1990 0500	SalDOS de Exercícios Anteriores	12.225.438,00	0,00	-100,00
1990 0550	SalDOS Exerc. Ant. (Diret. Arrecad.)	6.008.756,00	0,00	-100,00
1990 0553	SalDOS Exerc. Ant. (Cota-Parte Loterias)	6.216.682,00	0,00	-100,00
1990 1400	Cota-Parte das Rendas das Loterias Est.	1.329.900,00	0,00	-100,00
1990 1500	SalDOS de Exerc. Ant. (Transf. Out. Ent.)	368.302,00	0,00	-100,00
1990 9900	Outras Receitas	4.091.999,00	4.495.885,83	9,87
1990 9950	Outras Rec. de Recur. Diret. Arrecad.	4.091.999,00	4.464.148,76	9,09
1990 9953	Outras Rec. de Recur. Cota Loterias	0,00	31.737,07	100,00
2000 0000	RECEITAS DE CAPITAL	1.432.200,00	568.302,00	-60,32
2400 0000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.432.200,00	200.000,00	-86,04
2470 0000	Transferências de Convênios	1.432.200,00	200.000,00	-86,04
2471 0000	Transferências de Convênios da União	1.432.200,00	200.000,00	-86,04
2500 0000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	368.302,00	100,00
2590 0000	Outras Receitas	0,00	368.302,00	100,00
2590 1500	SalDOS de Exerc. Anter. (Transf. Ent.)	0,00	368.302,00	100,00
	SOMA (1)	22.005.339,00	5.984.038,72	-72,81
	TRANSF. ORÇAM. TESOU.RECEBIDAS (2)	70.161.639,00	62.523.137,88	-10,89
	TOTAL (1+2)	92.166.978,00	68.507.176,60	-25,67
	DÉFICIT TOTAL		16.253.785,41	
	TOTAL GERAL		84.760.962,01	

Fonte: SEFA/SIAF/BALANÇO IASP 2006 - Elaborada pelos autores

4.2.2. Despesas Realizadas

Do total da despesa autorizada no exercício, foram realizadas 91,96% das despesas previstas, cujas especificações estão demonstradas na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
EXERCÍCIO DE 2006
INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ – IASP

R\$				
CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIF. %
3000 0000	DESPESAS CORRENTES	63.946.376,00	58.404.365,66	-8,67
3100 0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.905.369,00	39.390.983,70	-1,29
3190 0000	APLICAÇÕES DIRETAS	39.905.369,00	39.390.983,70	-1,29
3190 0400	Contratação por Tempo Determinado	5.903.500,00	5.779.748,67	-2,10
3190 0900	Salário-Família	10.230,00	2.079,90	-79,67
3190 1100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	29.747.578,00	29.703.618,31	-0,15
3190 1300	Obrigações Patronais	2.194.300,00	1.907.482,33	-13,07
3190 1600	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	1.734.120,00	1.733.443,09	-0,04
3190 9600	Ressarcimento Desp. De Pessoal Requisitado	315.641,00	264.611,40	-16,17
3300 0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.041.007,00	19.013.381,96	-20,91
3340 0000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	72.888,00	44.007,83	-39,62
3340 4100	Contribuições	72.888,00	44.007,83	-39,62
3390 0000	APLICAÇÕES DIRETAS	23.968.119,00	18.969.374,13	-20,86
3390 1400	Diárias - Pessoal Civil	508.010,00	312.183,33	-38,55
3390 3000	Material de Consumo	3.138.932,00	2.569.033,28	-18,16
3390 3300	Passagens e Despesas com Locomoção	455.660,00	222.401,00	-51,19
3390 3600	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	166.005,00	135.305,36	-18,49
3390 3700	Locação de Mão-de-Obra	3.640.637,00	3.351.308,25	-7,95
3390 3900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.529.543,00	11.183.935,07	-23,03
3390 4600	Auxílio-Alimentação	23.938,00	11.300,00	-52,79
3390 4700	Obrigações Tributárias e Contributivas	707.316,00	642.004,09	-9,23
3390 9100	Sentenças Judiciais	181.593,00	0,00	-100,00
3390 9200	Despesas de Exercícios Anteriores	586.511,00	511.929,94	-12,72
3390 9300	Indenizações e Restituições	29.974,00	29.973,81	0,00
4000 0000	DESPESAS DE CAPITAL	28.220.602,00	26.356.596,35	-6,61
4400 0000	INVESTIMENTOS	28.220.602,00	26.356.596,35	-6,61
4440 0000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	414.114,00	405.116,19	-2,17
4440 4200	Auxílios	414.114,00	405.116,19	-2,17
4490 0000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.806.488,00	25.951.480,16	-6,67
4490 5100	Obras e Instalações	25.695.333,00	25.526.631,12	-0,66
4490 5200	Equipamentos e Material Permanente	2.110.825,00	424.849,04	-79,87
4490 9200	Despesas de Exercícios Anteriores	330,00	0,00	-100,00
	TOTAL DA UNIDADE	92.166.978,00	84.760.962,01	-8,04

Fonte: SEFA/SIAF-BALANÇO IASP 2006 - Elaborada pelos autores

4.2.3. Confrontação da Receita com a Despesa

O total da receita arrecadada contabilizada no exercício de 2006 foi de R\$68.507.176,60 (sessenta e oito milhões, quinhentos e sete mil, cento e setenta e seis reais e sessenta centavos).

A despesa total realizada foi de R\$ 84.760.962,01 (oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e um centavo).

A confrontação entre o total da receita arrecadada e o total da despesa realizada, apresentou um déficit total de receita de R\$ 16.253.785,41 (dezesseis milhões, duzentos e cinqüenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), e que de acordo com as normas de contabilidade pública, estabelecida pela Lei nº 4.320/64, a correspondente despesa realizada e não paga, no montante R\$ 16.253.785,41 (dezesseis milhões, duzentos e cinqüenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), foi inscrita em Restos a Pagar do exercício de 2006.

4.3. LEVANTAMENTO DOS CUSTOS E DOS INDICADORES DE QUALIDADE PELA METODOLOGIA DA UNICEF

Neste tópico está sendo descrito a classificação dos custos e os indicadores de qualidade da metodologia da UNICEF.

4.3.1. Classificação dos Custos

a) Custos Diretos

O levantamento dos custos diretos encontram-se demonstrados nas tabelas constantes do Anexo VI, onde se relacionam todas as despesas com manutenção, mês a mês do exercício de 2006, de cada Unidade de Internação objeto do estudo, conforme metodologia da UNICEF.

As Despesas com Manutenção dos Custos Diretos, compreendem:

a.1) Despesas com Pessoal: vencimentos e vantagens; vencimentos e vantagens dos cargos em comissão; décimo-terceiro salário; adicional de férias; adicional de periculosidade.

a.2) Despesas com Consumo: material de expediente; material de limpeza; gêneros de alimentação; material de cama, mesa e banho; material esportivo; material elétrico e eletrônico; material para áudio, vídeo e foto; material farmacológico; material hospitalar e ambulatorial; material odontológico; material de copa e cozinha; artigos de higiene pessoal; vestuário, tecidos e aviamentos.

a.3) Despesas com Funcionamento: serviços de limpeza e conservação; guarda e vigilância; serviços de comunicação (telefonia); fornecimento de energia elétrica; serviços de água e esgoto; manutenção e conservação de bens móveis; manutenção, adaptação e substituição de bens imóveis; manutenção e conservação

de máquinas e equipamentos; manutenção e conservação de veículos; fornecimento de alimentação; serviços médico-hospitalares e odontológicos.

b) Custos Indiretos

O levantamento dos custos indiretos encontram-se demonstrados nas tabelas constantes do Anexo VII, onde relacionam-se todas as despesas com manutenção, mês a mês do exercício de 2006, referente a administração e funcionamento da Sede do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, objetivando rateio proporcional a cada Unidade, conforme metodologia da UNICEF.

As Despesas com Manutenção dos Custos Indiretos, compreendem:

b.1) Despesas com Pessoal: vencimentos e vantagens; vencimentos e vantagens dos cargos em comissão; décimo-terceiro salário; adicional de férias; adicional de periculosidade.

b.2) Despesas com Consumo: material de expediente; material de limpeza; gêneros de alimentação; material de cama, mesa e banho; material esportivo; material elétrico e eletrônico; material para áudio, vídeo e foto; material farmacológico; material hospitalar e ambulatorial; material odontológico; material de copa e cozinha; artigos de higiene pessoal; vestuário, tecidos e aviamentos.

b.3) Despesas com Funcionamento: serviços de limpeza e conservação; guarda e vigilância; serviços de comunicação (telefonia); fornecimento de energia elétrica; serviços de água e esgoto; manutenção e conservação de bens móveis; manutenção, adaptação e substituição de bens imóveis; manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; manutenção e conservação de veículos; fornecimento de Alimentação; serviços médico-hospitalares e odontológicos.

c) Custo Total

O custo total é obtido após o levantamento dos custos diretos e dos custos indiretos, este devidamente rateado proporcionalmente ao percentual de participação da Unidade, que efetuado o somatório, se chega ao custo total.

d) Custo Per Capita

O custo per capita é obtido pela divisão proporcional do número de adolescentes internos, mês a mês, de cada Unidade, pelo custo total.

4.3.2. Indicadores de Qualidade

A consolidação dos indicadores de qualidade estão sendo apresentados no Anexo X, e representam a auto-avaliação dos diretores dos respectivos centros de socioeducação, que responderam o questionário.

Os indicadores foram classificados por três modalidades de avaliação:

a) Critério 1: Existência do serviço (____sim ____não)

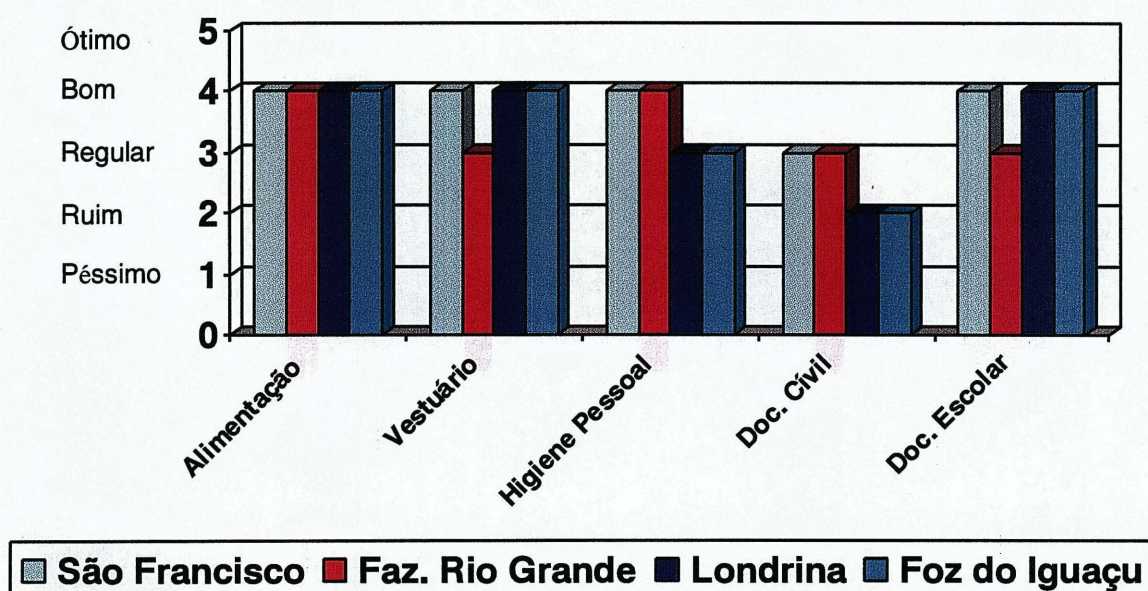
b) Critério 2: Alcance do serviço (abrangência de ____%)

c) Critério 3: Qualidade do serviço (pontuação de 1 péssimo; 2 ruim; 3 regular; 4 bom; 5 ótimo)

As modalidades de avaliação relacionadas acima, foram aplicadas nas quatro categorias de indicadores: Necessidades Básicas; Espaço Físico e Infra-estrutura; Direitos Fundamentais; e Atendimento Técnico, e que a seguir está sendo apresentado em gráfico, o resultado do Critério 3: Qualidade do serviço, das quatro unidades em estudo.

1) Necessidades Básicas: Alimentação; Vestuário; Higiene Pessoal; Documentação Civil; e Documentação Escolar, com resultados apresentados no Gráfico 1.

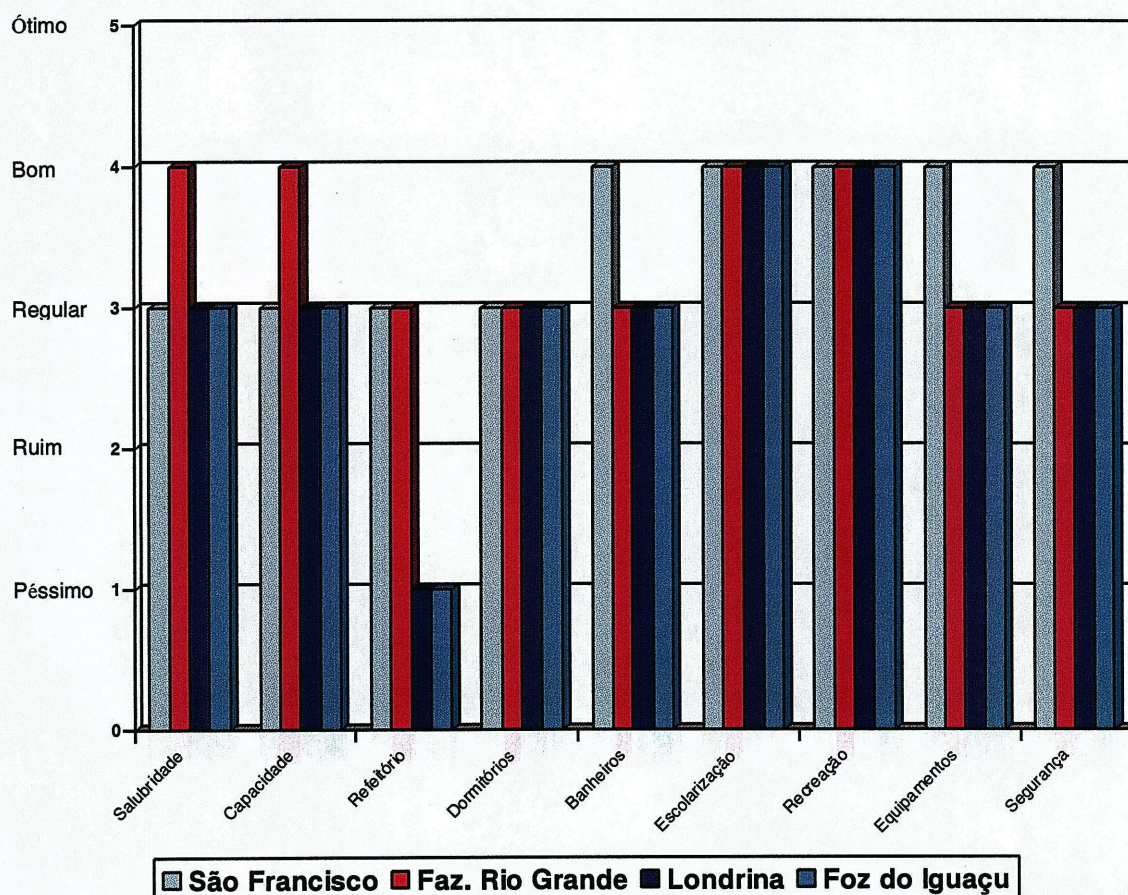
Gráfico 1 – NECESSIDADES BÁSICAS



Fonte: Dados da pesquisa consolidados pelos autores

2) Espaço Físico e Infra-estrutura: Salubridade; Capacidade; Refeitório; Dormitórios; Banheiros; Ambiente para Escolarização; Ambiente para Prática de Esportes, Recreação e Cultura; Equipamentos; e Segurança, com resultados apresentados no Gráfico 2.

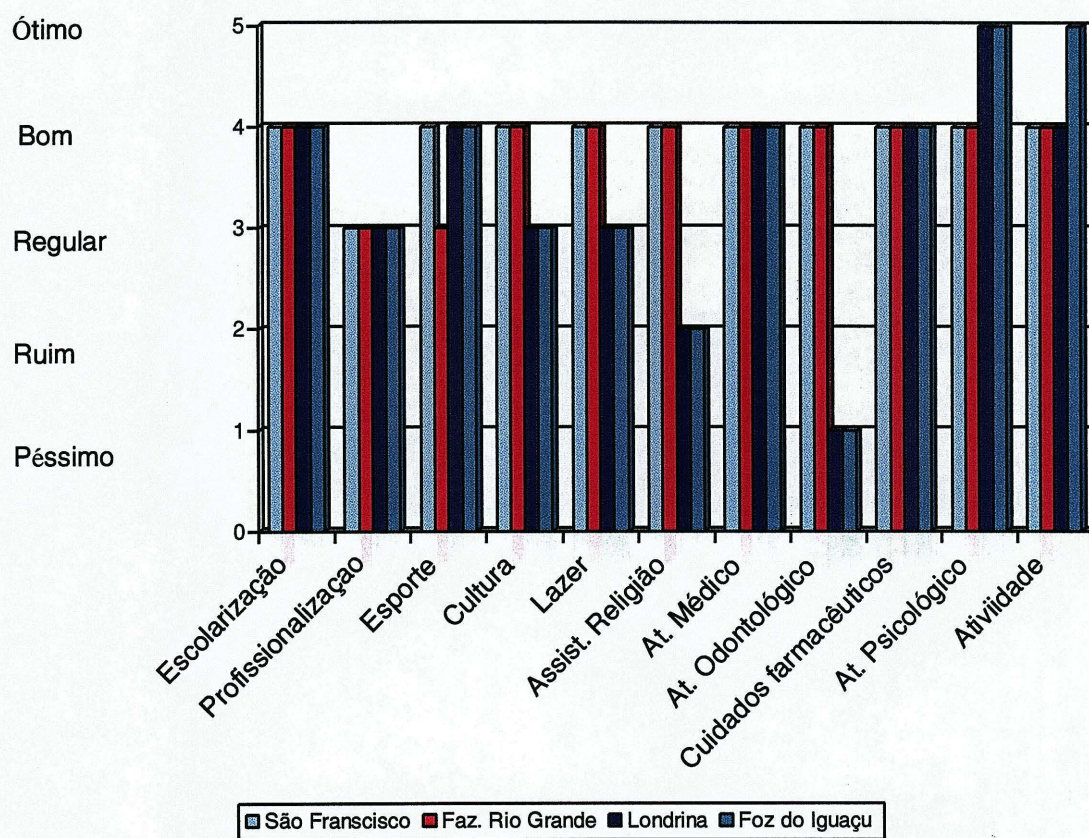
Gráfico 2 - ESPAÇO FÍSICO E INFRA-ESTRUTURA



Fonte: Dados da pesquisa consolidados pelos autores

3) Direitos Fundamentais: Escolarização Formal; Profissionalização; Esporte; Cultura; Lazer; Assistência Religiosa; Atendimento Médico; Atendimento Odontológico; Cuidados Farmacêuticos; Atendimento Psicológico; Atividades Externas, com resultados apresentados no Gráfico 3.

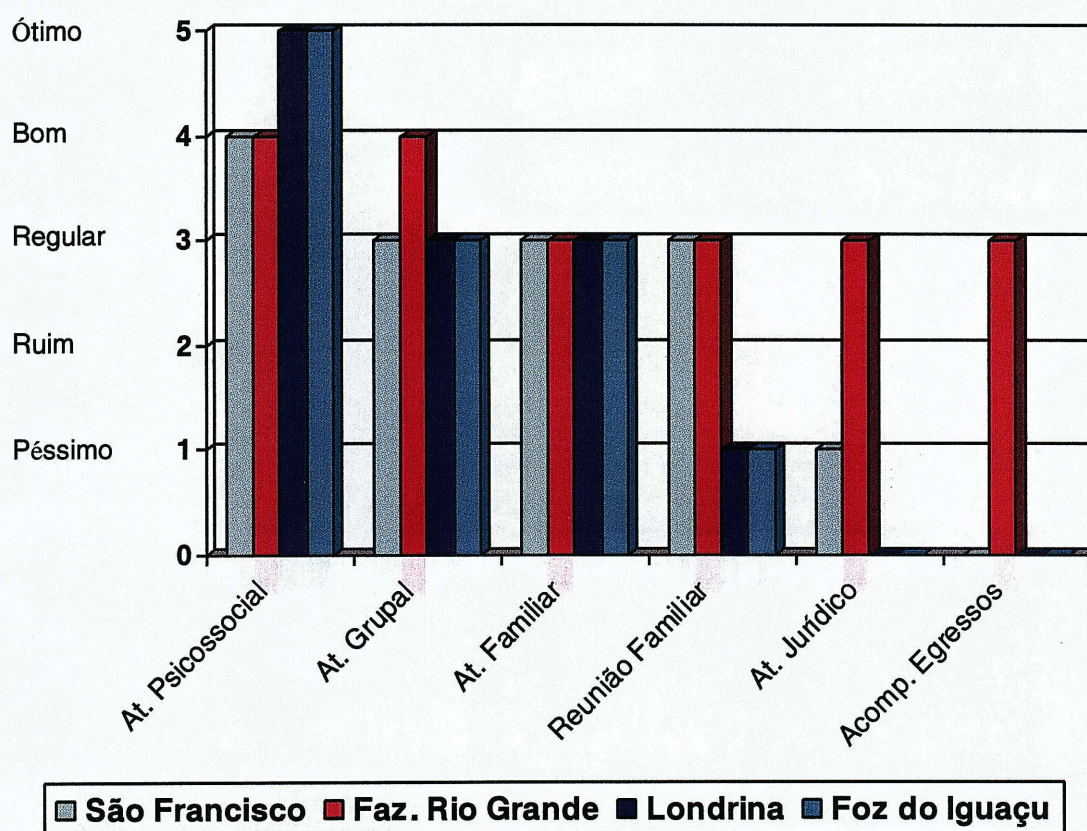
Gráfico 3 – DIREITOS FUNDAMENTAIS



Fonte: Dados da pesquisa consolidados pelos autores

4) Atendimento Técnico: Atendimento Psicossocial; Atendimento Grupal; Atendimento Familiar; Reuniões com Famílias; Atendimento Jurídico; e Acompanhamento de Egressos, com resultados apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – ATENDIMENTO TÉCNICO



Fonte: Dados da pesquisa consolidados pelos autores

4.4. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DO ADOLESCENTE POR UNIDADE

Nos tópicos que seguem, estão sendo demonstrados os custos direto, indireto e per capita, mês a mês, das unidades em estudo.

4.4.1. Centro de Socioeducação São Francisco de Piraquara

O Centro de Socioeducação São Francisco de Piraquara foi inaugurado em 1965, como Escola para Menores Professor Queiroz Filho. Em 1987, passaria a se chamar Unidade Social Queiroz Filho.

Em 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, surgiu a necessidade de reformulação de várias políticas de atendimento, tanto aos adolescentes carentes, quanto aos adolescentes infratores. Com a Lei nº 10.170, de 10 de dezembro de 1992, a então Unidade Social Queiroz Filho passa a ser denominada como Unidade Social São Francisco ou Educandário São Francisco. Hoje Centro de Socioeducação São Francisco, com capacidade para 150 internos.

O Centro Socioeducativo São Francisco, no exercício 2006, obteve os seguintes custos, conforme demonstrado na Tabela 3:

a) Custo Direto: R\$ 10.059.067,00 (dez milhões, cinqüenta e nove mil e sessenta e sete reais), com a média mensal de R\$ 838.256,00 (oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e cinqüenta e seis reais);

b) Custo Indireto: R\$ 1.164.246,00 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais), com a média mensal de R\$ 97.021,00 (noventa e sete mil e vinte e um reais);

c) Custo Total: R\$ 11.223.313,00 (onze milhões, duzentos e vinte e três mil, trezentos e treze reais), com a média mensal de R\$ 935.276,00 (novecentos e trinta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais);

d) Custo Per Capita: R\$ 80.480,00 (oitenta mil, quatrocentos e oitenta reais), com a média mensal de R\$ 6.707,00 (seis mil, setecentos e sete reais).

Tabela 3 - RESUMO INSTRUMENTAL DA METODOLOGIA DE 01 – 04
EXERCÍCIO DE 2006

Mês	Centro de Socioeducação São Francisco			
	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Custo Per Capita
Janeiro	649.856	132.992	782.848	6.069
Fevereiro	642.999	76.637	719.636	5.579
Março	720.910	70.641	791.551	6.042
Abril	655.852	94.100	749.952	5.357
Maio	760.124	88.562	848.686	5.813
Junho	916.069	110.627	1.026.696	7.334
Julho	804.975	111.716	916.691	5.914
Agosto	814.072	94.038	908.110	5.678
Setembro	837.720	58.102	895.822	5.706
Outubro	976.578	110.460	1.087.038	7.013
Novembro	785.151	86.675	871.826	5.971
Dezembro	1.494.761	129.696	1.624.457	14.004
Total Ano	10.059.067	1.164.246	11.223.313	80.480
Média Mensal	838.256	97.021	935.276	6.707

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

4.4.2. Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande

O Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande foi inaugurado em 2004 como Serviço de Atendimento Social Fazenda Rio Grande, programa de internação provisória feminina. Em 2005 passou a ser denominado Unidade de Internação Fazenda Rio Grande e, finalmente, em 2006, como Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande - CENSE, com capacidade para 30 internos masculinos.

O Centro Socioeducativo Fazenda Rio Grande, no exercício de 2006, obteve os seguintes custos, conforme demonstrado na Tabela 4:

a) Custo Direto: R\$ 1.596.160,00 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, cento e sessenta reais), com a média mensal de R\$ 133.013,00 (cento e trinta e três mil e treze reais);

b) Custo Indireto: R\$ 183.152,00 (cento e oitenta e três mil, cento e cinquenta e dois reais), com a média mensal de R\$ 15.263,00 (quinze mil, duzentos e sessenta e três reais);

c) Custo Total: R\$ 1.779.312,00 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil e trezentos e doze reais), sendo a média mensal de R\$ 148.276,00 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e seis reais);

d) Custo Per Capita: R\$ 85.508,00 (oitenta e cinco mil, quinhentos e oito reais), sendo a média mensal de R\$ 7.126,00 (sete mil, cento e vinte e seis reais).

Tabela 4 - RESUMO INSTRUMENTAL DA METODOLOGIA DE 01 - 04
EXERCÍCIO DE 2006

Mês	Centro de Socioeducação de Fazenda Rio Grande			
	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Custo Per Capita
Janeiro	107.986	22.099	130.085	6.847
Fevereiro	108.377	12.917	121.294	6.384
Março	147.309	14.435	161.744	7.702
Abril	118.315	16.976	135.291	6.150
Maio	117.806	13.726	131.532	8.769
Junho	119.868	14.476	134.344	6.717
Julho	109.249	15.162	124.411	6.221
Agosto	126.327	14.593	140.920	6.405
Setembro	181.299	12.574	193.873	7.755
Outubro	129.342	14.630	143.972	6.260
Novembro	123.005	13.579	136.584	6.504
Dezembro	207.277	17.985	225.262	9.794
Total Ano	1.596.160	183.152	1.779.312	85.508
Média Mensal	133.013	15.263	148.276	7.126

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

4.4.3. Centro de Socioeducação de Londrina

O Centro de Socioeducação de Londrina foi inaugurado em julho de 2004, como Unidade Social de Internação de Londrina – USOIL. Após cinco meses de funcionamento o prédio passou por reforma e reconstrução, devido à rebelião de internos. Em abril de 2005, foi re-inaugurado com o nome de Centro de Socioeducação de Londrina, com capacidade para 60 internos.

O Centro Socioeducativo de Londrina, no exercício de 2006, obteve os seguintes custos, conforme demonstrado na Tabela 5:

a) Custo Direto: R\$ 3.030.342,00 (três milhões, trinta mil, trezentos e quarenta e dois reais), com a média mensal de R\$ 252.529,00 (duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais);

b) Custo Indireto: R\$ 341.009,00 (trezentos e quarenta e um mil e nove reais), com a média mensal de R\$ 28.417,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e dezessete reais);

c) Custo Total: R\$ 3.371.351,00 (três milhões, trezentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e um reais), com a média mensal de R\$ 280.946,00 (duzentos e oitenta mil, novecentos e quarenta e seis reais);

d) Custo Per Capita: R\$ 65.061,00 (sessenta e cinco mil e sessenta e um reais), com a média mensal de R\$ 5.422,00 (cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais).

Tabela 5 - RESUMO INSTRUMENTAL DA METODOLOGIA DE 01 - 04
EXERCÍCIO DE 2006

R\$ 1,00

Mês	Centro de Socioeducação de Londrina			
	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Custo Per Capita
Janeiro	186.830	38.234	225.064	4.689
Fevereiro	211.595	25.219	236.814	4.934
Março	268.204	26.281	294.485	6.135
Abril	199.021	28.555	227.576	4.376
Mai	202.133	23.551	225.684	4.340
Junho	210.968	25.477	236.445	4.729
Julho	208.817	28.980	237.797	4.853
Agosto	276.480	31.938	308.418	5.227
Setembro	422.586	29.309	451.895	8.526
Outubro	198.662	22.471	221.133	4.253
Novembro	212.725	23.483	236.208	4.457
Dezembro	432.321	37.511	469.832	8.542
Total Ano	3.030.342	341.009	3.371.351	65.061
Média Mensal	252.529	28.417	280.946	5.422

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

4.4.4. Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu

O Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu foi inaugurado em fevereiro de 1998, como Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator de Foz do Iguaçu, com objetivo de atender os artigos 88 e 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em 1999 passou a atender Internação Provisória e Programa de Internação por Sentença, devido à demanda existente em Foz do Iguaçu. Atualmente o Centro de Socieducação de Foz do Iguaçu tem capacidade para 90 internos e 20 internações provisórias.

O Centro Socioeducativo de Foz do Iguaçu, no exercício de 2006, obteve os seguintes custos, conforme demonstrado na Tabela 6:

a) Custo Direto: R\$ 2.974.359,00 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove reais), com a média mensal de R\$247.863,00 (duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais);

b) Custo Indireto: R\$ 341.113,00 (trezentos e quarenta e um mil, cento e treze reais), com a média mensal de R\$ 28.426,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e seis reais);

c) Custo Total: R\$ 3.315.472,00 (três milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e dois reais), com a média mensal de R\$ 276.289,00 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais);

d) Custo Per Capita: R\$ 38.820,00 (trinta e oito mil, oitocentos e vinte reais), com a média mensal de R\$ 3.235,00 (três mil, duzentos e trinta e cinco reais).

Ressalta-se que nesta Unidade existe o Regime de Internação e Internação Provisória, e como os montantes de custos correspondem aos dos dois regimes, o custo per capita foi obtido pela proporção dos custos com o número de internos.

Tabela 6 - RESUMO INSTRUMENTAL DA METODOLOGIA DE 01 – 04
EXERCÍCIO DE 2006

Mês	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu			
	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Custo Per Capita
Janeiro	130.911	26.791	157.702	1.678
Fevereiro	151.353	18.039	169.392	1.903
Março	166.867	16.351	183.218	3.711
Abril	140.691	20.186	160.877	1.871
Maio	297.227	34.630	331.857	3.574
Junho	326.857	39.472	366.329	4.070
Julho	293.814	40.776	334.590	3.846
Agosto	295.061	34.084	329.145	3.657
Setembro	176.718	12.257	188.975	2.172
Outubro	227.727	25.758	253.485	2.948
Novembro	262.728	29.003	291.731	3.432
Dezembro	504.405	43.766	548.171	5.958
Total Ano	2.974.359	341.113	3.315.472	38.820
Média Mensal	247.863	28.426	276.289	3.235

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

4.4.5. Comparativo do Custo Per Capita nos Centros de Socioeducação

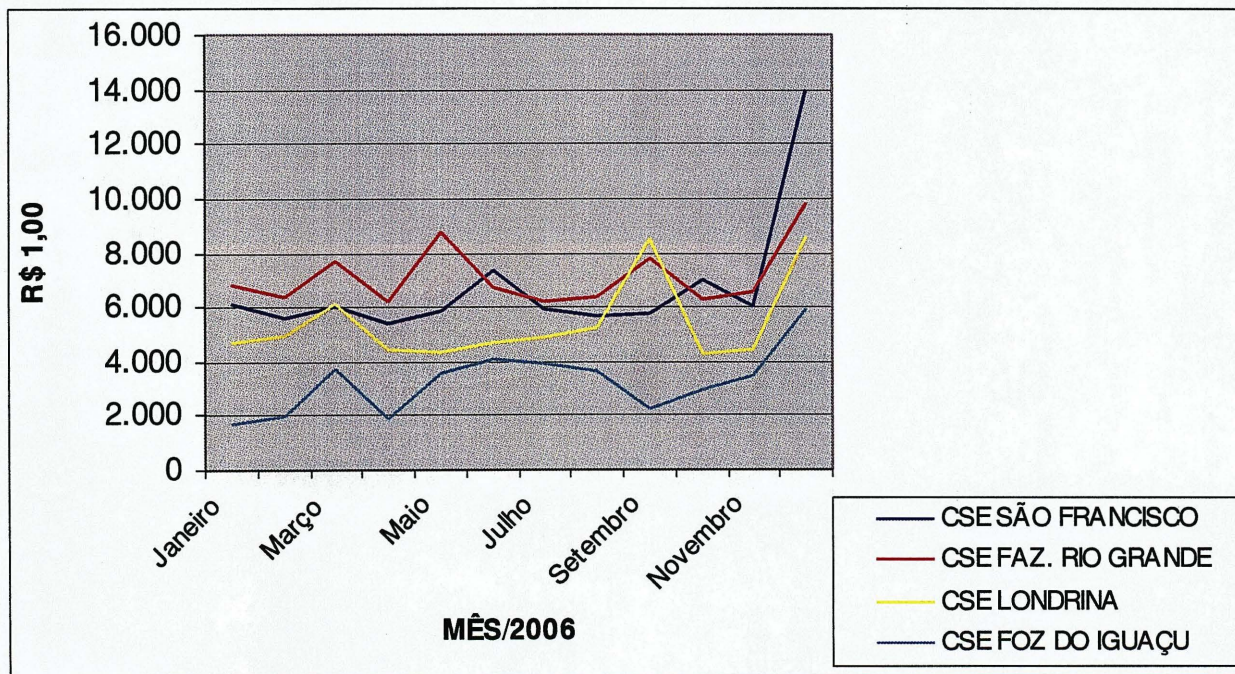
O Comparativo do Custo Per Capita nos Centros de Socioeducação: São Francisco de Piraquara; de Fazenda Rio Grande; de Londrina, e de Foz do Iguaçu, estão sendo apresentados na Tabela 7 e no Gráfico 5.

Tabela 7- CUSTO MENSAL PER CAPITA

UNIDADE	R\$ 1,00											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CSE SÃO FRANCISCO	6.069	5.579	6.042	5.357	5.813	7.334	5.914	5.676	5.706	7.013	5.971	14.004
CSE FAZ. RIO GRANDE	6.847	6.384	7.702	6.150	8.769	6.717	6.221	6.405	7.755	6.260	6.504	9.794
CSE LONDRINA	4.689	4.934	6.135	4.376	4.340	4.729	4.853	5.227	8.526	4.253	4.457	8.542
CSE FOZ DO IGUAÇU	1.678	1.903	3.711	1.871	3.574	4.070	3.846	3.657	2.172	2.948	3.432	5.958

Fonte: SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Gráfico 5 – CUSTO MENSAL PER CAPITA



Fonte: SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

4.4.6. Comparativo da Estrutura de Despesa dos Centros de Socioeducação

O comparativo da estrutura consolidada das despesas dos Centros de Socioeducação objeto de estudo, apresentados na Tabela 8 e no Gráfico 6, demonstram o elevado grau dos gastos com pagamento de pessoal, que variaram entre 74% a 87%, no exercício de 2006, que podem ser explicados pelo cumprimento de determinações legais, e por ser atividade específica de risco, que dentre estas, destaca-se:

a) estrutura de pessoal diferenciada e adequada ao atendimento do cumprimento das medidas socioeducativas;

b) gratificação de atividade em unidade penal ou correccional intra-muros-GADI, estabelecida pela Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 2.471, de 14 de janeiro de 2004;

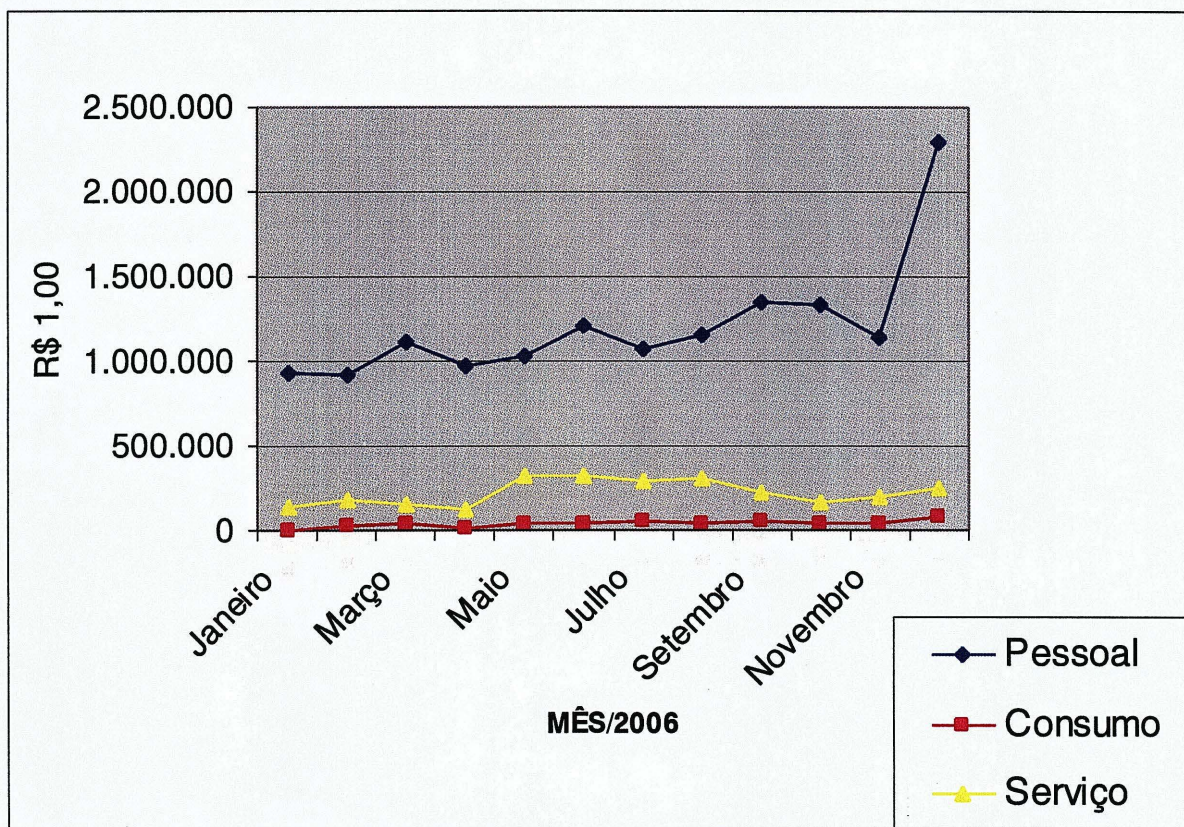
c) jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com duas folgas mensais, para compensar o excesso que extrapola às 40 horas semanais, regulamentada pelo Decreto nº 2.471, de 14 de janeiro de 2004.

Tabela 8 – CONSOLIDAÇÃO DAS DESPESAS DAS UNIDADES

Exercício 2006						R\$ 1,00
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Pessoal	929.618	914.102	1.114.004	967.386	1.022.371	1.209.176
Consumo	3.657	24.574	35.802	16.065	40.967	47.850
Serviço	141.712	175.647	153.483	130.427	313.952	316.737
Total	1.074.987	1.114.323	1.303.289	1.113.878	1.377.290	1.573.763
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Pessoal	1.066.226	1.156.336	1.349.817	1.334.527	1.138.943	2.296.532
Consumo	52.714	46.168	49.639	35.524	43.602	87.201
Serviço	297.917	309.435	218.868	162.259	201.064	255.029
Total	1.416.857	1.511.939	1.618.324	1.532.310	1.383.609	2.638.762

Fonte: SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Gráfico 6 – COMPARATIVO DAS DESPESAS DAS UNIDADES



Fonte: SEFA/SIAF - Elaborado pelos autores

4.5. PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

O perfil médio do adolescente em conflito com a lei internado nos Centros de Socioeducação objeto da pesquisa, é apresentado no Quadro 4, destacando que este perfil médio foi extraído dos relatórios estatísticos mensais preenchidos pelas unidades do IASP e consolidados pelo seu Núcleo de Planejamento, tendo como referência o ano de 2006.

Quadro 4 – PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Característica	Perfil do Adolescente	Predominância
Sexo	Masculino	-
Idade	16 - 17 anos	-
Situação Familiar e Domiciliar	Mora com um dos pais	1º
	Mora com ambos os pais	2º
Renda Familiar	Entre 1 e 2 salários mínimo	-
Situação Escolar	Abandonou o 1º Grau	1º
	Cursando o 1º Grau	2º
Situação Ocupacional	Não trabalha	1º
	Nunca trabalhou	2º
Passagem	Primários	1º
	Reincidentes	2º
Delito mais Frequente	Roubo	1º
	Homicídio	2º
	Furto	3º
Uso de Substância	Usuários	1º
	Já usaram	2º
Tipos de Substâncias	Maconha	1º
	Crack	2º
	Álcool	3º

Fonte: Relatórios do IASP, consolidados pelos autores

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho foi idealizado para testar a aplicação da metodologia proposta pela UNICEF para levantamento dos custos e indicadores de qualidade das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. E ainda, verificar a facilidade de obtenção e aplicabilidade das informações financeiras requeridas pela metodologia, e, na seqüência, apresentar o respectivo custo per capita dos adolescentes mantidos em regime de internação nos Centros em estudo, sem a pretensão de apresentar análises comparativas que as informações a serem obtidas poderiam ensejar.

Na abordagem teórica da fundamentação de custos e sua diferença conceitual entre despesas e gastos, cabe destacar o enfoque dado por NUNES (1998, p.4) “Enquanto a despesa pública é o desembolso financeiro correspondente a qualquer ato de gestão do governo, o custo mede o consumo de recursos na produção de um bem ou serviço (custo do produto). Os custos também medem o consumo de recursos pelas atividades das organizações governamentais (custo da atividade ou de processo)”.

O custo per capita médio em 2006 da assistência ao adolescente em conflito com a lei, nos Centros Socioeducativos de Regime de Internação se situaram em: R\$ 6.707,00 no de Piraquara (São Francisco); R\$ 7.126,00 no de Fazenda Rio Grande; R\$ 5.422,00 no de Londrina; e de R\$3.235,00 no de Foz do Iguaçu. Como a variação entre o maior custo (Piraquara) e o menor (Foz do Iguaçu) foi acentuada, cabe ao IASP em seus estudos futuros, aprofundar esta observação.

Na verificação da execução orçamentária e financeira do IASP no exercício de 2006, pelo comparativo da receita orçada com a arrecadada, as transferências do

tesouro estadual corresponderam por 76,12% do total da receita orçada, e, 91,26% do total da receita efetivamente arrecadada, ficando evidente a necessidade de recursos advindos das transferências federais para seu custeio e futuros investimentos.

A apuração dos custos dos serviços públicos, independente de ser imperativo legal, conforme ressaltado, passa a ser uma necessidade da administração pública, que a sociedade reclama que seja eficiente e eficaz. Assim, e diante do estudo realizado, é recomendável que o IASP adote e aplique a metodologia da UNICEF para avaliar o custo e os indicadores de qualidade de todos os centros de socioeducação sob sua responsabilidade.

Para tanto, é recomendável que se promova entendimentos entre os dirigentes, técnicos, e colaboradores da sede, e dos centros socioeducativos, para que se definam os pontos básicos da aplicação da metodologia da UNICEF, tais como:

a) forma de integração de dados requeridos pela metodologia, com os disponíveis no SIAF – Sistema de Administração Financeira do Governo do Estado do Paraná, administrado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA;

b) fluxo de encaminhamento das informações técnicas dos centros à sede;

c) parâmetros para preenchimento do questionário dos indicadores de qualidade, pela direção e corpo técnico de cada centro socioeducativo, visando padronizar os critérios de: existência do serviço; alcance do serviço em percentual; e qualidade do serviço.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

BARÇANTE, Luiz César. **Qualidade total: uma visão brasileira: O impacto estratégico na Universidade e na Empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BRIMSON, James A. **Contabilidade por atividades: uma abordagem de custeio baseado em atividades**; tradução Antonio T. G. Carneiro. São Paulo: Atlas, 1996.

CAMPOS, Vicente F. **TQC – Controle de Qualidade Total**. 6. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.

CARR, David K., LITTMAN, Ian D. **Excelência nos serviços públicos: gestão da qualidade total na década de 90**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1992.

COLOMBO, Irineu. **O Adolescente Infrator e o Sistema de Ensino Paranaense: A Trajetória da Escola para Menores Professor Queiroz Filho (1965-1992)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2002.

DIDONÉ, I. M. e SOARES, I. O. S. (Org.). **O jovem e a comunidade**. São Paulo: Loyola, 1992.

FERNANDES, Rogério. **Notas em torno de retratos de criança**. In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo: USP, vol. 26, 2000.

FLORENTINO, Américo M. **Custos: princípios, cálculos e contabilização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1985.

FURTER, P. **Juventude e tempo presente: fundamentos de uma pedagogia**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GESPÚBLICA, **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização: Documento de Referência**. Brasília: GESPÚBLICA, 2007, Disponível em <<http://www.gespublica.gov.br>>. Acesso em 14 de junho de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HAVE, Steven ten ..[et al.]. **Modelos de gestão: o que são e quando devem ser usados**. tradução Brasil Ramos Fernandes; revisão técnica Guilherme Campiani Maximiano. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MACHADO JR, José T. **A lei 4.320 comentada** [por] J. Teixeira Machado Jr. [e]

Heraldo da Costa Reis. 31. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2002/2003.

MARQUES, Núbia N. **O papel do profissional na política social**. Serviço Social & Sociedade. Ano I – nº 3. São Paulo: Cortez, outubro de 1980.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 7. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2000.

MILESKI, Hélio S. **Gestão Fiscal Responsável**. Brasília: BNDES, 2000.

NUNES, Marcos A. **Custos no serviço público**. Brasília: ENAP, 1998.

OUTEIRAL, José O. **Adolescer**: estudos sobre adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PALADINI, Edson P. **Gestão da Qualidade**: teoria e prática, São Paulo: Atlas, 2000.

PARANÁ, Governo do Estado. **Objetivos e Metas de Desenvolvimento/Paraná/75-78**. Curitiba.

_____, Governo do Estado. **Plano do Governo Ney Braga quadriênio 1980/1983**. Curitiba.

_____, Governo do Estado. **Plano de Ação 1983/87**. Curitiba.

_____, Governo do Estado. **Plano de Governo Álvaro Dias**. Curitiba: 1987.

_____, Governo do Estado. **Plano de Governo**. Curitiba: 1995.

_____, Governo do Estado. **Plano de Governo Paraná 2003 – 2006**, Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social. Curitiba: 2003.

_____, Lei nº 9882, de 26 de dezembro de 1991, **Plano Plurianual para o período de 1992 a 1995**.

PIZZOLATO, Nélio D. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Makron Books, 1997.

SANTOS, Joel J. **Análise de custos: um enfoque gerencial com ênfase para custeamento marginal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

ROSA, Merval. **Psicologia evolutiva**: psicologia da adolescência. Petrópolis: Vozes, 1984.

TRINDADE, Judite. M. B. **Metamorfose**: de criança para menor. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1998.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

7. ANEXOS

**7.1. ANEXO I – MANUAL DA METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS
E INDICADORES DE QUALIDADE DAS MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS A ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI – UNICEF**



Custos e Qualidade

Das Medidas Sócio Educativas Aplicadas a
Adolescentes em conflito com a lei

Programa para o Estudo de Custos e Qualidade das Medidas Sócio Educativas aplicadas a
Adolescentes em Conflito com a Lei.

Grupo técnico:

Ludmila Pacheco - Brasília - DF
Luiz Otávio Romeiro de Araújo Costa - FUNCAP/PA
Maria Angela Leal Rudge - FEBEM/SP
Mário Volpi - UNICEF (Coordenador)
Nei Celso Fatuch - IASP/PR
Nilson Carlos Fernandes - FUNDAC/PB
Renaldo Antônio Gonçalves - PUC/SP
Silvana Giacomelli Fardo - FEBEM/RS

Realização:



1 – JUSTIFICATIVA

A proposta de elaborar referências para o cálculo de custos das medidas sócio-educativas aplicadas a adolescentes em conflito com a Lei, pelo fato de elencar alguns problemas que, superados, podem nos oferecer o caminho de um atendimento adequado a este segmento da população, é de grande importância.

Assim, identificamos alguns problemas que tentam justificar a ausência de referências de custos. Cabe explicar que não buscamos apontar as modalidades de condução administrativas, mas apurar uma referência de custo dos programas.

Cabe esclarecer ainda que um dos motivos, dentre outros, da criação destas referências de custos, diz respeito aos dados que apresentam valores tão estapafúrdios que dispensam análise mais rigorosa.

É importante ressaltar que a maioria dos Estados tem grande dificuldade em apurar os custos dos adolescentes que cumprem medida nos diversos programas de cada Unidade. Assim sendo, é fácil compreender o quanto é complexo o caminho para se chegar a essa informação.

Dentre os problemas encontrados, destacamos alguns, não para justificar possíveis dificuldades, mas para dar a idéia exata do contexto no qual estamos trabalhando, para organizar os dados apresentados neste documento.

A diversidade de custos e programas nas diferentes unidades da federação apresenta-se como um problema, uma vez que em cada Estado as instituições responsáveis pela aplicação das medidas sócio-educativas estão ligadas a diferentes secretarias e desenvolvem um conjunto multifacetado de programas.

Em alguns Estados, os programas estão vinculados à Secretaria de Justiça, em outros à Assistência Social, e em outros ainda, às Secretarias que tratam do Trabalho e Assistência Social. Algumas se configuram enquanto um departamento; há as que são fundações, e também outras configurações institucionais. A missão institucional de cada uma também é diferenciada, sendo que algumas só executam medidas sócio-educativas, enquanto outras desenvolvem também programas de proteção com abrigos, programas de profissionalização e outras diferentes atribuições, que variam de Estado para Estado. Estas variações têm como consequência a forma de custeio dos programas estruturada em diferentes tipos de classificação orçamentária.

Ao iniciarmos o levantamento das informações primárias para a elaboração de uma planilha de custos, deparamo-nos com a inexistência de metodologia para a verificação deste dado.

Verificou-se também uma dificuldade de se obter informações, que pode ser explicada muitas vezes pela falta de uma estrutura contábil mais organizada, mas também pode ser atribuída à pouca transparência na gestão dos recursos públicos.

Historicamente, não se tem a prática de apurar custos, muitas vezes para não checar ou expor o (mau) gerenciamento do Estado. Neste caso, a falta de transparência da gestão pode usar, como pretexto, a complexidade do serviço público e a burocracia para esconder a falta de vontade política.

Corroboramos também para uma certa confusão nas informações, a ausência de um controle social dos gastos por parte da sociedade civil que não consegue controlar e fiscalizar as execuções orçamentárias.

É importante conhecer e enfrentar estas dificuldades para podermos apresentar um trabalho que colabore para uma aproximação mais precisa dos custos dos programas referidos, pois esta informação é essencial para a adoção das prioridades e linhas de intervenção, bem como para suprir a inexistência de parâmetros e referências que permitam proceder avaliações mais profundas, capazes de expor lacunas e desfazer mitos. Também serve como ferramenta de gestão para incrementar ações melhor estruturadas política e administrativamente.

Há pelo menos duas razões para tratar essa questão:

1) Fornecer subsídios para a gestão das organizações que atendem adolescentes, portanto, voltadas para as questões internas da administração (evitar desperdícios através de controles, distribuir adequadamente as verbas ...);

2) Criar custos de referência de atendimento aos adolescentes para estabelecer um padrão de qualidade que garanta a reintegração social.

2 – CARACTERIZAÇÃO DAS MEDIDAS¹

Serão objeto de nosso estudo as medidas sócio-educativas de liberdade assistida; semiliberdade e internação.

2.1 – Liberdade Assistida

Constitui-se numa medida coercitiva quando se verifica a necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente (escola, trabalho, família). Sua intervenção educativa manifesta-se do acompanhamento personalizado, garantindo-se os aspectos de: proteção, inserção comunitária, cotidiano, manutenção de vínculos familiares, frequência à escola e inserção no mercado de trabalho e/ou cursos profissionalizações e formativos.

Assim, os programas de Liberdade Assistida devem ser estruturados no nível municipal, preferencialmente localizados nas comunidades de origem do adolescente. Devem ser gerenciados e desenvolvidos pelo órgão executor no nível municipal em parceria com o Judiciário, que supervisiona e acompanha as ações do programa.

O programa de Liberdade Assistida exige uma equipe de orientadores sociais, remunerados ou não, para o cumprimento do art. 119 do ECA, tendo como referência a perspectiva do acompanhamento personalizado, inserido na realidade da comunidade de origem do adolescente, ligado a programas de proteção e/ou formativos. Tanto o programa como os membros da equipe, passam a constituir uma referência permanente para o adolescente e sua família.

A liberdade assistida poderá ser desenvolvida por grupos comunitários com orientadores voluntários, desde que os mesmos sejam capacitados, supervisionados e integrados à rede de atendimento ao adolescente. A modalidade de Liberdade Assistida Comunitária (LAC) tem se mostrado muito eficiente pelo seu grau de envolvimento da comunidade e de inserção no cotidiano dos adolescentes acompanhados.

¹ Esta descrição baseia-se in: Volpi. M (Org.). O adolescente e o ato infracional. São Paulo: Cortez/INESC, 1997

2.2 – Semiliberdade

A semiliberdade contempla os aspectos coercitivos quando afasta o adolescente do convívio familiar e da comunidade de origem. Contudo, ao restringir sua liberdade, não o priva totalmente do seu direito de ir e vir. Os aspectos educativos, assim como na internação, baseiam-se na oportunidade de acesso a serviços, organização da vida cotidiana, etc. Assim, os programas de semiliberdade devem, obrigatoriamente, manter uma ampla relação com os serviços e programas sociais e/ou formativos no âmbito externo à unidade de moradia.

Num entendimento mais amplo da natureza e finalidade da semiliberdade, entendemos que ela poderá substituir em grande parte a medida de internação, podendo atender adolescentes, como primeira medida ou como processo de transição entre a internação e o retorno do adolescente à comunidade.

Há duas abordagens: uma destinada a adolescentes em transição da internação para a liberdade e/ou progressão da medida; e a outra aplicada como primeira medida sócio-educativa.

A característica principal da medida de semiliberdade é que o adolescente passa o dia desenvolvendo atividades de inserção no mercado de trabalho, escolarização formal, profissionalização e outros, na comunidade e, à noite, volta para a unidade de atendimento.

Constatamos a existência de basicamente duas modalidades de aplicação da medida de semiliberdade:

a) Programas caracterizados por unidades de atendimento para grupos de até 40 adolescentes, onde o acesso ao meio externo é programado progressivamente a partir do processo de desenvolvimento educacional do adolescente. São conhecidos como semi-internatos.

b) Programas de semiliberdade caracterizados por unidades comunitárias de moradia, para grupos de cerca de 12 adolescentes, para a manutenção e inserção do adolescente em programas sociais e comunitários.

2.3 – Internação

A internação, como a última medida na hierarquia que vai de menos grave a mais grave, somente deve ser destinada aos adolescentes que cometem atos infracionais graves. Embora o Estatuto tenha enfatizado os aspectos pedagógicos e não os punitivos ou repressivos, a medida de internação guarda em si conotações coercitivas e educativas.

É preciso lembrar que sempre o Estatuto estabelece o princípio de que todo adolescente a quem for atribuída uma medida sócio-educativa não deve ser privado de liberdade se houver outra medida adequada (ECA, 122, parágrafo 2º) e nos casos previstos no artigo 122. Portanto, falar de internação significa referir-se a um programa de privação de liberdade, o qual, por definição, implica em contenção do adolescente autor de ato infracional num sistema de segurança eficaz.

Assim sendo, os que forem submetidos à privação de liberdade só o serão porque a sua contenção e submissão a um sistema de segurança são condições “sine qua non” para o cumprimento da medida sócio-educativa. Ou seja, a contenção não é em si a medida sócio-educativa, é a condição para que ela seja aplicada. De outro modo ainda: a restrição da

liberdade deve significar apenas limitação do exercício do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais, condições para a sua inclusão na perspectiva cidadã.

As garantias constitucionais e os requisitos fixados pelo Estatuto são parâmetros dentro dos quais o infrator será “contido” e submetido a um sistema de segurança, assegurando-lhe:

a) sujeição aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

b) manutenção condicionada a avaliação em períodos máximos de seis meses;

c) o tempo máximo de internação três anos, limite após o qual o adolescente deve ser liberado e colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida; e liberação compulsória aos vinte e um anos de idade (Art. 121)

d) permissão para realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário (Art. 121, parágrafo 1º)

e) a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, obediência rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Durante esse período (inclusive na internação provisória), são obrigatórias atividades pedagógicas. (Art. 123)

f) observação dos direitos do adolescente privado de liberdade: entrevistar-se pessoalmente com representante do Ministério Público, peticionar diretamente a qualquer autoridade; avistar-se reservadamente com seu defensor; ser informado de sua situação processual; ser tratado com respeito e dignidade; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; receber visitas, ao menos semanalmente; corresponder-se com seus familiares e amigos; ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; habitar alojamentos em condições adequadas de higiene e salubridade; receber escolarização e profissionalização; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; ter acesso aos meios de comunicação social; receber assistência religiosa segundo a crença; manter posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los; receber, quando da desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade. Segundo ainda o Art. 124, que define os direitos anteriormente mencionados, em hipótese alguma haverá incomunicabilidade, embora a autoridade judiciária possa suspender temporariamente as visitas do adolescente.

3 – TIPOS DE INFORMAÇÕES GERADAS PELOS CUSTOS

É importante notar que não existe uma metodologia única para apurar a estrutura de custos de um programa ou serviço. A escolha de uma das modalidades está relacionada com os objetivos das organizações e as informações geradas devem ser compatíveis com os instrumentos de gerenciamento, condução e controle dessas organizações.

Nesse sentido, o conceito de custo não pode ser confundido com “despesa” ou “desembolso monetário”, pois estas são informações agregadas, que não permitem estabelecer controles efetivos ou modos eficientes de conduzir o programa.

É necessário compor custos pelo detalhamento da pesquisa, estabelecendo uma base única de gastos associados a um só tipo de programa..

Este cuidado facilita a gestão e a condução de programas/serviços dando transparência às decisões gerenciais.

Apresentaremos a seguir alguns dos principais instrumentos (indicadores) de gestão obtidos a partir de informações de custos:

Custos /orçamento - como controle de gastos e gestão:

Quando estabelecemos uma estrutura de custo para a condução de um programa ou serviço, geramos grupos de informações que nos permitem criar controles sobre as variações de gastos, relacionados com a qualidade e padrões de atendimento.

Torna-se possível adequar as despesas incorridas pelo gestor do programa com a alocação de recursos financeiros. É com estes dados que projetam-se os valores necessários para a manutenção dos serviços a médio e longo prazo - orçamentos mensais, anuais e plurianuais.

Com a informação dos custos podemos estabelecer os impactos financeiros gerados pela aquisição de novas tecnologias voltadas para a melhoria do atendimento.

Cria-se uma base de informações que permite o controle e a fiscalização das atividades da instituição e pela comunidade.

Promove-se a democratização das informações dando aos executores das ações diretas, uma dimensão mais exata dos custos reais de todo o programa e evita-se a responsabilização difusa, que impede conhecer, com detalhes, os nós críticos do gerenciamento.

Custos/referências - como elemento de referência para a multiplicação de programas/serviços:

Uma vez apurado o custo de manutenção de um programa ou serviço, é possível multiplicá-lo, pois tornam-se previsíveis os recursos financeiros mobilizados para a expansão da rede desta modalidade de atendimento.

A viabilidade dos projetos na área social dependem muito da explicitação dos custos do programa. Muitas vezes, a sustentabilidade do serviço baseia-se em trabalho voluntário e doações que tornam difícil sua reprodução em outras regiões.

Custos/qualidade - como elemento de controle do tipo de atendimento prestado dentro de um programa/serviço:

Conhecendo a estrutura de um programa, torna-se possível apurar a qualidade do serviço prestado. A relação entre estas duas variáveis permite monitorar ações corretivas para nivelar programas iguais que operam com custos semelhantes mas qualidades distintas.

O uso de padrões de qualidade atrelado ao custo, permite que o órgão financiador possa escolher entre os projetos concorrentes, aquele que apresente melhor relação entre custo/qualidade, ou seja, a proposta que tenha maior eficácia.

4 – METODOLOGIA UTILIZADA

4.1 – Forma

Para apuração dos custos será utilizada a forma de categoria de custo direto e custo indireto.

Esta modalidade foi escolhida por facilitar a sua aplicação em organizações com grande diversidade de centros de custos, facilitando a identificação de problemas setoriais.

O conceito operado nesta modalidade de custo está centrado na definição dos itens de *Custo Direto* e de *Custo Indireto*.

Neste caso, podemos afirmar que os *Custos Diretos* são itens ligados à produção de serviços, por exemplo, compra de alimentação, treinamento de trabalhadores do centro. Os *Custos Indiretos* são aqueles localizados nas áreas de apoio, que podem ser utilizados por todos os setores de organização, por exemplo, serviços jurídicos, recursos humanos, presidência, diretorias, etc.

4.2 – Convenções²

O objetivo destas convenções é estipular parâmetros comuns para a execução do trabalho.

a) *Convenção de Consistência*: estipula que os métodos adotados não devem ser mudados com demasiada frequência para não prejudicar a compatibilidade dos resultados. Do ponto de vista dos custos, a validade dessa convenção pode ser exemplificada através de métodos de custeamento e adoção de bases de rateio. Pode-se aperfeiçoá-lo constantemente, prevendo as variações, a fim de não distorcer a comparabilidade dos custos incorridos;

b) *Convenção de Materialidade*: refere-se ao uso excessivo de registros de fatos de pouco significado. Tais fatos devem ser registrados em dados agrupados por períodos julgados oportunos, em geral o mês. A aplicação dessa convenção tem vital importância no cálculo do custo no nível da criança/adolescente ou de produção. Devemos procurar aprimorar aqueles itens de significativa e real importância na formação do custo, deixando os demais custos incorridos para serem incorporados através de base de distribuição ou rateios lógicos e racionais, medindo a significatividade do fato gerador do custo;

c) *Convenção de Objetividade*: optamos por uma planilha objetiva e auto explicativa, destacando itens como pessoal, material de consumo, serviços contratados e despesas de funcionamento. Ao defrontar-se com problemas na escolha de critérios ou de valor, deve-se optar pela hipótese mais objetiva. Esta convenção se aplica rigorosamente ao intentar, por exemplo, escolher as bases de rateio que apropriaríamos às despesas dos diversos Centros de Custos.

4.3 – Conceitos Básicos

- UNIDADE DE ATENDIMENTO: (ua) É uma base física onde se executa um determinado programa sócio-educativo.
- CUSTOS: Toda e qualquer aplicação de recursos em diferentes formas e expresso em valores monetários.
- CUSTO DIRETO: (CD_{ua}) É o valor gasto diretamente na Unidade de Atendimento ou que beneficia diretamente os adolescentes por ela atendidos. Ex.: pagamento de pessoal (Direção, Equipe Técnica, Educadores ...), material pedagógico ...

² Manual de Sistema de Custos da FEBEM. São Paulo, mimeo, 1997.

- **CUSTO INDIRETO: (CI_{ua})** São aqueles executados em áreas de apoio ao atendimento e que podem ser utilizados por todos os setores da Instituição. Ex.: custo operacional da administração central da instituição; despesas de infraestrutura da sede ou administração central, atendimento jurídico.
- **CUSTO TOTAL DA UNIDADE DE ATENDIMENTO: (CT)** é a soma do Custo Direto da Unidade com o Custo Indireto da Unidade, conforme apresentada abaixo:

$$CD_{ua} + CI_{ua} = CT$$

Onde CT é o custo total da unidade de atendimento, independente da origem (fonte) dos recursos.

- **FAMÍLIA DE CUSTOS:** É o agrupamento de itens de custo com características semelhantes, classificados conforme a natureza das despesas.
- **CUSTO PER CAPITA:** É o Custo Total de uma Unidade de Atendimento, ponderado pelo número médio mensal de adolescentes, conforme a fórmula abaixo.

$$CT/MMA = CPC$$

$$\frac{\text{CUSTO TOTAL}}{\text{Média Mensal de Adolescentes}} = \text{Custo Per Capita}$$

4.4 – Procedimentos

O levantamento de custo leva em consideração três aspectos básicos:

- a) Custos Diretos (CD)
- b) Custos Indiretos (CI)
- c) Média Mensal de Adolescentes (MMA)

1º PASSO

a) Apropriação do Custo Direto das Unidades de Atendimento

Conforme o conceito estabelecido acima, deve-se proceder a coleta dos dados relativos aos custos diretos de cada unidade de atendimento, observada as famílias de despesa;

Preenchimento do instrumental 1 – **Planilha de Custos Diretos**, elencando todas as unidades de atendimento do órgão, por programa. Nesta planilha foram colocados 03 grupos de despesas:

- 1) Pessoal;
- 2) Material de Consumo;
- 3) Despesas de Funcionamento.

Programa para o Estudo de Custos e Qualidade das Medidas Sócio Educativas aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei.

1) *Pessoal*: serão alocadas as despesas de salário, benefícios, horas extras, encargos e diversos, dos profissionais ligados à unidade de atendimento.

2) *Material de Consumo*: serão alocadas as despesas com gêneros alimentícios, material pedagógico, vestuário, medicação e diversos.. Dentro desse item foram escolhidos aqueles considerados relevantes para o atendimento do adolescente. Todos os demais materiais de consumo deverão ser colocados no sub-item diversos.

3) *Despesas de Funcionamento*: devem ser alocadas nesse item as seguintes despesas: contrato de alimentação, contrato de vigilância, contrato de limpeza, demais contratos, água, luz, telefone, impostos e diversos. No sub-item diversos, serão alocadas as despesas com estagiários, viagens, transporte e os adiantamentos, quando não for possível alocá-los nos demais itens da planilha. Os convênios/contratos cujo objetivo é o aprimoramento do atendimento de adolescentes nas unidades deverão ser alocados nos custos diretos, rateando o valor pelo número de atendidos. Os demais convênios e transferências e subvenções de atendimento a crianças e adolescentes não serão considerados para efeito de cálculo de custos do atendimento direto neste trabalho. Quando um único contrato de prestação de serviços incluir várias unidades, deve-se obter o custo correspondente de cada unidade.

Com estes dados, torna-se possível obter o *Custo Direto Mensal* das Unidades de Atendimento de um determinado programa.

2º PASSO

b) *Apropriação dos Custos Indiretos*

Para a apropriação dos Custos Indiretos da instituição, devemos preencher o instrumental 2 - **Planilha de Custos Indiretos**, elencando os custos da administração central (assessorias, diretorias administrativas, etc.) e também os custos das gerências dos diversos programas.

Em muitas instituições, existem gerências específicas dos diferentes programas. Por exemplo, Divisão de Infratores, Supervisão de Programas Protetivos, etc.

Estes custos são indiretos, porém, são específicos de cada programa. Dessa forma, este custo indireto deverá constar apenas do programa específico.

Os indicadores elencados no instrumental 2 são os mesmos da planilha de custos diretos, que contempla os três grupos de despesas:

- a) pessoal
- b) material de consumo
- c) despesas de funcionamento.

a) *Pessoal*: serão alocadas as despesas de salário, benefícios, horas extras, encargos e diversos, dos profissionais ligados ao atendimento indireto de cada unidade.

b) *Material de Consumo*:

- material de escritório;
- material de informática;
- diversos;

c) *Despesas de Funcionamento*:

- contratos de vigilância;
- contratos de limpeza;
- outros contratos;
- água, luz, telefone, impostos;
- diversos;

Após o preenchimento do instrumental 2, obtém-se o total de custos indiretos da instituição.

3º PASSO:

c) *Rateio do Custo Indireto entre as Unidades de Atendimento*

Para obter esse rateio, deveremos preencher o instrumental 3, que contempla o nome de todas as Unidades, o Custo Direto (instrumental 1). $\text{Unidade 1} + \text{Unidade 2} + \text{Unidade 3} \dots = \text{Total dos Custos Diretos}$.

O percentual a ser aplicado para a obtenção do custo indireto /unidade, é obtido pela fórmula abaixo:

Custo Total da Unidade X 100 ÷ pelo Total do Custo Direto = %

Depois de obtido o percentual correspondente a cada Unidade, apropriar-se, do Custo Indireto, o percentual obtido, conforme exemplo abaixo:

A Unidade 1 gasta 27% por mês

A Unidade 2 gasta 40% por mês

A Unidade 3 gasta 33% por mês

Atribuir por este percentual o Custo Indireto de cada UA, aplicando o percentual no total do Custo Indireto.

Ex.: A FEBEM X tem um Custo Total Indireto (sede) de 18

CI da Unidade 1 = 0,27% x 18 = 4,86

da Unidade 2 = 0,40% x 18 = 7,20

da Unidade 3 = 0,33% x 18 = 5,94

Custo Total = 18,00

O Custo Total das Unidades será apresentado da seguinte maneira:

$$U1 = CD + CI = 8 + 4,86 = 12,86$$

4º PASSO

d) Produção dos Indicadores do Atendimento

Para se auferir os custos dos programas de atendimento, devemos trabalhar com indicadores do atendimento de crianças e adolescentes.

O indicador considerado mais adequado para a apropriação de custos dos programas é a **Média Mensal de Atendimento (MMA)**, obtida da seguinte maneira:

LA = N° de adolescentes no último dia do mês anterior

E = N° de entrada de adolescentes

As = N° de saída de adolescentes (saída + desinternação + fugas)

Total = saldo diário de adolescentes

$$MMA = \frac{SOMA}{DOIS}$$

Programa para o Estudo de Custos e Qualidade das Medidas Sócio Educativas aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei.

Veja o exemplo considerando-se um mês de 31 dias:

DIA	Sf	ENTRADAS	SAÍDAS	Sd
1.	32	5	2	35
2.	35	2	6	31
3.	31	8	4	35
4.	35	0	4	31
5.	31	9	2	38
6.	38	1	3	36
7.	36	10	0	46
8.	46	5	5	46
9.	46	0	6	39
10.	39	6	7	38
11.	38	0	6	32
12.	32	5	2	35
13.	35	2	6	31
14.	31	8	4	35
15.	35	0	4	31
16.	31	9	2	38
17.	38	1	3	36
18.	36	10	0	46
19.	46	0	8	38
20.	38	1	3	36
21.	36	10	0	46
22.	46	5	5	46
23.	46	0	6	39
24.	39	6	7	38
25.	38	0	6	32
26.	32	5	2	35
27.	35	2	6	31
28.	31	8	4	35
29.	35	4	3	36
30.	36	0	0	36
31.	36	1	2	35
SOMA				1139

Aplicando-se a fórmula, neste exemplo, obtém-se $\frac{1139}{31} = 36,7$

- arredondando, obtém-se 37

Então, a MMA seria igual a 37

5º PASSO

Para a obtenção do Custo Per Capita, divide-se o Custo Total Mensal pela Média Mensal de Adolescentes, conforma a fórmula abaixo:

$$CPC = \frac{CTM}{MMS}$$

Se o Custo Total Mensal de uma Unidade fosse R\$ 70.000,00 e a Média Mensal de Adolescentes fosse 37, o Custo Per Capita seria:

$$\frac{70.000}{37} = 1.891,19$$

5 -- INDICADORES

Os indicadores apresentados neste documento têm por objetivo visualizar a realidade no aspecto **macro da gestão**. São referenciais que proporcionam uma linguagem comum a toda organização.

Nestas circunstâncias, como por exemplo, com o indicador *pessoal/custo total*, consegue-se mensurar o comportamento dos recursos financeiros com pessoal, para uma avaliação crítica de seu real peso no custo da Unidade, com a perspectiva, se for o caso, de disponibilizar recursos para custeio e/ou investimentos.

Outro exemplo seria o de *custo indireto/custo total*, que nos permitirá, eventualmente, regular/carrear mais recursos para as atividades fins, ou seja, as Unidades.

Estes indicadores têm abrangência MACRO e poderão gerar condições de um detalhamento específico consoante com a necessidade de cada instituição, como demonstraremos a seguir.

CUSTO DIRETO
CUSTO TOTAL

CUSTO DE MANUTENÇÃO
CUSTO TOTAL

CUSTO DIRETO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
CUSTO TOTAL

6 -- INDICADORES DE QUALIDADE DOS PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS

Para dar cobertura aos serviços prestados em cada modalidade de atendimento (internação, semiliberdade e liberdade assistida), definimos quatro categorias que devem ser avaliadas:

1 - Necessidades Básicas:

- 1.1 - Alimentação;
- 1.2 - Vestuário;
- 1.3 - Higiene Pessoal;
- 1.4 - Documentação Civil;
- 1.5 - Documentação Escolar.

2 - Espaço Físico e Infra-estrutura:

- 2.1 - Salubridade;
- 2.2 - Capacidade;
- 2.3 - Refeitório;
- 2.4 - Dormitórios;
- 2.5 - Banheiros;
- 2.6 - Ambiente para Escolarização;
- 2.7 - Ambiente para Prática de Esportes;
- 2.8 - Equipamentos;
- 2.9 - Segurança;

3 - Direitos Fundamentais:

- 3.1 - Escolarização Formal;
- 3.2 - Profissionalização;
- 3.3 - Esporte;
- 3.4 - Cultura;
- 3.5 - Lazer;
- 3.6 - Assistência Religiosa;
- 3.7 - Atendimento Médico;
- 3.8 - Atendimento Odontológico;
- 3.9 - Cuidados Farmacêuticos;
- 3.10 - Atendimento Psicológico;
- 3.11 - Atividades Externas.

4 - Atendimento Técnico:

- 4.1 - Atendimento Psicossocial;
- 4.2 - Atendimento Grupal;
- 4.3 - Atendimento Familiar;
- 4.4 - Reuniões com Famílias;
- 4.5 - Atendimento Jurídico;
- 4.6 - Acompanhamento de Egressos.

Estes indicadores serão classificados por três modalidades de avaliação:

Critério 1: Existência do serviço

A Unidade fornece, dentro das Necessidades Básicas, a documentação escolar?

_____ sim _____ não

Critério 2: Alcance do serviço

A documentação escolar é fornecida: A totalidade da população atendida - abrangência de 30% ou...?

Critério 3: Qualidade do serviço

Qual a pontuação dada para o serviço de documentação escolar?

Pontuação: _____ péssimo _____ ruim _____ regular _____ bom _____ ótimo

Esta avaliação permite preencher o **QUADRO DE RESUMO**, apresentando os resultados por categoria. A nota média por categoria serve para avaliar o processo de fornecimento do serviço, interferir e modificar, buscando uma melhoria no atendimento.

Exemplo: Na categoria *Necessidades Básicas*, o indicador alimentação registrou nota 2 (ruim). Em função dessa nota, desencadeia-se um processo de avaliação de todos os departamentos envolvidos na oferta de alimentos.

O objetivo desta avaliação é apontar os pontos fracos e melhorar a qualidade da oferta dos serviços.

Para fomentar o processo de melhoria, devemos comparar e envolver os processos da Unidade avaliada com nota baixa com o processo de uma Unidade com nota alta.

7 – RECOMENDAÇÕES

A partir das informações que apuramos anteriormente, torna-se fundamental apontar algumas recomendações para validar os indicadores e permitir a melhoria contínua das organizações.

- Espírito participativo, formando equipes interdisciplinares em todos os segmentos da organização, como condição indispensável para o alcance dos objetivos, discutindo-se e oferecendo “feed-back”.
- As informações e os dados devem ser fidedignos e confiáveis, disponíveis, sem óbices que possam causar descontinuidade no processo de coleta e análise de dados.
- Todos os setores internos envolvidos devem estar absolutamente informados da importância e do valor da informação para o alcance dos objetivos.
- O conhecimento da informação não invalida a capacitação de gestores, diretores e gerentes da organização.
- O produto da coleta mensal dos custos, transformado em documento, servirá de apoio ao planejamento da organização.

8 -- INSTRUMENTAIS

Apresentaremos nas páginas seguintes instrumentais para a coleta de dados que são básicos para a apuração de custos. Estes instrumentais já foram testados e mostraram-se adequados para organizar as informações desejadas.

PERFIL DA RECEITA

Tesouro do Estado	Receita de Convênios		Diversos	
	Federal	Estadual	Próprios	Doações

Análise do Sistema de Custos			
Fórmula		Conceito	Uso
CUSTO DIRETO/CUSTO TOTAL		Mensurar o percentual de despesas com a máquina administrativa	Regular a quantidade de recursos para a atividade fim
CUSTO PESSOAL/CUSTO TOTAL		Verificar o comprometimento da despesa com a folha de pessoal	Avaliação da aplicação de recursos
CUSTO CUSTEIO/CUSTO TOTAL		Relação de custos por medida Sócio-Educativa, tendo como referência o per capita da instituição, considerando-se a Unidade de melhor qualidade de atendimento	Subsidiar o planejamento do executivo Subsidiar os planos municipais
PER CAPITA SEMILIBERDADE/ PERCAPITA INTERNAÇÃO			
PER CAPITA INTERN. PROVISÓRIA/ PER CAPITA INTERNAÇÃO			
PER CAPITA INTERN. PROVISÓRIA/ PER CAPTA INTERNAÇÃO			

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES COTIDIANAS POR UNIDADE

Pessoal: R\$ _____

Cargos	N.º de Funcionários	Horas Disponíveis	
		Efetiva	Extra
Operacional			
Monitores			
Instrutores			
Técnicos - Médicos/Odontólogos			
Assistentes Sociais			
Psicólogos			
Téc. Em Educação			
Outros			

1 - INDICADORES DE QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE INTERNAÇÃO

UNIDADE: _____ CAPACIDADE: _____
MÊS: _____ LOTAÇÃO DO MÊS ANTERIOR: _____

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Necessidades Básicas	1a	ALIMENTAÇÃO - a unidade oferece alimentação de qualidade?				
	1b	VESTUÁRIO - a unidade disponibiliza vestuário em número e tamanho adequado?				
	1c	HIGIENE PESSOAL - a unidade oferta material de higiene pessoal em n.o suficiente, respeitando as necessidades dos adolescentes?				
	1d	DOCUMENTAÇÃO CIVIL - a unidade favorece a emissão de CI, CT, CIC, CNI ...?				
	1e	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR - a unidade fornece certificado de frequência escolar e de cursos profissionalizações.				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Espaço Físico e Infra - Estrutura	2a	SALUBRIDADE - a unidade oferece condições de habitabilidade e salubridade?				
	2b	CAPACIDADE - a base física da unidade favorece o atendimento personalizado em grupos reduzidos?				
	2c	REFEITÓRIO - propicia espaço adequado para a alimentação do adolescente?				
	2d	DORMITÓRIOS - o espaço reservado para os dormitórios é adequado, garantindo a individualidade do adolescente?				
	2e	BANHEIROS - a unidade oferece banheiros e lavatórios em número suficientes?				
	2f	ESCOLARIZAÇÃO - existem áreas adequadas para o processo de escolarização?				
	2g	ESPORTE, RECREAÇÃO e CULTURA - a unidade possui espaços para o desenvolvimento de atividades de esporte, de cultura e de lazer?				
	2h	EQUIPAMENTOS - os equipamentos da unidade apresentam boas condições de uso e são ofertados em n° suficiente?				
	2i	SEGURANÇA - a unidade propicia condições de segurança?				

Programa para o Estudo de Custos e Qualidade das Medidas Sócio Educativas aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei.

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Direitos Fundamentais	3a	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL - a unidade oferece atividades de escola formal em todos os níveis?				
	3b	PROFISSIONALIZAÇÃO - a unidade disponibiliza atividades de profissionalização ou iniciação profissional?				
	3c	ESPORTE - a unidade oferece atividades desportivas diárias?				
	3d	CULTURA - a unidade oferece atividades culturais?				
	3e	LAZER - a unidade promove atividades de lazer diárias?				
	3f	ASSISTÊNCIA RELIGIOSA - a unidade favorece a oferta de assistência religiosa ?				
	3g	ATENDIMENTO MÉDICO - a unidade oferece atendimento médico e ambulatorial especializado?				
	3h	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - a unidade oferece atendimento odontológico?				
	3i	CUIDADOS FARMACÊUTICOS - a unidade disponibiliza medicamentos adequados e em nº suficiente?				
	3j	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO - a unidade oferece atendimento terapêutico para os que dele necessitam?				
	3l	ATIVIDADES EXTERNAS - a unidade favorece a realização de atividades externas (art. 121)?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Atendimento Técnico	4a	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - a unidade oferece atendimento psicossocial individual com frequência semanal?				
	4b	ATENDIMENTO GRUPAL - a unidade oferece atendimento grupal?				
	4c	ATENDIMENTO FAMILIAR - existe atendimento à família na unidade?				
	4d	REUNIÕES COM FAMÍLIAS - a unidade favorece atividades para o reestabelecimento e manutenção dos vínculos familiares?				
	4e	ATENDIMENTO JURÍDICO - o adolescente tem assistência jurídica na unidade?				
	4f	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS - a unidade desenvolve um trabalho de acompanhamento de seus egressos?				

2 - INDICADORES DE QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

UNIDADE: _____ CAPACIDADE: _____
MÊS: _____ LOTAÇÃO DO MÊS ANTERIOR: _____

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Necessidades Básicas	1a	ALIMENTAÇÃO - a unidade oferece alimentação de qualidade?				
	1b	VESTUÁRIO - a unidade disponibiliza vestuário em número e tamanho adequado?				
	1c	DOCUMENTAÇÃO CIVIL - a unidade providencia a certidão de nascimento para quem necessita?				
	1d	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR - a unidade providencia o histórico escolar?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Espaço Físico e Infra-estrutura	2a	SALUBRIDADE - a unidade oferece condições de habitabilidade e salubridade?				
	2b	CAPACIDADE - a base física da unidade favorece o atendimento personalizado em grupos reduzidos?				
	2c	REFEITÓRIO - propicia espaço adequado para a alimentação do adolescente?				
	2d	DORMITÓRIOS - o espaço reservado para os dormitórios é adequado, garantindo a individualidade do adolescente?				
	2e	BANHEIROS - a unidade oferece banheiros e lavatórios em número suficientes?				
	2f	ESPORTE, RECREAÇÃO e CULTURA - a unidade possui espaços para o desenvolvimento de atividades de esporte, de cultura e de lazer?				
	2g	EQUIPAMENTOS - os equipamentos da unidade apresentam boas condições de uso e são ofertados em nº suficiente?				
	2h	SEGURANÇA - a unidade propicia condições de segurança?				

Programa para o Estudo de Custos e Qualidade das Medidas Sócio Educativas aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei.

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Direitos Fundamentais	3a	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL - a unidade faz teste escolar?				
	3b	EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR - a unidade oferece atividades diárias de educação complementar?				
	3c	ESPORTE - a unidade oferece atividades desportivas diárias?				
	3d	CULTURA - a unidade oferece atividade culturais?				
	3e	LAZER - a unidade promove atividades de lazer diárias?				
	3f	ASSISTÊNCIA RELIGIOSA - a unidade favorece a oferta de assistência religiosa ?				
	3g	ATENDIMENTO MÉDICO - a unidade oferece avaliação e atendimento médico e ambulatorial especializado?				
	3h	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - a unidade oferece atendimento odontológico?				
	3i	CUIDADOS FARMACÊUTICOS - a unidade disponibiliza medicamentos adequados e em nº suficiente?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Atendimento Técnico	4a	ESTUDO DE CASO - a unidade faz estudo de caso?				
	4b	VISITA DOMICILIAR - a unidade faz visita domiciliar às famílias?				
	4c	ATENDIMENTO JURÍDICO - o adolescente tem assistência jurídica?				

3 - INDICADORES DE QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE SEMILIBERDADE

UNIDADE: _____ CAPACIDADE: _____
MÊS: _____ LOTAÇÃO DO MÊS ANTERIOR: _____

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Necessidades Básicas	1a	ALIMENTAÇÃO - a unidade oferece alimentação de qualidade?				
	1b	VESTUÁRIO - a unidade disponibiliza vestuário em número e tamanho adequado?				
	1c	DOCUMENTAÇÃO CIVIL - a unidade providencia a certidão de nascimento para quem necessita?				
	1d	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR - a unidade providencia o histórico escolar?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Espaço Físico e Infra - Estrutura	2a	SALUBRIDADE - a unidade oferece condições de habitabilidade e salubridade?				
	2b	CAPACIDADE - a base física da unidade favorece o atendimento personalizado em grupos reduzidos e na comunidade?				
	2c	REFEITÓRIO - propicia espaço adequado para a alimentação do adolescente?				
	2d	DORMITÓRIOS - o espaço reservado para os dormitórios é adequado, garantindo a individualidade do adolescente?				
	2e	BANHEIROS - a unidade oferece banheiros e lavatórios em número suficientes, que preservam a intimidade do adolescente?				
	2f	EQUIPAMENTOS - os equipamentos da unidade apresentam boas condições de uso e são ofertados em nº suficiente?				

Programa para o Estudo de Custos e Qualidade das Medidas Sócio Educativas aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei.

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Direitos Fundamentais	3a	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL - os adolescentes estão inseridos na escola da comunidade?				
	3b	PROFISSIONALIZAÇÃO - os adolescentes são encaminhados para cursos de profissionalização ou de iniciação profissional?				
	3c	ESPORTE - os adolescentes fazem atividades desportivas diárias?				
	3d	CULTURA - os adolescentes participam de atividades culturais?				
	3e	LAZER - os adolescentes desenvolvem atividades de lazer diárias?				
	3f	ASSISTÊNCIA RELIGIOSA - os adolescentes possuem assistência religiosa ou freqüentam cultos?				
	3g	ATENDIMENTO MÉDICO - os adolescentes recebem atendimento médico e ambulatorial especializado na comunidade?				
	3h	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - os adolescente recebem atendimento odontológico?				
	3i	CUIDADOS FARMACÊUTICOS - a unidade disponibiliza medicamentos adequados e em nº suficiente?				
	3j	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO - os adolescentes que necessitam possuem atendimento terapêutico?				
	3l	TRABALHO - os adolescentes são inseridos em atividades no mercado de trabalho?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Atendimento Técnico	4a	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - os adolescentes recebem atendimento psicossocial individual com freqüência?				
	4b	ATENDIMENTO GRUPAL - os adolescentes recebem atendimento grupal?				
	4c	ATENDIMENTO FAMILIAR - existe atendimento familiar na unidade?				
	4d	REUNIÕES COM FAMÍLIAS - a unidade favorece atividades para o restabelecimento e manutenção dos vínculos familiares?				
	4e	ATENDIMENTO JURÍDICO - o adolescente tem assistência jurídica?				
	4f	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS - a unidade desenvolve um trabalho de acompanhamento de seus egressos?				

4 - INDICADORES DE QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE LIBERDADE ASSISTIDA

PROJETO: _____

MÊS: _____ Nº DE ATENDIDOS NO MÊS ANTERIOR: _____

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Necessidades Básicas	1a	DOCUMENTAÇÃO CIVIL - o programa facilita a retirada da documentação civil dos adolescentes?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Espaço Físico e Infra - Estrutura	2a	ESPAÇO FÍSICO - o programa está instalado em espaço físico condizentes ao atendimento prestado?				
	2b	EQUIPAMENTOS - o programa possui equipamentos em boas condições de uso e são ofertados em nº suficiente?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Direitos Fundamentais	3a	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL - existe acompanhamento e supervisão da frequência e aproveitamento escolar?				
	3b	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL - existe acompanhamento e supervisão da frequência e aproveitamento escolar?				
	3c	TRABALHO - o programa articula a comunidade visando a inserção do adolescente no mercado de trabalho?				
	3d	PROFISSIONALIZAÇÃO - o programa mobiliza os recursos comunitários para garantir a oferta de cursos de profissionalização para os adolescentes?				
	3e	INSERÇÃO EM PROGRAMAS - o programa promove o adolescente e sua família, facilitando a sua inserção em programas de auxílio e assistência social?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Atendimento Técnico	4a	ESTUDO DE CASO - o programa realiza estudo de caso dos adolescentes?				
	4b	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - o programa oferece atendimento psicossocial individual semanal?				
	4c	ATENDIMENTO GRUPAL - o programa oferece atendimento grupal?				
	4d	VISITA DOMICILIAR - o programa realiza visitas domiciliares?				
	4e	ATENDIMENTO FAMILIAR - o programa realiza atendimento familiar, grupal ou individual?				
	4f	ATENDIMENTO JURÍDICO - o programa possui articulação com os recursos locais visando garantir o atendimento jurídico ao adolescente?				

5 - INDICADORES DE QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

PROJETO: _____

MÊS: _____ Nº DE ATENDIDOS NO MÊS ANTERIOR: _____

<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Necessidades Básicas	1a	DOCUMENTAÇÃO CIVIL - o programa facilita a retirada da documentação civil dos adolescentes?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Espaço Físico e Infra - Estrutura	2a	ESPAÇO FÍSICO - o programa está instalado em espaço físico condizentes ao atendimento prestado?				
	2b	EQUIPAMENTOS - o programa possui equipamentos em boas condições de uso e são ofertados em nº suficiente?				
<i>Categoria</i>	<i>Nº</i>	<i>Indicadores</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>abrangência %</i>	<i>pontuação</i>
Atendimento Técnico	3a	ESTUDO DE CASO - o programa realiza estudo de caso dos visando, inclusive, identificar as aptidões dos adolescentes?				
	3b	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - o programa oferece atendimento psicossocial aos adolescentes?				
	3c	ATENDIMENTO FAMILIAR - o programa realiza atendimento familiar?				
	3d	SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE - o programa desenvolve um trabalho de sensibilização da comunidade visando garantir parceiros para serem pólos de prestação de serviços pelos adolescentes?				
	3e	MAPEAMENTO DAS UNIDADES ACOLHEDORAS - o programa mantém uma relação dos pólos de prestação de serviços à comunidade?				
	3f	AVALIAÇÃO - o programa avalia o desempenho do adolescente na unidade acolhedora visando, inclusive, informações ao Juízo?				

6 - QUADRO DE RESUMO DA UNIDADE

UNIDADE: _____ DATA: _____

CATEGORIAS	SIM %	NÃO %	NOTA MÉDIA	OBSERVAÇÃO
1- Necessidades Básicas				
2- Espaço Físico				
3- Direitos Fundamentais				
4- Atendimento Técnico				
TOTAL				

PONTUAÇÃO:

SIM = assinalar quando o critério mínimo é assegurado a todos

NÃO = assinalar quando o critério mínimo não é assegurado

PARCIALMENTE = assinalar quando o critério mínimo não é assegurado a todos, informando o percentual.

PONTUAÇÃO:

0= quando o indicador é inexistente

1= quando o indicador analisado é insuficiente ou muito precário

2= quando o indicador é atendido com restrições mas atende à necessidade

3= quando o indicador é plenamente atendido

AValiação GERAL:

**7.2. ANEXO II – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE
SOCIOEDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO DE PIRAQUARA**

TABELA I - POPULAÇÃO ATUAL

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
MÊS ANTERIOR	121	129	135	131	140	146	140	155	160	157	155	146	1.715	142,9
ENTRADAS NO MÊS	22	16	15	19	25	23	26	22	11	15	30	11	235	19,6
DESINTERNAÇÃO	10	6	18	10	16	27	9	14	13	17	32	27	199	16,6
TRANSFERÊNCIA	3	3	1	-	3	1	-	1	1	-	6	14	33	2,8
EVASÃO	1	1	-	-	-	1	2	2	-	-	1	-	8	0,7
POPULAÇÃO ATUAL	129	135	131	140	146	140	155	160	157	155	146	116	1.710	142,5

TABELA II - ATENDIDOS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	0,2	0,1%
14 anos	4	3	3	3	3	4	4	4	4	4	5	5	46	3,8	2,4%
15 anos	16	17	15	19	21	20	19	19	22	24	13	13	218	18,2	11,2%
16 anos	17	19	21	21	24	24	24	29	30	31	31	24	295	24,6	15,1%
17 anos	52	55	57	58	62	71	78	86	85	87	99	69	859	71,6	44,1%
18 anos	47	44	47	46	48	44	35	33	27	24	30	42	467	38,9	23,9%
Acima de 18 anos	7	7	6	3	7	6	6	6	3	2	6	4	63	5,3	3,2%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA III - ENTRADAS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	0,2	0,9%
14 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2	0,2	0,9%
15 anos	1	2	1	4	3	-	1	1	3	2	3	-	21	1,8	8,9%
16 anos	4	3	3	3	4	3	2	5	2	3	5	2	39	3,3	16,6%
17 anos	13	8	6	7	11	15	15	11	5	8	16	9	124	10,3	52,8%
18 anos	2	3	3	5	7	3	7	5	1	2	4	-	42	3,5	17,9%
Acima de 18 anos	2	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	5	0,4	2,1%
TOTAL	22	16	15	19	25	23	26	22	11	15	30	11	235	19,6	100,0%

TABELA IV - DESINTERNAÇÃO NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,5%
14 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
15 anos	-	1	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	5	0,4	2,5%
16 anos	1	1	3	-	2	2	-	-	2	5	2	4	22	1,8	11,1%
17 anos	3	2	6	5	4	6	3	5	5	2	9	7	57	4,8	28,6%
18 anos	6	-	5	3	7	16	6	6	5	6	17	13	90	7,5	45,2%
Acima de 18 anos	-	2	3	2	2	1	-	3	1	4	4	2	24	2,0	12,1%
TOTAL	10	6	18	10	16	27	9	14	13	17	32	27	199	16,6	100,0%

TABELA V - GRAU DE INSTRUÇÃO

INSTRUÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Não informado	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA VI - SITUAÇÃO OCUPACIONAL

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Trabalha	2	2	4	4	6	5	6	7	5	5	4	2	52	4,3	2,7%
Não trabalha	41	41	42	42	49	51	56	59	60	60	55	47	603	50,3	30,9%
Nunca trabalhou	92	92	92	91	93	92	81	87	84	84	98	87	1.073	89,4	55,0%
Não informado	8	10	12	13	17	21	23	24	22	23	28	21	222	18,5	11,4%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA VII - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

VÍNCULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Registro em carteira	2	2	2	1	3	2	2	3	3	3	4	2	29	2,4	55,8%
Não registrado	-	-	2	3	3	3	4	4	2	2	-	-	23	1,9	44,2%
TOTAL	2	2	4	4	6	5	6	7	5	5	4	2	52	4,3	100,0%

TABELA VIII - SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES

SUBSTÂNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Nunca fez uso	9	9	9	11	15	16	12	14	12	11	13	10	141	11,8	7,2%
Já usou	73	74	76	74	82	84	83	85	83	85	89	79	987	80,6	49,6%
É usuário	49	50	49	48	54	57	55	58	56	54	51	39	620	51,7	31,8%
Não informado	12	12	16	17	14	12	16	20	20	22	32	29	222	18,5	11,4%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA IX – SITUAÇÃO FAMILIAR / DOMICILIAR

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Mora com os pais biológicos	72	73	76	76	83	87	87	92	90	89	94	82	1.001	7,8	51,3%
Pais separados – Mora com um deles	27	27	26	26	28	27	26	26	25	26	28	23	315	26,3	16,2%
Mora com os pais adotivos	13	13	13	14	14	15	14	14	14	14	15	13	166	13,8	8,5%
Mora com parentes	8	9	9	9	10	9	6	6	6	6	6	8	92	7,7	4,7%
Mora com outros	5	5	7	6	7	8	11	13	11	12	14	11	110	9,2	5,6%
Mora na rua	2	2	2	2	4	4	5	8	8	8	8	7	60	5,0	3,1%
Mora na instituição	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	30	2,5	1,5%
Não tem família	6	6	6	5	4	4	2	2	2	2	2	2	43	3,6	2,2%
– mora com parentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
– mora com outros	3	3	4	5	6	6	5	6	6	6	7	3	60	5,0	3,1%
– mora na rua	1	1	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2	23	1,9	1,2%
– mora na instituição	3	3	2	2	3	3	2	2	2	2	3	2	29	2,4	1,5%
TOTAL	1	1	1	1	2	2	3	2	2	2	3	1	21	1,8	1,1%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA X – TIPOS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

TIPOS DE SUBSTÂNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Maconha	132	133	133	135	138	140	141	142	140	141	141	138	1.654	137,8	45,2%
Alcool	66	67	70	69	71	73	69	69	70	70	70	67	831	69,3	22,7%
Crack	45	45	44	44	49	51	51	55	55	55	55	49	598	49,8	16,4%
Cola	19	19	20	21	24	22	19	22	20	20	29	24	259	21,6	7,1%
Solventes	12	12	13	12	14	14	14	16	14	14	14	12	161	13,4	4,4%
Cocaína	8	8	9	8	9	8	9	9	8	8	8	6	98	8,2	2,7%
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	14	35	2,9	1,0%
Heroína	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	20	1,7	0,5%
TOTAL	285	287	291	291	307	310	304	314	308	309	339	311	3.656	304,7	100,0%

TABELA XI – PASSAGENS / REINCIDÊNCIAS

PASSAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Primeira passagem	125	126	134	133	140	146	147	156	151	151	167	143	1.719	143,3	88,2%
Reincidência	18	19	16	17	25	23	19	21	20	21	18	14	231	19,3	11,8%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA XII – RENDA FAMILIAR

RENDA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Sem renda	4	4	6	6	7	7	6	8	7	7	14	9	85	7,1	4%
Menos de 1 salário mínimo	52	52	54	56	61	63	61	63	61	62	73	71	729	60,8	37%
De 1 a 2 salários	73	75	76	74	77	79	85	89	88	88	84	68	956	79,7	49%
De 2 a 3 salários	9	9	9	9	12	13	10	12	11	11	10	7	122	10,2	6%
Acima de 3 salários	5	5	5	5	8	7	4	5	4	4	4	2	58	4,8	3%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100%

TABELA XIII – PERMANÊNCIA NA UNIDADE

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Menos de 1 ano	131	133	139	140	155	161	157	168	162	163	179	152	1.840	153,3	94,4%
De 1 a 2 anos	11	11	9	8	9	7	8	8	8	8	6	5	98	8,2	5,0%
De 2 a 3 anos	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	-	-	12	1,0	0,6%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA XIV - TIPOS DE DELITO

DELITOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Roubo	59	60	63	61	63	64	72	74	71	72	71	81	811	67,6	38,7%
Homicídio	26	27	29	29	29	31	32	32	32	32	25	23	347	28,9	16,5%
Furto qualificado	21	21	24	25	27	29	20	21	20	20	22	18	268	22,3	12,6%
Roubo com resultado morte	12	12	11	13	14	13	12	12	12	12	10	8	141	11,8	6,7%
Crime de Entorpecentes	8	9	10	10	11	16	8	8	9	9	11	11	120	10,0	5,7%
Porte de arma	6	6	7	7	9	9	11	11	10	9	14	8	107	8,9	5,1%
Tentativa de homicídio	-	-	2	2	3	2	16	16	16	16	12	9	94	7,8	4,5%
Furto	7	7	7	6	6	7	8	7	7	7	9	9	87	7,3	4,1%
Seqüestro	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	21	1,8	1,0%
Estupro	3	3	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	20	1,7	1,0%
Ameaça	2	1	1	1	1	3	1	1	1	1	2	3	18	1,5	0,9%
Dano	2	2	-	-	1	1	2	2	1	1	2	1	15	1,3	0,7%
Lesão Corporal	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	2	3	13	1,1	0,6%
Atentado violento ao pudor	2	2	1	1	2	2	-	-	-	-	-	-	10	0,8	0,5%
Formação de quadrilha	1	1	-	-	-	-	1	1	1	1	2	2	10	0,8	0,5%
Tentativa de estupro	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	8	0,7	0,4%
Estelionato	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	4	0,3	0,2%
Descumprimento de medida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	0,3	0,1%
TOTAL	150	152	160	160	171	182	190	192	187	187	186	180	2.097	174,8	100,0%

TABELA XV - ATOS INFRACIONAIS

ATENDIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Um ato infracional	122	122	131	131	141	144	135	144	140	141	158	134	1.643	136,9	84,3%
Dois ou mais atos	21	23	19	19	24	25	31	33	31	31	27	23	307	25,6	15,7%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA XVI - MUNICIPIO DE RESIDENCIA

MUNICIPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Curitiba	31	32	36	35	39	42	40	42	40	48	51	48	484	40,3	24,8%
Reg.Metropolitana e Litoral	22	23	21	22	25	25	22	24	22	24	30	26	286	23,8	14,7%
Cascavel	19	19	16	16	17	22	25	25	25	22	20	17	243	20,3	12,5%
Londrina	15	15	18	18	22	23	22	23	21	22	19	18	236	19,7	12,1%
Ponta Grossa	8	8	10	10	10	9	8	9	9	7	8	7	103	8,6	5,3%
Foz do Iguaçu	6	6	10	10	10	10	9	9	9	8	6	4	97	8,1	5,0%
Guarapuava	9	9	7	7	7	5	4	6	6	5	8	7	80	6,7	4,1%
Umuarama	7	7	6	6	6	5	7	7	7	7	8	6	79	6,6	4,1%
Maringá	2	2	3	3	5	7	8	9	9	9	9	6	72	6,0	3,7%
Santo Antonio da Platina	6	6	5	5	5	5	6	6	6	6	7	4	67	5,6	3,4%
Francisco Beltrão	6	6	7	7	8	5	1	2	2	2	3	3	52	4,3	2,7%
Campo Mourão	4	4	4	4	4	5	4	5	5	3	5	3	50	4,2	2,6%
Cornélio Procópio	4	4	3	3	3	2	4	4	4	3	4	2	40	3,3	2,1%
Paranavaí	1	1	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	29	2,4	1,5%
União da Vitória	2	2	1	1	1	-	2	2	2	2	3	2	20	1,7	1,0%
Iratí	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	1,0	0,6%
TOTAL	143	145	150	150	165	169	166	177	171	172	185	157	1.950	162,5	100,0%

TABELA XVII - EVADIDOS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
15 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	0,1	12,5%
17 anos	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	4	0,3	50,0%
18 anos	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	3	0,3	37,5%
TOTAL	1	1	0	0	0	1	0	2	2	0	1	0	8	0,7	100,0%

**7.3. ANEXO III – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO E INTERNAÇÃO
PROVISÓRIA DE 2006 - CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO
DE FAZENDA RIO GRANDE**

INTERNAÇÃO 2006

SAS FAZENDA RIO GRANDE

TABELA I - POPULAÇÃO ATUAL

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
MÊS ANTERIOR	17	19	22	21	22	15	20	20	22	25	23	21	247	20,6
ENTRADAS NO MÊS	6	6	5	4	1	10	3	2	3	4	10	5	59	4,9
DESINTERNAÇÃO	4	3	6	3	8	5	3	-	-	6	12	3	53	4,4
TRANSFERÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
EVASÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
POPULAÇÃO ATUAL	19	22	21	22	15	20	20	22	25	23	21	23	253	21,1

TABELA I - ATENDIDOS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	3	0,8	1,0%
13 anos	1	1	2	3	3	3	2	4	4	4	3	3	33	8,3	10,8%
14 anos	5	4	4	3	3	3	4	2	2	3	2	1	36	9,0	11,8%
15 anos	6	3	4	3	3	8	7	7	8	10	8	7	74	18,5	24,2%
16 anos	3	9	8	6	5	6	6	5	6	6	9	7	76	19,0	24,8%
17 anos	8	8	8	7	6	3	2	2	3	3	5	2	57	14,3	18,6%
18 anos	-	-	1	3	3	2	2	2	2	2	5	5	27	6,8	8,8%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA II - ENTRADAS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,3	1,3%
13 anos	1	1	-	1	-	-	1	1	-	-	1	-	6	1,5	7,9%
14 anos	5	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	8	2,0	10,5%
15 anos	6	-	1	-	-	5	-	-	1	2	1	-	16	4,0	21,1%
16 anos	3	3	1	2	-	2	2	1	1	-	3	1	19	4,8	25,0%
17 anos	8	2	2	1	-	1	-	-	1	-	2	1	18	4,5	23,7%
18 anos	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3	3	8	2,0	10,5%
TOTAL	23	6	5	4	1	10	3	2	3	4	10	5	76	19,0	100,0%

No total de 23 estão incluídos os que estavam em 31.12.05 mais as entradas de jan.06.

TABELA III - SITUAÇÃO OCUPACIONAL

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Trabalha	9	9	9	9	8	13	8	7	7	14	5	7	105	26,3	34,3%
Não trabalha	14	15	18	16	15	12	15	15	15	15	25	16	191	47,8	62,4%
Nunca trabalhou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	0,8	1,0%
Não informado	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3	7	1,8	2,3%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA IV - GRAU DE INSTRUÇÃO

INSTRUÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Está na escola													0	0,0	0,0%
- 1ºGrau Incompleto	20	21	26	23	21	23	21	20	21	29	33	25	283	70,8	92,5%
- 2ºGrau Incompleto	3	3	1	1	2	2	2	2	4	-	-	1	21	5,3	6,9%
Não está na escola															
- 1ºGrau completo	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,3	0,3%
Não informado	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,3	0,3%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA V - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

VÍNCULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Registro em carteira	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5	1,9%
Não registrado	8	9	8	9	8	13	8	7	7	14	5	7	103	25,8	98,1%
TOTAL	9	9	9	9	8	13	8	7	7	14	5	7	105	26,3	100,0%

TABELA VI - SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES

SUBSTÂNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Nunca fez uso	-	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	-	5	1,3	1,6%
Já usou	2	2	1	2	2	2	2	2	6	11	19	6	57	14,3	18,6%
É usuário	21	23	26	23	20	20	20	20	19	18	14	20	244	61,0	79,7%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA VII – DESINTERNAÇÃO NO MÊS – FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	0,5	3,8%
14 anos	-	-	-	-	2	1	-	-	-	1	1	-	5	1,3	9,4%
15 anos	2	-	1	-	-	1	-	-	-	3	1	-	8	2,0	15,1%
16 anos	-	1	3	1	1	1	2	-	-	-	3	-	12	3,0	22,6%
17 anos	2	2	2	1	4	2	-	-	-	-	4	2	19	4,8	35,8%
18 anos	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	3	1	7	1,8	13,2%
TOTAL	4	3	6	3	8	5	3	0	0	6	12	3	53	13,3	100,0%

TABELA VIII – SITUAÇÃO FAMILIAR / DOMICILIAR

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Mora com os pais biológicos	7	9	8	10	10	13	14	13	12	10	7	13	126	31,5	41,2%
Pais separados – Mora com um	8	8	11	13	10	10	8	8	7	16	19	9	127	31,8	41,5%
Órfão unilateral – mora com um	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,3	0,3%
Mora com os pais adotivos	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
Mora com parentes	3	6	3	-	1	-	1	1	1	1	4	2	23	5,8	7,5%
Mora na rua	3	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	6	1,5	2,0%
Mora na instituição	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1,0	1,3%
Mora sozinho	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1,0	1,3%
Não tem família	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
– mora com parentes	1	1	1	1	1	1	-	-	3	-	-	-	9	2,3	2,9%
– mora na rua	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1,0	1,3%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA IX - TIPOS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

TIPOS DE SUBSTÂNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Álcool	19	20	24	24	22	22	22	22	22	21	12	22	252	63,0	23,5%
Cigarro	17	19	26	25	22	22	22	22	21	20	13	20	249	62,3	23,2%
Maconha	14	15	19	20	20	20	20	21	22	21	13	20	225	56,3	21,0%
Crack	9	11	14	16	16	16	16	16	15	15	12	10	166	41,5	15,5%
Cola	7	7	7	9	9	9	9	10	10	10	13	13	113	28,3	10,6%
Solventes	2	2	2	4	4	4	4	4	3	3	4	5	41	10,3	3,8%
Cocaína	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	25	6,3	2,3%
TOTAL	70	76	94	100	95	95	95	97	95	92	69	93	1071	267,8	100,0%

TABELA X – PASSAGENS / REINCIDÊNCIAS

PASSAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Primeira passagem	21	23	25	21	21	23	13	13	16	21	32	18	247	61,8	80,7%
Reincidência	2	2	2	4	2	2	10	9	9	8	1	8	59	14,8	19,3%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA XI - TIPOS DE DELITO

DELITOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Roubo	13	9	11	10	7	9	7	7	10	12	11	10	116	29,0	37,9%
Homicídio	5	5	6	5	6	8	9	9	9	9	8	10	89	22,3	29,1%
Furto	4	7	7	7	7	5	4	3	3	5	11	6	69	17,3	22,5%
Tentativa de homicídio	-	-	1	1	1	1	2	2	2	2	2	-	14	3,5	4,6%
Estupro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	11	2,8	3,6%
Porte de arma	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	3	0,8	1,0%
Roubo com resultado morte	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
Busca e apreensão	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA XII- RENDA FAMILIAR

SALÁRIOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Sem renda	4	5	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	3,3	4,2%
Menos de 1 salário	19	20	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	15,5	20,3%
de 1 a 2 salários	-	-	-	23	20	19	19	18	22	19	22	23	185	46,3	60,5%
De 2 a 3 salários	-	-	-	2	3	6	4	4	2	7	10	2	40	10,0	13,1%
De 3 a 5 salários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
Mais de 5 salários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1,0	1,3%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

TABELA XIII - MUNICIPIO DE RESIDENCIA

MUNICIPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
Curitiba	6	5	8	8	9	10	6	5	7	11	16	6	97	24,3	31,7%
Cascavel	2	3	3	3	3	3	3	3	4	4	3	2	36	9,0	11,8%
Colombo	2	3	2	2	2	1	1	1	2	4	3	5	28	7,0	9,2%
Londrina	1	1	1	3	3	3	3	3	3	2	2	1	26	6,5	8,5%
Toledo	-	-	1	1	-	1	4	4	2	2	3	2	20	5,0	6,5%
Araucária	2	2	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-	12	3,0	3,9%
Santa Catarina-estado	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	2,8	3,6%
Jaguarialva	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	11	2,8	3,6%
Ponta Grossa	2	2	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	10	2,5	3,3%
Pato Branco	1	1	1	1	-	1	-	-	1	1	1	-	8	2,0	2,6%
Guaraniaçu	1	1	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	6	1,5	2,0%
Turvo	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5	1,3	1,6%
São Miguel do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1,0	1,3%
Pitanga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1,0	1,3%
Foz do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	1,0	1,3%
Altonia	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1,0	1,3%
União da Vitória	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	3	0,8	1,0%
Ibiporã	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,8	1,0%
Campo Largo	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,8	1,0%
Laranjeiras do Sul	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
Colorado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	0,5	0,7%
Assis Chateaubriand	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
Assaí	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	0,5	0,7%
Rio Branco do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,3	0,3%
Fazenda Rio Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,3	0,3%
Apucarana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,3	0,3%
TOTAL	23	25	27	25	23	25	23	22	25	29	33	26	306	76,5	100,0%

**7.4. ANEXO IV – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE
SOCIOEDUCAÇÃO DE LONDRINA**

INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 2006
UNIDADE DE LONDRINA
TABELA I - POPULAÇÃO ATUAL

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
MÊS ANTERIOR	68	68	71	57	79	72	52	75	76	68	74	75	825	68,8
ENTRADAS NO MÊS	48	45	28	56	51	39	54	41	45	56	58	33	552	46,0
DESINTERNAÇÃO	51	32	42	34	58	59	31	39	53	49	54	46	548	45,7
EVASÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	0,2
POPULAÇÃO ATUAL	65	71	57	79	72	52	75	77	68	74	75	62	827	68,9

TABELA II - ATENDIDOS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	1	-	-	1	1	1	-	-	-	1	2	2	9	0,8	0,7%
13 anos	1	1	3	4	3	3	5	3	6	7	7	5	48	4,0	3,5%
14 anos	14	10	10	9	10	9	9	10	12	15	18	14	140	11,7	10,2%
15 anos	23	21	21	24	33	26	15	16	18	23	27	23	270	22,5	19,6%
16 anos	33	31	28	32	41	34	31	37	37	34	33	29	400	33,3	29,0%
17 anos	41	35	32	39	38	33	39	44	45	44	43	35	468	39,0	34,0%
18 anos	2	5	5	4	4	5	6	6	3	-	-	-	40	3,3	2,9%
Acima de 18 anos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100%

TABELA III - ENTRADAS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1	-	5	0,4	0,8%
13 anos	1	1	2	1	2	1	2	1	4	3	3	1	22	1,8	3,5%
14 anos	14	6	2	3	4	3	4	5	5	7	7	1	61	5,1	9,8%
15 anos	23	10	6	14	14	6	9	6	7	13	13	6	127	10,6	20,5%
16 anos	33	11	9	15	20	10	16	13	14	14	14	13	182	15,2	29,4%
17 anos	41	13	8	22	8	17	19	15	15	18	18	12	206	17,2	33,2%
18 anos	2	4	1	-	3	1	3	1	-	-	-	-	15	1,3	2,4%
Acima de 18 anos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	0,2	0,3%
TOTAL	116	45	28	56	51	39	54	41	45	56	58	33	620	51,7	100,0%

no total de 116 estão incluídos os que estavam em 31.12.05 (68) mais as entradas novas (48) em jan.06.

TABELA IV - DESINTERNAÇÃO NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	4	0,3	0,7%
13 anos	-	-	-	3	1	-	3	-	2	3	3	1	16	1,3	2,9%
14 anos	10	2	4	3	4	4	4	3	4	4	5	5	52	4,3	9,5%
15 anos	10	6	11	5	13	20	5	5	8	8	9	6	106	8,8	19,3%
16 anos	12	12	11	11	17	19	7	14	17	15	17	15	167	13,9	30,5%
17 anos	17	11	15	9	22	13	10	14	19	19	20	18	187	15,6	34,1%
18 anos	-	1	1	3	-	2	1	3	3	-	-	-	14	1,2	2,6%
Acima de 18 anos	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	0,2	0,4%
TOTAL	51	32	42	34	58	59	31	39	53	49	54	46	548	45,7	100,0%

TABELA V - GRAU DE INSTRUÇÃO

INSTRUÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Não alfabetizado	1	-	1	1	1	-	-	-	1	1	1	1	8	0,7	0,6%
Estava na escola															
- 1º Grau incompleto	7	5	10	23	27	19	19	19	15	17	18	11	190	15,8	13,8%
- 2º Grau incompleto	3	5	4	3	3	6	7	6	2	2	2	2	45	3,8	3,3%
Não estava na escola															
- 1º Grau incompleto	97	89	82	79	95	83	75	88	101	103	108	87	1.087	90,6	79,1%
- 1º Grau completo	4	-	-	4	-	-	4	-	-	-	-	5	17	1,4	1,2%
- 2º Grau incompleto	4	3	2	3	4	3	1	-	-	1	1	2	24	2,0	1,7%
Não Informado	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	3	0,3	0,2%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	113	121	124	130	108	1.374	114,5	100,0%

TABELA VI - SITUAÇÃO OCUPACIONAL

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Trabalha	16	10	5	4	4	6	11	21	13	13	12	7	122	10,2	8,9%
Não trabalha	39	49	51	63	75	57	54	58	65	76	78	70	735	61,3	53,4%
Nunca trabalhou	55	44	43	46	51	48	41	37	43	36	40	31	514	42,8	37,3%
Não Informado	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0,5	0,4%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100,0%

TABELA VII – VÍNCULO EMPREGATÍCIO

VÍNCULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Registro em carteira	4	2	-	-	1	3	2	1	2	3	3	-	21	1,8	17,2%
Não registrado	12	8	5	4	3	3	9	20	11	10	9	7	101	8,4	82,8%
TOTAL	16	10	5	4	4	6	11	21	13	13	12	7	122	10,2	100,0%

TABELA VIII – SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES

SUBSTÂNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Nunca fez uso	60	40	5	31	43	42	33	39	43	38	41	23	438	36,5	31,8%
Já usou	15	21	51	19	23	13	29	31	40	39	38	32	351	29,3	26,5%
É usuário	37	42	43	62	64	56	42	39	30	46	49	53	583	48,9	40,9%
Não informado	4	-	-	1	-	-	2	7	8	1	2	-	25	2,1	1,8%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100,0%

TABELA IX – SITUAÇÃO FAMILIAR / DOMICILIAR

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Mora com os pais biológicos	33	34	27	21	27	30	22	31	39	34	25	26	349	7,8	25,3%
Pais separados – Mora com um deles	43	43	38	47	53	40	49	55	51	41	52	41	553	46,1	40,2%
Órfão unilateral – mora com um deles	17	7	9	7	10	12	9	3	2	7	8	4	95	7,9	6,9%
Mora com os pais adotivos	1	-	1	1	1	2	2	1	-	1	1	1	12	1,0	0,9%
Mora com parentes	10	11	16	24	28	21	19	19	18	25	24	17	232	19,3	16,8%
Mora com outros	10	4	3	7	7	4	4	5	4	7	11	10	76	6,3	5,5%
Mora na rua	-	1	2	4	3	1	1	1	4	3	3	3	26	2,2	1,9%
Mora na instituição	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	2	3	9	0,8	0,7%
Mora sozinho	2	3	2	1	1	1	-	1	3	4	4	3	25	2,1	1,8%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100,0%

TABELA X – TIPOS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

TIPOS DE SUBSTÂNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Maconha	49	47	62	74	79	66	68	63	61	77	72	74	792	66,0	63,7%
Crack	13	16	25	30	27	19	14	11	11	20	19	17	222	18,5	17,9%
Cocaína	3	9	12	18	12	7	8	10	14	14	12	6	125	10,4	10,1%
Solventes	1	2	2	2	2	2	3	5	8	8	6	9	50	4,2	4,0%
Alcool	2	1	1	1	2	2	1	2	2	2	2	6	24	2,0	1,9%
Cola	-	-	1	1	1	1	1	3	3	5	3	3	22	1,8	1,8%
Outros	-	-	-	-	1	2	2	1	-	-	-	-	6	0,5	0,5%
Heroína	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	0,2	0,2%
TOTAL	68	75	103	126	124	99	97	97	99	126	114	115	1.243	103,8	100,0%

TABELA XI – PASSAGENS / REINCIDÊNCIAS

PASSAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Primeira passagem	37	48	36	45	57	52	41	36	28	39	41	31	491	40,9	35,7%
Reincidência	79	55	63	68	73	59	65	80	93	85	89	77	866	73,8	64,3%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100,0%

TABELA XII – RENDA FAMILIAR

RENDA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Sem renda	12	7	6	8	15	7	4	8	3	5	6	10	91	7,6	7%
Menos de 1 salário	14	13	13	10	23	14	14	27	12	14	13	11	178	14,8	13%
De 1 a 2 salários	38	31	36	43	38	36	39	43	46	41	43	40	474	39,5	34%
De 2 a 3 salários	20	17	13	16	20	21	15	19	21	25	28	21	236	19,7	17%
Acima de 3 salários	22	28	24	18	16	19	17	19	20	20	17	12	232	19,3	17%
Não informado	10	7	7	18	18	14	17	-	19	19	23	14	166	13,8	12%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100%

TABELA XIII - TIPOS DE DELITO

DELITOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Roubo	43	42	44	60	67	53	43	47	58	57	58	51	623	51,9	45,2%
Crime de entorpecentes	22	28	27	28	32	28	27	21	18	26	28	14	299	24,9	21,7%
Porte de arma	16	8	6	5	7	7	5	10	10	6	6	3	89	7,4	6,5%
Tentativa de roubo	6	4	4	5	4	6	6	9	7	12	12	7	82	6,8	6,0%
Furto	8	7	7	3	4	3	8	9	7	5	5	8	74	6,2	5,4%
Homicídio	5	6	5	5	4	3	8	8	8	5	5	7	69	5,8	5,0%
Busca e apreensão	5	-	4	5	4	2	3	4	3	3	4	5	42	3,5	3,1%
Descumprimento de medida	-	-	-	-	2	4	6	6	6	5	5	2	36	3,0	2,8%
Lesão corporal	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	3	1	10	0,8	0,7%
Recepção	4	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	9	0,8	0,7%
Tentativa de homicídio	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	5	0,4	0,4%
Evasão	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	5	0,4	0,4%
Roubo com resultado morte	3	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	5	0,4	0,4%
Dano	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	5	0,4	0,4%
Sequestro	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	4	0,3	0,3%
Tentativa de Latrocínio	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,3	0,3%
Latrocínio	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	4	0,3	0,3%
Desacato	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Tentativa de furto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	0,2	0,1%
Atentado violento ao pudor	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Posse de munição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	0,2	0,1%
MBA.	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Ato libidinoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,1%
Acusação falsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,1%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100,0%

TABELA XIV- MUNICIPIO DE RESIDENCIA

MUNICIPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Londrina	108	93	91	93	111	99	86	91	104	109	115	89	1.189	99,1	86,3%
Cambé	5	4	4	5	3	-	6	4	2	9	7	8	57	4,8	4,1%
Arapongas	-	-	-	-	-	-	5	4	4	-	-	1	14	1,2	1,0%
Ibiporã	-	1	1	2	1	2	1	2	2	-	1	1	14	1,2	1,0%
Alvorada do Sul	-	-	-	1	1	1	1	2	1	1	1	1	10	0,8	0,7%
Guaira	-	-	-	2	2	-	2	2	-	-	-	-	8	0,7	0,6%
Foz do Iguaçu	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	1	-	7	0,6	0,5%
Rolândia	-	1	-	1	1	1	1	1	-	-	-	-	6	0,5	0,4%
São Paulo	-	1	-	-	-	-	1	2	1	-	-	1	6	0,5	0,4%
Umuarama	-	-	-	1	1	1	-	1	1	-	-	1	6	0,5	0,4%
Maringá	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	1	5	0,4	0,4%
Assaí	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	4	0,3	0,3%
Cambira	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	4	0,3	0,3%
Jataizinho	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	4	0,3	0,3%
Palotina	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	4	0,3	0,3%
Barbosa Ferraz	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,3	0,2%
Curitiba	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	3	0,3	0,2%
Mamborê	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	3	0,3	0,2%
União da Vitória	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	3	0,3	0,2%
Apucarana	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	0,2	0,1%
Califórnia	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Cornélio Procopio	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Curitiba	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Iretama	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Ivaiporã	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	0,2	0,1%
Nova Fátima	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Sertaneja	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Sertãozinho	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,1%
Tamarana	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	0,2	0,1%
Paranavaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,1%
Andaraí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,1%
Marilena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,1%
Florestópolis	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,1%
São Miguel do Iguaçu	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,1%
Cruzeiro do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
Guarapuava	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
Porto Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
Primeiro de Maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
Toledo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
TOTAL	116	103	99	113	130	111	106	116	121	124	130	108	1.377	114,8	100,0%

**7.5. ANEXO V – QUADRO RESUMO INTERNAÇÃO 2006 - CENTRO DE
SOCIOEDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU**

INTERNAÇÃO 2006

CIAADI FOZ DO IGUAÇU

TABELA I - POPULAÇÃO ATUAL

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
MÊS ANTERIOR	70	66	63	62	60	60	61	59	59	84	83	57	783	65,3
ENTRADAS NO MÊS	6	3	7	5	4	7	6	9	44	7	7	6	111	9,3
DESINTERNAÇÃO	11	5	8	7	4	6	8	9	19	8	33	9	127	10,6
TRANSFERÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
EVASÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0
POPULAÇÃO ATUAL	65	63	62	60	60	61	59	59	84	83	57	54	767	63,9

TABELA I - ATENDIDOS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	1	1	1	1	1	1	1	2	3	3	3	2	20	1,7	2,2%
14 anos	8	8	8	6	7	6	5	4	3	1	2	1	59	4,9	6,6%
15 anos	19	18	19	19	19	20	22	21	26	26	29	28	266	22,2	29,8%
16 anos	20	18	19	17	14	16	15	15	20	17	16	9	196	16,3	21,9%
17 anos	28	23	21	23	22	23	23	26	34	31	29	18	301	25,1	33,7%
18 anos	-	-	2	1	1	1	1	-	17	13	11	5	52	4,3	5,8%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA II - ENTRADAS NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	3	0,3	1,7%
14 anos	8	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	11	0,9	6,1%
15 anos	19	2	1	-	1	2	2	2	5	4	3	1	42	3,5	23,2%
16 anos	20	1	2	1	-	2	3	2	8	1	-	2	42	3,5	23,2%
17 anos	28	-	2	4	2	3	1	4	13	1	2	1	61	5,1	33,7%
18 anos	-	-	2	-	-	-	-	-	17	1	1	1	22	1,8	12,2%
TOTAL	76	3	7	5	4	7	6	9	44	7	7	6	181	15,1	100,0%

no total de 76 estão incluídos os que estavam em 31.12.05 (70) mais as entradas (6) em jan.06

TABELA III - DESINTERNAÇÃO NO MÊS - FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
13 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,1	0,8%
14 anos	-	-	2	-	-	1	1	1	2	-	2	-	9	0,8	7,1%
15 anos	3	-	-	1	1	-	3	-	4	-	2	2	16	1,3	12,6%
16 anos	3	1	3	3	1	4	2	3	4	1	9	3	37	3,1	29,1%
17 anos	5	4	2	3	2	1	1	5	4	4	12	2	45	3,8	35,4%
18 anos	-	-	1	-	-	-	1	-	5	3	7	2	19	1,6	15,0%
TOTAL	11	5	8	7	4	6	8	9	19	8	33	9	127	10,6	100,0%

TABELA IV - GRAU DE INSTRUÇÃO

INSTRUÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Não alfabetizado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	7	0,6	0,8%
Está na escola - 1ºGrau incompleto	70	62	60	58	56	60	60	20	66	66	65	52	695	57,9	77,7%
Está na escola - 2ºGrau incompleto	6	5	8	6	5	3	4	1	16	10	10	5	79	6,6	8,8%
Não está na escola - 1ºGrau incompleto	-	-	-	-	-	-	-	44	8	8	8	-	68	5,7	7,6%
Não está na escola - 1ºGrau completo	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7	-	21	1,8	2,3%
Não está na escola - 2ºGrau incompleto	-	1	2	3	3	4	3	2	6	-	-	-	24	2,0	2,7%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA V - SITUAÇÃO OCUPACIONAL

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Trabalha	45	38	42	44	39	40	37	36	41	41	40	23	466	38,8	52,1%
Não trabalha	31	30	28	23	25	27	30	32	36	35	35	22	354	29,5	39,6%
Nunca trabalhou	-	-	-	-	-	-	-	-	21	11	11	18	61	5,1	6,8%
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	4	-	13	1,1	1,5%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA VI - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

VÍNCULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Não registrado	45	38	42	44	39	40	37	36	41	41	40	23	466	38,8	100,0%
TOTAL	45	38	42	44	39	40	37	36	41	41	40	23	466	38,8	100,0%

TABELA VII – SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES

SUBSTÂNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Nunca fez uso	10	14	16	15	15	17	20	33	19	18	18	16	211	17,6	23,6%
Já usou	6	9	10	8	9	10	9	-	20	16	16	18	131	10,9	14,7%
É usuário	50	45	44	44	40	40	38	35	45	39	38	13	471	39,3	52,7%
Não informado	10	-	-	-	-	-	-	-	19	18	16	16	81	6,8	9,1%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA VIII– SITUAÇÃO FAMILIAR / DOMICILIAR

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Mora com os pais biológicos	17	13	16	16	14	15	16	17	25	18	18	14	199	16,6	22,3%
Pais separados – Mora com um deles	40	35	38	32	31	32	31	39	29	29	28	15	379	31,6	42,4%
Órfão unilateral – mora com um deles	-	-	-	-	-	-	-	-	3	9	9	2	23	1,9	2,6%
Mora com os pais adotivos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	6	12	1,0	1,3%
Mora com parentes	7	7	6	8	8	9	7	6	12	12	12	-	94	7,8	10,5%
Mora com outros	3	4	3	3	3	3	5	5	9	10	10	8	66	5,5	7,4%
Mora na rua	3	3	2	2	2	2	2	-	1	1	1	4	23	1,9	2,6%
Mora na instituição	3	3	3	3	3	3	3	-	-	-	-	-	21	1,8	2,3%
Mora sozinho	3	3	2	3	3	3	3	1	7	4	4	4	40	3,3	4,5%
Não Tem família	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- mora com parentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	0,8	1,1%
- mora com outros	-	-	-	-	-	-	-	-	9	5	5	-	19	1,6	2,1%
- mora na rua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
- mora na instituição	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3	0,3	0,3%
- mora sozinho	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	0,4	0,6%
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA IX– TIPOS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Maconha	42	37	35	35	31	33	31	34	32	32	31	41	414	34,5	67,8%
Crack	3	4	4	4	5	6	5	1	7	16	16	12	83	6,9	13,6%
Cocaína	3	2	1	3	2	1	2	-	4	5	5	3	31	2,6	5,1%
Alcool	4	2	4	2	2	-	-	-	7	1	1	4	27	2,3	4,4%
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12	12	-	26	2,2	4,3%
Mesclado	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	4	-	12	1,0	2,0%
Cola	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	-	9	0,8	1,5%
Tabaco	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	3	9	0,8	1,5%
TOTAL	52	45	44	44	40	40	38	35	65	73	72	63	611	50,9	100,0%

TABELA X - PASSAGENS / REINCIDÊNCIAS

PASSAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Primeira passagem	55	53	54	53	52	60	55	27	61	57	57	23	607	50,6	67,9%
Reincidência	21	15	16	14	12	7	12	41	42	34	33	40	287	23,9	32,1%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA XI - TIPOS DE DELITO

DELITOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Roubo	30	25	29	28	25	26	28	28	32	32	31	13	327	27,3	36,6%
Crime de Entorpecentes	15	16	13	14	13	16	12	9	19	13	13	-	153	12,8	17,1%
Homicídio	5	9	9	9	8	9	11	12	11	11	11	4	109	9,1	12,2%
Furto	6	5	8	6	6	5	3	2	9	9	9	11	79	6,6	8,8%
Porte de arma	4	4	5	5	6	6	6	3	7	4	4	5	59	4,9	6,6%
Assalto	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	9	6	33	2,8	3,7%
Busca e apreensão	2	1	1	1	1	1	2	7	6	3	3	2	30	2,5	3,4%
Tentativa de homicídio	8	2	3	2	2	1	3	3	-	-	-	3	27	2,3	3,0%
Roubo com resultado morte	1	1	1	1	2	2	2	1	2	2	2	2	19	1,6	2,1%
Tentativa de roubo	1	1	-	-	-	-	-	1	6	3	3	3	18	1,5	2,0%
Tentativa de furto	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	4	3	12	1,0	1,3%
Atentado violento ao pudor	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0,7	0,9%
Receptação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	0,4	0,6%
Sequestro	-	-	-	-	-	-	-	2	1	1	1	-	5	0,4	0,6%
Contrabando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	0,3	0,4%
Incêndio	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	4	0,3	0,4%
Falta de habilitação para dirigir veículo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	0,2	0,2%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA XII - MUNICIPIO DE RESIDENCIA

MUNICIPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Foz do Iguaçu	56	46	45	41	41	35	39	28	65	59	58	39	552	46,0	61,7%
Cascavel	7	10	11	13	8	10	8	11	5	2	2	4	91	7,6	10,2%
São Miguel do Iguaçu	1	1	1	2	2	3	3	4	3	3	3	2	28	2,3	3,1%
Londrina	-	-	1	2	2	2	-	2	5	3	3	3	23	1,9	2,6%
Umuarama	-	-	1	1	1	1	1	1	4	4	4	4	22	1,8	2,5%
Paraguarí	2	2	2	-	-	-	-	-	4	3	3	-	16	1,3	1,8%
Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	5	-	15	1,3	1,7%
Guarapuava	2	2	2	2	2	2	1	1	-	-	-	-	14	1,2	1,6%
Toledo	2	2	2	1	-	1	1	5	-	-	-	-	14	1,2	1,6%
Sta. Terezinha Itaipú	-	-	-	-	1	-	-	1	2	2	2	5	13	1,1	1,5%
Laranjeiras do Sul	1	1	1	1	2	2	2	2	-	-	-	-	12	1,0	1,3%
Palotina	1	1	1	1	2	1	2	2	-	-	-	-	11	0,9	1,2%
Ibaiti	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	2	1	9	0,8	1,0%
Arapongas	1	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	8	0,7	0,9%
Ivaiporã	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	8	0,7	0,9%
Santa Catarina	-	-	-	-	1	2	2	2	-	-	-	1	8	0,7	0,9%
Nova Esperança	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	1	7	0,6	0,8%
Rolândia	1	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	7	0,6	0,8%
Cornélio Procopio	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	-	6	0,5	0,7%
Medianeira	1	1	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	5	0,4	0,6%
Assaí	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	3	0,3	0,3%
Curitiba	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	3	0,3	0,3%
Dois Vizinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3	0,3	0,3%
Maí.Candido Rondon	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	3	0,3	0,3%
Mariaiva	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3	0,3	0,3%
Paranavaí	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	3	0,3	0,3%
Missal	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	3	0,3	0,3%
Cambé	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,1	0,1%
Pitanga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,1%
Santa Helena	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,1%
Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,1	0,1%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100,0%

TABELA XIII - RENDA FAMILIAR

RENDA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Não informado	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100%
TOTAL	76	68	70	67	64	67	67	68	103	91	90	63	894	74,5	100%

INTERNAÇÃO PROVISÓRIA 2006

SAS - FOZ DO IGUAÇU

TABELA I - POPULAÇÃO ATUAL

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
MÊS ANTERIOR	28	29	26	27	26	27	29	28	31	27	29	31	338	28,2
ENTRADAS NO MÊS	9	9	10	18	12	21	25	17	15	12	25	25	198	16,5
DESINTERNAÇÃO	8	12	9	19	11	19	26	14	19	10	23	19	189	15,8
POPULAÇÃO ATUAL	29	26	27	26	27	29	28	31	27	29	31	37	347	28,9

TABELA II – ATENDIDOS NO MÊS – FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	-	-	-	-	1	1	-	-	2	4	5	1	14	1,2	2,6%
13 anos	-	-	-	-	-	-	1	-	3	8	9	5	26	2,2	4,9%
14 anos	1	1	1	2	2	5	3	3	6	5	13	9	51	4,3	9,5%
15 anos	5	5	6	10	5	10	12	4	6	6	11	7	87	7,3	16,2%
16 anos	12	12	9	15	17	15	17	11	7	8	7	14	144	12,0	26,9%
17 anos	19	20	19	18	13	17	21	27	20	7	7	18	206	17,2	38,4%
18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2	2	7	0,6	1,3%
Acima de 18 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,2%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100,0%

TABELA III – ENTRADAS NO MÊS – FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2	1	-	6	0,5	2,7%
13 anos	-	-	-	-	-	-	1	-	3	5	7	1	17	1,4	7,5%
14 anos	1	1	-	1	-	5	1	3	3	1	9	2	27	2,3	11,9%
15 anos	5	3	4	7	3	7	6	3	5	1	6	2	52	4,3	23,0%
16 anos	12	2	2	7	5	3	8	1	-	2	-	8	50	4,2	22,1%
17 anos	19	3	3	3	3	6	9	10	-	1	1	12	70	5,8	31,0%
18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	3	0,3	1,3%
Acima de 18 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,4%
TOTAL	37	9	10	18	12	21	25	17	15	12	25	25	226	18,8	100,0%

no total de 37 estão incluídos os que estavam em 31.12.05 (28) mais as entradas (9) em jan.06.

TABELA IV– SITUAÇÃO OCUPACIONAL

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Trabalha	18	18	14	19	16	22	24	23	23	8	10	11	206	17,2	38,4%
Não trabalha	19	20	22	26	22	26	30	22	22	19	23	26	277	23,1	51,7%
Nunca trabalhou	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	14	9	29	2,4	5,4%
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	10	24	2,0	4,5%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100,0%

TABELA V – VÍNCULO EMPREGATÍCIO

VÍNCULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Registro em carteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	-	9	0,8	4,4%
Não registrado	18	18	-	-	16	22	24	23	23	4	5	11	164	13,7	79,6%
Não informado	-	-	14	19	-	-	-	-	-	-	-	-	33	2,8	16,0%
TOTAL	18	18	14	19	16	22	24	23	23	8	10	11	206	17,2	100,0%

TABELA VI – GRAU DE INSTRUÇÃO

INSTRUÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Não alfabetizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	5	0,4	0,9%
Está na escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
- 1º Grau incompleto	8	9	8	10	8	14	19	9	9	3	7	17	121	10,1	22,6%
- 2º Grau incompleto	2	3	1	5	5	7	5	3	4	10	16	4	65	5,4	12,1%
Não está na escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,0	0,0%
- 1º Grau incompleto	26	25	26	27	22	25	28	32	32	2	3	24	272	22,7	50,7%
- 1º Grau completo	-	-	-	-	-	-	-	1	1	20	20	5	47	3,9	8,8%
- 2º Grau incompleto	1	1	1	3	2	2	2	-	-	3	6	2	23	1,9	4,3%
- 2º Grau completo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	0,2	0,4%
Não informado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,2%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100%

TABELA VII – SUBSTÂNCIA ENTORPECENTES

SUBSTÂNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Nunca fez uso	5	6	5	11	7	11	11	25	25	3	7	16	132	11,0	24,6%
Já usou	12	13	11	10	12	15	15	-	-	9	14	13	124	10,3	23,1%
É usuário	20	19	20	24	19	22	28	20	20	25	25	17	259	21,6	48,3%
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	8	10	21	1,8	3,9%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	45	1

TABELA VIII – TIPOS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

TIPOS DE SUBSTÂNCIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉF.	%
Maconha	15	15	16	19	14	17	21	19	26	20	26	24	232	19,3	63,2%
Crack	4	4	2	2	3	4	5	-	5	10	10	1	50	4,2	13,6%
Cocaína	1	-	-	3	2	1	2	1	12	4	5	2	33	2,8	9,0%
Álcool	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	8	4	15	1,3	4,1%
Solventes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	1,0	3,3%
Mesclado	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	6	12	1,0	3,3%
Tabaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	8	0,7	2,2%
Cola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	3	5	0,4	1,4%
TOTAL	20	19	20	24	19	22	28	20	46	39	54	56	367	30,6	100,0%

TABELA IX – SITUAÇÃO FAMILIAR / DOMICILIAR

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Mora com os pais biológicos	11	12	10	13	9	13	17	9	9	4	6	18	131	10,9	24,4%
Pais Separados - Mora com um	17	15	16	20	18	25	28	28	28	11	16	8	230	19,2	42,9%
Mora com os pais adotivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	-	7	0,6	1,3%
Orfão Unilateral - mora com um	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	0,4	0,9%
Mora com parentes	4	4	4	5	4	3	5	5	5	6	6	-	51	4,3	9,5%
Mora com outros	3	3	3	4	4	4	2	1	2	10	10	4	50	4,2	9,3%
Mora na rua	1	1	1	1	1	1	-	-	-	2	2	2	12	1,0	2,2%
Mora na instituição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	0,2	0,4%
Mora sozinho	1	3	2	2	2	2	2	2	2	2	6	5	31	2,6	5,8%
Não tem família	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- mora com parentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	0,3	0,7%
- mora com outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	6	0,5	1,1%
- mora na rua	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	0,2	0,4%
- mora sozinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	0,4	0,9%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100,0%

TABELA X – PASSAGENS / REINCIDÊNCIAS

PASSAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Primeira passagem	32	31	29	33	28	35	36	31	32	12	19	32	360	29,2	65,3%
Reincidência	5	7	7	12	10	13	18	14	14	27	35	24	186	15,5	34,7%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100,0%

TABELA XI – ATENDIMENTO ANTERIOR

RENDA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Ciaadi	5	5	7	12	10	13	18	14	14	11	11	-	120	10,0	64,5%
Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	10	0,8	5,4%
Não informado	-	2	-	-	-	-	-	-	-	11	19	24	56	4,7	30,1%
TOTAL	5	7	7	12	10	13	18	14	14	27	35	24	186	15,5	100,0%

TABELA XII - TIPOS DE DELITO

DELITOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Roubo	14	15	15	18	12	16	18	24	14	14	16	17	193	16,1	36,0%
Crime de Entorpecentes	8	9	7	9	12	14	13	11	11	4	5	5	108	9,0	20,1%
Furto	4	4	4	4	3	5	5	2	2	8	12	6	59	4,9	11,0%
Porte de arma	5	5	4	6	3	4	4	2	5	2	6	7	53	4,4	9,9%
Busca e apreensão	5	4	4	4	3	2	4	2	2	3	3	3	39	3,3	7,3%
Homicídio	1	1	1	2	2	3	6	3	3	5	5	2	34	2,8	6,3%
Assalto	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	4	5	16	1,3	3,0%
Tentativa de roubo	-	-	-	-	1	1	2	-	4	-	2	3	13	1,1	2,4%
Contrabando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	5	0,4	0,9%
Sequestro	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	5	0,4	0,9%
Tentativa de homicídio	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	4	0,3	0,7%
Roubo com resultado morte	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	3	0,3	0,6%
Lesão Corporal	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	0,2	0,4%
Estupro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,2%
Falta de habilitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	0,1	0,2%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100,0%

TABELA XIII – DESINTERNAÇÃO NO MÊS – FAIXA ETÁRIA

IDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA	%
12 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4	-	5	0,4	2,6%
13 anos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	6	5	-	12	1,0	6,3%
14 anos	1	-	-	-	2	3	3	-	2	1	6	-	18	1,5	9,5%
15 anos	3	3	3	8	2	4	11	3	1	1	6	2	47	3,9	24,9%
16 anos	2	5	1	3	5	6	7	4	1	1	1	8	44	3,7	23,3%
17 anos	2	4	4	8	2	5	4	7	14	1	1	8	60	5,0	31,7%
18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	0,2	1,1%
Acima de 18 anos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	0,5%
TOTAL	8	12	9	19	11	19	26	14	19	10	23	19	189	15,8	100,0%

TABELA XIV - MUNICIPIO DE RESIDENCIA

MUNICIPIO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOT.	MÉD.	%
Foz do Iguaçu	34	37	34	42	31	38	43	38	38	30	33	41	439	36,6	81,9%
Toledo	1	-	-	-	1	1	5	3	3	2	3	3	22	1,8	4,1%
Cascavel	2	-	-	-	-	1	-	-	1	1	3	5	13	1,1	2,4%
Medianeira	-	-	-	-	1	1	1	-	2	2	3	3	13	1,1	2,4%
Sta.Terezinha do Itaipú	-	1	1	1	-	-	1	-	2	1	3	3	13	1,1	2,4%
Paraguai	-	-	-	2	-	-	1	1	-	2	1	1	8	0,7	1,5%
São Miguel do Iguaçu	-	-	-	-	1	1	-	2	-	-	3	-	7	0,6	1,3%
Santa Catarina - estado	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	1	-	5	0,4	0,9%
Santa Helena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	0,3	0,6%
Brasília - DF	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,4%
Jaguapitã	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,4%
Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	0,2	0,4%
Goiania	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,4%
Pato Branco	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,2	0,4%
São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,1	0,2%
São Pedro do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,1	0,2%
Palmas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,1	0,2%
TOTAL	37	38	36	45	38	48	54	45	46	39	54	56	536	44,7	100,0%

7.6. ANEXO VI – TABELA INSTRUMENTAL 1 – CUSTO DIRETO POR MÊS

Instrumental 1 - Planilha de CUSTOS DIRETOS

PROGRAMA: Internação MÊS: Janeiro/Fevereiro/Março ANO: 2006

Unidade	PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				TOTAL
	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	
SÃO FRANCISCO	549.412	0	1.766	54.359	0	2.644	0	0	2.952	38.723	0	0	649.856
FAZENDA RIO GRANDE	73.229	0	0	7.323	0	0	0	0	16.486	10.948	0	0	107.987
LONDRINA	124.230	0	18.329	12.423	0	417	0	596	20.284	9.955	0	0	186.234
FOZ DO IGUAÇU	79.008	0	1.637	7.901	0	0	0	0	27.807	14.558	0	0	130.910
TOTAL	825.880	0	21.732	82.006	0	3.060	0	596	67.529	74.184	0	0	1.074.987

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Unidade	PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				TOTAL
	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	
SÃO FRANCISCO	542.099	0	2.197	54.359	0	0	0	0	3.459	39.865	1.019	0	642.999
FAZENDA RIO GRANDE	69.474	0	2.442	6.947	0	314	0	0	16.486	10.994	1.719	0	108.376
LONDRINA	124.997	0	13.443	12.500	0	10.167	0	0	20.684	10.304	4.216	15.285	211.595
FOZ DO IGUAÇU	76.342	0	1.669	7.634	0	11.587	2.507	0	26.904	18.710	5.999	0	151.352
TOTAL	812.912	0	19.751	81.440	0	22.067	2.507	0	67.534	79.874	12.954	15.285	1.114.324

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Unidade	PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				TOTAL
	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	
SÃO FRANCISCO	592.443	0	7.208	54.359	0	19.775	400	6.243	5.335	34.586	0	581	720.910
FAZENDA RIO GRANDE	105.452	0	2.881	10.545	0	304	0	42	16.486	10.880	0	720	147.310
LONDRINA	207.221	0	7.580	20.722	0	0	0	3.706	20.684	3.392	540	4.359	288.203
FOZ DO IGUAÇU	91.012	0	5.480	9.101	0	1.171	0	4.163	31.275	19.446	0	5.219	166.867
TOTAL	996.128	0	23.149	94.727	0	21.250	400	14.152	73.780	68.304	540	10.859	1.303.289

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 1 - Planilha de CUSTOS DIRETOS
PROGRAMA: Internação MÊS: Abril/Maio/Junho ANO: 2006

Abril		PESSOAL						MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	TOTAL			
SÃO FRANCISCO	550.394	0	6.236	54.359	0	11.122	0	0	5.024	27.190	0	1.525	655.852			
FAZENDA RIO GRANDE	80.251	0	1.584	8.025	0	312	0	0	16.786	11.357	0	0	118.316			
LONDRINA	150.031	0	4.616	15.003	0	0	0	1.891	20.684	3.869	0	2.926	199.020			
FOZ DO IGUAÇU	82.189	0	6.477	8.219	0	1.171	834	735	27.743	10.684	0	2.639	140.691			
TOTAL	862.866	0	18.914	85.606	0	12.605	834	2.626	70.237	53.100	0	7.090	1.113.878			

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Maio

Maio																	R\$ 1,00
PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO									
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	TOTAL				
SÃO FRANCISCO	618.706	0	11.402	54.359	0	12.658	180	7.302	4.259	42.009	0	9.249	760.124				
FAZENDA RIO GRANDE	74.116	0	2.886	7.412	0	317	0	157	16.486	11.512	0	4.920	117.807				
LONDRINA	139.605	0	5.354	13.961	0	3.357	0	5.420	20.684	11.915	0	1.838	202.133				
FOZ DO IGUAÇU	84.177	0	1.976	8.418	0	2.520	833	8.223	161.704	17.035	2.000	10.342	297.227				
TOTAL	916.604	0	21.619	84.149	0	18.853	1.013	21.102	203.133	82.471	2.000	26.349	1.377.290				

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Junho

Junho		PESSOAL						MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	TOTAL			
SÃO FRANCISCO	765.899	0	8.923	54.359	0	32.911	0	4.924	6.278	37.594	710	4.472	916.069			
FAZENDA RIO GRANDE	77.399	0	2.781	7.740	0	399	0	0	16.486	11.375	263	3.423	119.868			
LONDRINA	135.558	0	6.392	13.556	0	2.924	0	1.174	20.684	11.162	0	19.518	210.969			
FOZ DO IGUAÇU	120.199	0	4.349	12.020	0	2.500	834	2.183	164.038	14.029	0	6.704	326.858			
TOTAL	1.099.056	0	22.445	87.675	0	38.735	834	8.281	207.486	74.161	973	34.118	1.573.763			

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 1 - Planilha de CUSTOS DIRETOS
PROGRAMA: Internação MÊS: Julho/Agosto/Setembro ANO: 2006

Unidade	PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				TOTAL
	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	
SÃO FRANCISCO	659.338	0	3.770	65.934	0	19.520	358	5.444	5.791	39.529	0	5.290	804.975
FAZENDA RIO GRANDE	71.352	0	2.172	7.135	0	388	313	897	16.486	10.506	0	0	109.249
LONDRINA	138.649	0	6.577	13.865	0	5.585	0	9.453	20.684	12.515	0	1.488	208.817
FOZ DO IGUAÇU	83.279	0	5.826	8.328	0	3.056	0	7.700	165.115	15.198	0	5.314	293.815
TOTAL	952.618	0	18.346	95.262	0	28.550	670	23.494	208.076	77.748	0	12.092	1.416.856

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Unidade	PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				TOTAL
	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	
SÃO FRANCISCO	663.729	0	12.128	66.373	0	25.164	440	3.973	5.677	36.588	0	0	814.072
FAZENDA RIO GRANDE	84.073	0	2.932	8.407	0	366	0	1.410	16.486	10.611	0	2.042	126.328
LONDRINA	198.458	0	5.713	19.846	0	234	0	3.825	20.684	13.341	1.035	13.344	276.480
FOZ DO IGUAÇU	81.367	0	5.174	8.137	0	3.056	0	7.700	165.115	15.198	4.000	5.314	295.060
TOTAL	1.027.626	0	25.948	102.763	0	28.820	440	16.908	207.962	75.738	5.035	20.700	1.511.940

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Unidade	PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				TOTAL
	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.	Diversos	
SÃO FRANCISCO	664.217	0	9.160	66.422	0	18.291	0	1.184	27.202	42.232	0	9.014	837.721
FAZENDA RIO GRANDE	137.113	0	2.614	13.711	0	393	0	0	16.486	10.699	0	282	181.299
LONDRINA	324.727	0	5.198	32.473	0	270	0	3.235	20.684	14.557	0	21.442	422.586
FOZ DO IGUAÇU	82.220	0	3.740	8.222	0	0	0	26.265	30.923	18.717	0	6.630	176.718
TOTAL	1.208.277	0	20.712	120.828	0	18.954	0	30.685	95.295	86.205	0	37.368	1.618.324

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 1 - Planilha de CUSTOS DIRETOS
PROGRAMA: Internação MÊS: Outubro/Novembro/Dezembro ANO: 2006

Outubro		R\$ 1,00									
Unidade	Salário	PESSOAL			MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO			
		Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.
SÃO FRANCISCO	804.841	0	12.070	80.484	0	24.268	0	576	15.294	37.394	0
FAZENDA RIO GRANDE	89.322	0	2.559	8.932	0	393	0	407	16.486	10.583	0
LONDRINA	128.360	0	7.316	12.836	0	209	0	2.875	20.684	12.775	0
FOZ DO IGUAÇU	165.197	0	6.090	16.520	0	0	0	6.797	13.426	19.147	0
TOTAL	1.187.721	0	28.034	118.772	0	24.869	0	10.655	65.891	79.899	0

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Novembro		R\$ 1,00									
Unidade	Salário	PESSOAL			MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO			
		Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.
SÃO FRANCISCO	804.841	0	12.070	80.484	0	24.268	0	576	15.294	37.394	0
FAZENDA RIO GRANDE	89.322	0	2.559	8.932	0	393	0	407	16.486	10.583	0
LONDRINA	128.360	0	7.316	12.836	0	209	0	2.875	20.684	12.775	0
FOZ DO IGUAÇU	165.197	0	6.090	16.520	0	0	0	6.797	13.426	19.147	0
TOTAL	1.187.721	0	28.034	118.772	0	24.869	0	10.655	65.891	79.899	0

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Dezembro		R\$ 1,00									
Unidade	Salário	PESSOAL			MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO			
		13º	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiant.
SÃO FRANCISCO	655.394	655.394	10.463	65.539	0	40.384	0	10.659	8.713	34.380	0
FAZENDA RIO GRANDE	85.051	85.051	690	8.505	0	400	0	575	16.486	10.519	0
LONDRINA	141.539	141.539	12.424	14.154	0	17.384	2.507	1.215	26.904	18.710	0
FOZ DO IGUAÇU	197.512	197.512	6.015	19.751	0	11.182	0	2.945	6.878	21.273	0
TOTAL	1.079.496	1.079.496	29.593	107.950	0	69.299	2.507	15.394	58.982	84.882	0

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

7.7. ANEXO VII – TABELA INSTRUMENTAL 2 – CUSTO INDIRETO POR MÊS

Instrumental 2 - Planilha de CUSTOS INDIRETO
PROGRAMA: Internação MÊS: Janeiro/Fevereiro/Março ANO: 2006

Janeiro		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	166.022	0	0	171.700	13.013	0	0	0	11.890	8.335	0	13.182	384.142
TOTAL	166.022	0	0	171.700	13.013	0	0	0	11.890	8.335	0	13.182	384.142

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Fevereiro		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	191.243	0	0	138.526	13.146	0	0	4.111	20.503	10.318	0	6.519	384.366
TOTAL	191.243	0	0	138.526	13.146	0	0	4.111	20.503	10.318	0	6.519	384.366

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Março		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	166.098	0	0	126.479	20.342	1.396	0	1.475	43.695	8.769	0	38.237	406.491
TOTAL	166.098	0	0	126.479	20.342	1.396	0	1.475	43.695	8.769	0	38.237	406.491

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 2 - Planilha de CUSTOS INDIRETO
PROGRAMA: Internação MÊS: Abril/Maio/Junho ANO: 2006

Abril	PESSOAL					MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
	Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE		173.437	0	0	154.466	20.077	789	0	4.172	26.601	10.385	0	23.825	413.752
TOTAL		173.437	0	0	154.466	20.077	789	0	4.172	26.601	10.385	0	23.825	413.752

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Maio	PESSOAL					MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
	Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE		157.748	0	0	164.059	21.386	504	0	6.750	49.070	10.100	0	40.996	450.613
TOTAL		157.748	0	0	164.059	21.386	504	0	6.750	49.070	10.100	0	40.996	450.613

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Junho	PESSOAL					MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
	Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE		214.149	0	0	161.900	22.965	527	0	6.462	23.954	10.244	0	32.187	472.388
TOTAL		214.149	0	0	161.900	22.965	527	0	6.462	23.954	10.244	0	32.187	472.388

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 2 - Planilha de Custos Indireto

Julho		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	158.566	0	0	177.757	36.104	499	0	962	30.565	9.900	0	88.542	502.895
TOTAL	158.566	0	0	177.757	36.104	499	0	962	30.565	9.900	0	88.542	502.895

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Agosto		PESSOAL					MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00	
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL			
SEDE	159.865	0	0	153.682	0	497	0	42.751	26.056	11.328	0	77.453	471.632			
TOTAL	159.865	0	0	153.682	0	497	0	42.751	26.056	11.328	0	77.453	471.632			

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Setembro														R\$ 1,00
PESSOAL					MATERIAL DE CONSUMO				DESPESAS DE FUNCIONAMENTO					
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL	
SEDE	178.355	0	0	162.382	20.930	656	0	304	26.366	9.418	0	38.465	436.876	
TOTAL	178.355	0	0	162.382	20.930	656	0	304	26.366	9.418	0	38.465	436.876	

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 2 - Planilha de Custos Indireto

Outubro		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	184.232	0	0	172.310	20.932	659	47	2.062	95.427	9.212	0	33.687	518.568
TOTAL	184.232	0	0	172.310	20.932	659	47	2.062	95.427	9.212	0	33.687	518.568

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Novembro		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	Hora Extra	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	181.284	0	0	171.871	20.932	1.068	0	1.850	34.134	10.190	0	89.837	511.166
TOTAL	181.284	0	0	171.871	20.932	1.068	0	1.850	34.134	10.190	0	89.837	511.166

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Dezembro		PESSOAL				MATERIAL DE CONSUMO			DESPESAS DE FUNCIONAMENTO				R\$ 1,00
Unidade	Salário	13°	Benefícios	Encargos	Diversos	Alimentação	Medicação	Diversos	Serviços Contratados	Água, Luz, Telefone	Adiantamento	Diversos	TOTAL
SEDE	170.781	170.781	0	181.216	51.436	1.224	0	2.657	36.779	10.765	0	48.001	673.640
TOTAL	170.781	170.781	0	181.216	51.436	1.224	0	2.657	36.779	10.765	0	48.001	673.640

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

7.8. ANEXO VIII – TABELA INSTRUMENTAL 3 – RATEIO POR MÊS

Instrumental 3 - RATEIO DE CUSTOS INDIRETO
PROGRAMA: Internação MÊS: Janeiro/Fevereiro/Março ANO: 2006

PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO
Centro de Socioeducação São Francisco	649.856	34,62%	132.992	384.142	782.848
Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	130.911	6,97%	26.791	384.142	157.702
Centro de Socioeducação de Londrina	186.830	9,95%	38.234	384.142	225.064
Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	107.986	5,75%	22.099	384.142	130.085
Outros	801.503	42,70%	164.026	384.142	965.529
TOTAL	1.877.086	100,00%			
Custo da Sede/mês JANEIRO = R\$ 384.142					2.261.228

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO
Centro de Socioeducação São Francisco	642.999	19,94%	76.637	384.366	719.636
Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	151.353	4,69%	18.039	384.366	169.392
Centro de Socioeducação de Londrina	211.595	6,58%	25.219	384.366	236.814
Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	108.377	3,36%	12.917	384.366	121.294
Outros	2.110.566	65,45%	251.553	384.366	2.362.118
TOTAL	3.224.890	100,00%			
Custo da Sede/mês FEVEREIRO = R\$ 384.366					3.609.256

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO
Centro de Socioeducação São Francisco	720.910	17,38%	70.641	406.491	791.551
Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	168.867	4,02%	16.351	406.491	183.218
Centro de Socioeducação de Londrina	268.204	6,47%	26.281	406.491	294.485
Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	147.309	3,55%	14.435	406.491	161.744
Outros	2.845.084	68,58%	278.784	406.491	3.123.868
TOTAL	4.148.374	100,00%			
Custo da Sede/mês MARÇO = R\$ 406.491					4.554.865

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 3 - RATEIO DE CUSTO INDIRETO
PROGRAMA: Internação MÊS: Abril/Maio/Junho ANO: 2006

Abril	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	655.852	22,74%	94.100	413.752	749.952	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	140.691	4,88%	20.186	413.752	160.877	
	Centro de Socioeducação de Londrina	199.021	6,90%	28.555	413.752	227.576	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	118.315	4,10%	16.976	413.752	135.291	
	Outros	1.769.849	61,37%	253.935	413.752	2.023.783	
	TOTAL	2.883.728	100,00%				3.297.480
Custo da Sede/mês ABRIL = R\$ 413.752							

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Maio	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	760.124	19,65%	88.562	450.613	848.686	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	297.227	7,69%	34.630	450.613	331.857	
	Centro de Socioeducação de Londrina	202.133	5,23%	23.551	450.613	225.684	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	117.806	3,05%	13.726	450.613	131.532	
	Outros	2.490.294	64,39%	290.145	450.613	2.780.439	
	TOTAL	3.867.584	100,00%				4.318.197
Custo da Sede/mês MAIO = R\$ 450.613							

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Junho	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	916.069	23,42%	110.627	472.388	1.026.696	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	326.857	8,36%	39.472	472.388	366.329	
	Centro de Socioeducação de Londrina	210.968	5,39%	25.477	472.388	236.445	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	119.868	3,06%	14.476	472.388	134.344	
	Outros	2.337.955	59,77%	282.337	472.388	2.620.292	
	TOTAL	3.911.717	100,00%				4.384.105
Custo da Sede/mês JUNHO = R\$ 472.388							

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 3 - RATEIO DE CUSTO INDIRETO
PROGRAMA: Internação MÊS: Julho/Agosto/Setembro ANO: 2006

Julho	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	804.975	22,21%	111.716	502.895	916.691	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	293.815	8,11%	40.776	502.895	334.591	
	Centro de Socioeducação de Londrina	208.817	5,76%	28.980	502.895	237.797	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	109.249	3,01%	15.162	502.895	124.411	
	Outros	2.206.780	60,90%	306.261	502.895	2.513.041	
	TOTAL	3.623.636	100,00%				4.126.531
Custo da Sede/mês JULHO = R\$ 502.895							

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores
 Agosto

	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	814.072	19,94%	94.038	471.632	908.110	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	295.060	7,23%	34.084	471.632	329.144	
	Centro de Socioeducação de Londrina	276.480	6,77%	31.938	471.632	308.418	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	126.328	3,09%	14.593	471.632	140.921	
	Outros	2.570.895	62,97%	296.979	471.632	2.867.874	
	TOTAL	4.082.835	100,00%				4.554.467
Custo da Sede/mês AGOSTO = R\$ 471.632							

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores
 Setembro

	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	837.720	13,30%	58.102	436.876	895.822	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	176.718	2,81%	12.257	436.876	188.975	
	Centro de Socioeducação de Londrina	422.586	6,71%	29.309	436.876	451.895	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	181.299	2,88%	12.574	436.876	193.873	
	Outros	4.680.647	74,31%	324.634	436.876	5.005.282	
	TOTAL	6.298.970	100,00%				6.735.846
Custo da Sede/mês SETEMBRO = R\$ 436.876							

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 3 - RATEIO DE CUSTO INDIRETO
PROGRAMA: Internação MÊS: Outubro/Novembro/Dezembro ANO: 2006

Outubro	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	976.578	21,30%	110.460	518.568	1.087.038	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	227.727	4,97%	25.758	518.568	253.485	
	Centro de Socioeducação de Londrina	198.662	4,33%	22.471	518.568	221.133	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	129.342	2,82%	14.630	518.568	143.972	
	Outros	3.052.349	66,58%	345.249	518.568	3.397.599	
	TOTAL	4.584.658	100,00%				
	Custo da Sede/mês OUTUBRO = R\$ 518.568						5.103.226

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Novembro	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	785.151	16,96%	86.675	511.166	871.826	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	262.728	5,67%	29.003	511.166	291.731	
	Centro de Socioeducação de Londrina	212.725	4,59%	23.483	511.166	236.208	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	123.005	2,66%	13.579	511.166	136.584	
	Outros	3.246.824	70,12%	358.426	511.166	3.605.249	
	TOTAL	4.630.433	100,00%				
	Custo da Sede/mês NOVEMBRO = R\$ 511.166						5.141.599

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Dezembro	PROGRAMA	CUSTO DIRETO	PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE	CUSTO INDIRETO	SEDE	TOTAL = DIRETO + INDIRETO	R\$ 1,00
	Centro de Socioeducação São Francisco	1.494.761	19,26%	129.696	673.640	1.624.457	
	Centro de Socioeducação de Foz do Iguaçu	504.405	6,50%	43.766	673.640	548.171	
	Centro de Socioeducação de Londrina	432.321	5,57%	37.511	673.640	469.832	
	Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande	207.277	2,67%	17.985	673.640	225.262	
	Outros	5.125.039	66,01%	444.683	673.640	5.569.722	
	TOTAL	7.763.803	100,00%				
	Custo da Sede/mês DEZEMBRO = R\$ 673.640						8.437.443

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

7.9. ANEXO IX – TABELA INSTRUMENTAL 4 – CUSTO PER CAPITA

Instrumental 4 - CUSTO PER CAPITA DA UNIDADE DE ATENDIMENTO
PROGRAMA: Internação MÊS: Janeiro/Fevereiro/Março ANO: 2006

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
R\$ 1,00								
CSE SÃO FRANCISCO	605.537	2.644	41.675	649.856	132.992	782.848	129	6.069
CSE FAZENDA RIO GRANDE	80.552	0	27.434	107.986	22.099	130.086	19	6.847
CSE LONDRINA	154.982	1.609	30.239	186.830	38.234	225.064	48	4.689
CSE FOZ DO IGUAÇU	88.546	0	42.365	130.911	26.794	157.705	65	1.678

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
R\$ 1,00								
CSE SÃO FRANCISCO	598.655	0	44.344	642.999	76.637	719.636	129	5.579
CSE FAZENDA RIO GRANDE	78.863	314	29.200	108.377	12.917	121.294	19	6.384
CSE LONDRINA	150.939	10.167	50.489	211.595	25.219	236.814	48	4.934
CSE FOZ DO IGUAÇU	85.645	14.094	51.614	151.353	18.039	169.392	63	1.903

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
R\$ 1,00								
CSE SÃO FRANCISCO	654.010	26.418	40.482	720.910	70.641	791.551	131	6.042
CSE FAZENDA RIO GRANDE	118.877	346	28.086	147.309	14.436	161.744	21	7.702
CSE LONDRINA	235.523	3.706	28.975	268.204	26.281	294.485	48	6.135
CSE FOZ DO IGUAÇU	105.593	5.334	55.940	166.867	163.451	330.318	62	3.711

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 4 - CUSTO PER CAPITA DA UNIDADE DE ATENDIMENTO
PROGRAMA: Internação MÊS: Abril/Maio/Junho ANO: 2006

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
R\$ 1,00								
CSE SÃO FRANCISCO	610.990	11.122	33.740	655.852	94.100	749.952	140	5.357
CSE FAZENDA RIO GRANDE	89.860	312	28.143	118.315	16.976	135.291	22	6.150
CSE LONDRINA	169.651	1.891	27.479	199.021	28.555	227.576	52	4.376
CSE FOZ DO IGUAÇU	96.886	2.740	41.065	140.691	20.186	160.877	60	1.871

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
R\$ 1,00								
CSE SÃO FRANCISCO	684.467	20.140	55.517	760.124	88.562	848.686	146	5.813
CSE FAZENDA RIO GRANDE	84.414	474	32.918	117.806	13.726	131.532	15	8.769
CSE LONDRINA	158.919	8.777	34.437	202.133	23.551	225.684	52	4.340
CSE FOZ DO IGUAÇU	94.570	11.576	191.081	297.227	13.726	310.953	60	3.574

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
R\$ 1,00								
CSE SÃO FRANCISCO	829.180	37.835	49.054	916.069	110.627	1.026.696	140	7.334
CSE FAZENDA RIO GRANDE	87.921	399	31.548	119.868	14.476	134.344	20	6.717
CSE LONDRINA	155.506	4.098	51.364	210.968	25.477	236.445	50	4.729
CSE FOZ DO IGUAÇU	136.568	5.517	184.772	326.857	39.472	366.329	61	4.070

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 4 - CUSTO PER CAPITA DA UNIDADE DE ATENDIMENTO
PROGRAMA: Internação MÊS: Julho/Agosto/Setembro ANO: 2006

Julho	UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
	CSE SÃO FRANCISCO	729.043	25.322	50.610	804.975	111.716	916.691	155	5.914
	CSE FAZENDA RIO GRANDE	80.659	1.598	26.992	109.249	15.162	124.411	20	6.221
	CSE LONDRINA	159.092	15.038	34.687	208.817	28.980	237.797	49	4.853
	CSE FOZ DO IGUAÇU	97.432	10.756	185.626	293.814	40.776	334.590	59	3.846

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Agosto	UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
	CSE SÃO FRANCISCO	742.230	29.577	42.265	814.072	94.038	908.110	160	5.676
	CSE FAZENDA RIO GRANDE	95.412	1.776	29.139	126.327	14.593	140.920	22	6.405
	CSE LONDRINA	224.017	4.059	48.404	276.480	31.938	308.418	59	5.227
	CSE FOZ DO IGUAÇU	94.678	10.756	211.139	295.061	34.084	329.145	59	3.657

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Setembro	UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
	CSE SÃO FRANCISCO	739.798	19.475	78.447	837.720	58.102	895.822	157	5.706
	CSE FAZENDA RIO GRANDE	153.439	393	27.467	181.299	12.574	193.873	25	7.755
	CSE LONDRINA	362.398	3.505	56.683	422.586	29.309	451.895	53	8.526
	CSE FOZ DO IGUAÇU	94.183	26.265	56.270	176.718	12.257	188.975	84	2.172

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

Instrumental 4 - CUSTO PER CAPITA DA UNIDADE DE ATENDIMENTO
PROGRAMA: Internação MÊS: Outubro/Novembro/Dezembro ANO: 2006

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
CSE SÃO FRANCISCO	897.395	24.844	54.339	976.578	110.460	1.087.038	155	7.013
CSE FAZENDA RIO GRANDE	100.813	800	27.729	129.342	14.630	143.972	23	6.260
CSE LONDRINA	148.512	3.083	47.067	198.662	22.471	221.133	52	4.253
CSE FOZ DO IGUAÇU	187.807	6.797	33.123	227.727	25.758	253.485	57	2.948

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
CSE SÃO FRANCISCO	707.900	30.737	46.514	785.151	86.675	871.826	146	5.971
CSE FAZENDA RIO GRANDE	92.607	1.162	29.236	123.005	13.579	136.584	21	6.504
CSE LONDRINA	153.019	8.683	51.023	212.725	23.483	236.208	53	4.457
CSE FOZ DO IGUAÇU	185.418	3.020	74.290	262.728	29.003	291.731	54	3.432

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

UNIDADE	PESSOAL	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS	SUB TOTAL CUSTO DIRETO	CUSTO INDIRETO	TOTAL	MÉDIA MENSAL DE ADOLESCENTES	PER CAPITA
CSE SÃO FRANCISCO	1.386.791	51.013	56.957	1.494.761	129.696	1.624.457	116	14.004
CSE FAZENDA RIO GRANDE	179.297	975	27.005	207.277	17.985	225.262	23	9.794
CSE LONDRINA	309.657	21.086	101.578	432.321	37.511	469.832	55	8.542
CSE FOZ DO IGUAÇU	420.790	14.126	69.489	504.405	43.766	548.171	55	5.958

Fonte: Relatório SEFA/SIAF/2006 - Elaborado pelos autores

7.10. ANEXO X – CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

ANEXO X - CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(1 de 6)

CATEGORIA	UNIDADES		SÃO FRANCISCO				PAZ, RIO GRANDE				LONDRINA				FOZ DO IGUAÇU			
	Nº	INDICADORES	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.
Necessidades Básicas	1a	ALIMENTAÇÃO - a unidade oferece alimentação de qualidade?	X		100	4	X		80	4	X		100	4	X		100	4
	1b	VESTUÁRIO - a unidade disponibiliza vestuário em número e tamanho adequado?	X		100	4	X		70	3	X		100	4	X		100	4
	1c	HIGIENE PESSOAL - a unidade oferta material de higiene pessoal em número suficiente, respeitando as necessidades dos adolescentes?	X		100	4	X		80	4	X		100	3	X		100	3
	1d	DOCUMENTAÇÃO CIVIL - a unidade favorece a emissão de CI, CT, CIC, CNI...?	X		50	3	X		70	3	X		30	2	X		30	2
	1e	DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR - a unidade fornece certificado de frequência escolar e de cursos profissionalizantes?	X		100	4	X		60	3	X		100	4	X		100	4

Fonte: Questionário respondido pelos diretores das unidades, consolidado pelos autores

ANEXO X - CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(2 de 6)

CATEGORIA	Nº	UNIDADES INDICADORES	SÃO FRANCISCO			FAZ. RIO GRANDE			LONDRINA			FOZ DO IGUAÇU		
			SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.
Espaço Físico e Infra- Estrutura	2a	SALUBRIDADE - a unidade oferece condições de habitabilidade e salubridade?	X		70	3	X		80	4	X		95	3
	2b	CAPACIDADE - a base física da unidade favorece o atendimento personalizado em grupos reduzidos?		X	70	3	X		80	4	X		90	3
	2c	REFEITÓRIO - propicia espaço adequado para a alimentação do adolescente?	X		70	3	X		60	3		X	0	1
	2d	DORMITÓRIOS - espaço reservado para dormitórios é adequado, garantindo a individualidade do adolescente?		X	70	3	X		70	3		X	0	3
	2e	BANHEIROS - unidade oferece banheiros e lavatórios em número suficientes?	X		100	4	X		70	3	X		100	3

Fonte: Questionário respondido pelos diretores das unidades, consolidado pelos autores

ANEXO X - CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(3 de 6)

CATEGORIA	Nº	UNIDADES INDICADORES	SÃO FRANCISCO			FAZ. RIO GRANDE			LONDRINA			FOZ DO IGUAÇU		
			SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.
Espaço Físico e Infra-Estrutura	2f	ESCOLARIZAÇÃO - existem áreas adequadas para o processo de escolarização?	X		80	4	X		80	4	X		90	4
	2g	ESPORTE, RECREAÇÃO E CULTURA - a unidade possui espaços para o desenvolvimento de atividades de esporte, de cultura e de lazer?	X		100	4	X		80	4	X		90	4
	2h	EQUIPAMENTOS - os equipamentos da unidade apresentam boas condições de uso e são ofertados em número suficiente?	X		100	4	X		60	3	X		70	3
	2i	SEGURANÇA - a unidade propicia condições de segurança?	X		100	4	X		70	3	X		80	3

Fonte: Questionário respondido pelos diretores das unidades, consolidado pelos autores

ANEXO X - CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(4 de 6)

CATEGORIA	Nº	UNIDADES INDICADORES	SÃO FRANCISCO			FAZ. RIO GRANDE			LONDRINA			FOZ DO IGUAÇU				
			SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.		
Direitos Fundamentais	3a	ESCOLARIZAÇÃO FORMAL - unidade oferece atividades de escola formal em todos os níveis?	X		100	4		X		80	4		X		90	4
	3b	PROFISSIONALIZAÇÃO - unidade disp. atividades de profissionalização iniciação profissional?	X		60	3		X		70	3		X		20	3
	3c	ESPORTE - unidade oferece atividades desportivas diárias?	X		100	4		X		70	3		X		80	4
	3d	CULTURA - unidade oferece atividades culturais?	X		100	4		X		80	4		X		80	3
	3e	LAZER - a unidade promove atividades de lazer diárias?	X		100	4		X		80	4		X		80	3
	3f	ASSISTÊNCIA RELIGIOSA - a unidade favorece a oferta de assistência religiosa?	X		100	4		X		80	4		X		50	2

Fonte: Questionário respondido pelos diretores das unidades, consolidado pelos autores

ANEXO X - CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(5 de 6)

CATEGORIA	Nº	UNIDADES	SÃO FRANCISCO			FAZ. RIO GRANDE			LONDRINA			FOZ DO IGUAÇU		
			SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.
Direitos Fundamentais	3g	ATENDIMENTO MÉDICO - a unidade oferece atendimento médico e ambulatorial especializado?	X		100	4	X		80	4	X		100	4
	3h	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - a unidade oferece atendimento odontológico?	X		100	4	X		80	4		X	0	1
	3i	CUIDADOS FARMACEUTICOS - a unidade disponibiliza medicamentos adequados e em número suficiente?	X		100	4	X		80	4	X		90	4
	3j	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO - a unidade oferece atendimento terapêutico para os que dele necessitam?	X		100	4	X		80	4	X		100	5
	3l	ATIVIDADES EXTERNAS - a unidade favorece a realização de atividades externas (art. 121)?	X		20	4	X		80	4	X		100	5

Fonte: Questionário respondido pelos diretores das unidades, consolidado pelos autores

ANEXO X - CONSOLIDAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE

(6 de 6)

CATEGORIA	UNIDADES		SÃO FRANCISCO				FAZ. RIO GRANDE				LONDRINA				FOZ DO IGUAÇU			
	Nº	INDICADORES	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.	SIM	NÃO	%	Pont.
Atendimento Técnico	4a	ATENDIMENTO PSICOSOCIAL - a unidade oferece atendimento psicossocial individual com frequência semanal?	X		100	4	X		80	4	X		100	5	X		100	5
	4b	ATENDIMENTO GRUPAL - a unidade oferece atendimento grupal?	X		60	3	X		80	4	X		50	3	X		50	3
	4c	ATENDIMENTO FAMILIAR - existe atendimento à família na unidade?	X		40	3	X		70	3	X		100	3	X		100	3
	4d	REUNIÕES COM FAMÍLIAS- a unidade favorece atividades para o reestabelecimento e manutenção dos vínculos familiares?	X		40	3	X		70	3	X		30	1	X		30	1
	4e	ATENDIMENTO JURÍDICO - o adolescente tem assistência jurídica na unidade?		X	0	1	X		70	3		X	0	0		X	0	0
	4f	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS - a unidade desenvolve um trabalho de acompanhamento de seus egressos?		X	0	1	X		60	3		X	0	0	X		0	0

Fonte: Questionário respondido pelos diretores das unidades, consolidado pelos autores